



**Revista da
Academia
Mineira
de Letras**

ANO 89º – Volumes LIX – janeiro, fevereiro e março de 2011

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
 Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
 CEP 30160-011 - Belo Horizonte-MG
 www.academiamineiradeletras.org.br
 atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Orlando Vaz	1º Secretário: Fábio Doyle
1º Vice-presidente: Francelino Pereira	2ª Secretária: Elizabeth Rennó
2º Vice-presidente: Vaga	Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário Honorário: Oiliam José	1º Tesoureiro: José Henrique Santos
Secretário Geral: Aloísio Garcia	2º Tesoureiro: Bonifácio Andrada

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Aloísio Garcia
 Conselho Editorial: Aluísio Pimenta, Antenor Pimenta e Eduardo Almeida Reis.
 Revisão: Pedro Sérgio Lozar
 Digitação: Marília Moura Guilherme
 Capa: Liu Lopes
 Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
 Impressão: Gráfica e Editora O Lutador
 Assessor de Imprensa: Petrônio Souza Gonçalves

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 88º
 Academia Mineira de Letras / v. LVIII/LVIII
 Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2011.
 julho a dezembro de 2010.

Fundada em 1922

1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE**APRESENTAÇÃO**

A Diretoria7

SIMBOLOGIA FAMILIAR

Afonso Henriques Neto9

POESIA NECESSÁRIA

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos15

UM RETRATO ESPECIAL - REGISTRO PARA A HISTÓRIA

Aloísio T. Garcia.....21

EM BUSCA DE MIGUEL TORGA

Pedro Rogério Couto Moreira.....25

A LIÇÃO DEMOCRÁTICA DE MILTON CAMPOS

José Bento Teixeira de Salles33

DE GAULLE ESPIONOU JK

Ronaldo Costa Couto.....49

CONFISSÕES E FUNDAMENTOS DE LIMA BARRETO

Fábio Lucas 51

CASA DE OILIAM

Manoel Hygino dos Santos59

A NOTÍCIA VEIO PELA INTERNET: WIEMERS MORREU

Fábio Doyle61

**O 10 DE JUNHO: DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS
COMUNIDADES PORTUGUESAS**

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza65

LÚCIO CARDOSO, O CORCEL DE FOGO

Waldir Freitas Oliveira75

AS IDEIAS POLÍTICAS DE PEDRO LESSA

Fernando Correia Dias93

SER AVÔ

Zuenir Ventura101

FÁBIO LUCAS, UM MESTRE AOS 80 ANOS

Aricy Curvello103

**MONTEIRO LOBATO,
RACISMO E PRECONCEITO**

Lucia Helena Monteiro Machado109

**MIGUEL AUGUSTO GONÇALVES DE SOUZA,
UM ITAUNENSE FERVOROSO**

Carmen Schneider115

GUIGNARD: MARCO INTELECTUAL DE MINAS

Carlos Perktold119

**CALMON BARRETO, UM TALENTO EXCEPCIONAL
A SER RECONHECIDO**

Mauro Werkema125

AVELINO FÓSCOLO: UM LIBERTÁRIO NAS MINAS GERAIS

Luciana Nascimento129

ETERNO ENIGMA

Oswaldo Gusmão147

RIOBALDO E DIADORIM

Ronaldo Vieira de Aguiar149

NOITES DE PARIS

Aloísio T. Garcia151

APRESENTAÇÃO

A Academia Mineira de Letras edita o volume LIX da sua Revista reafirmando seu compromisso maior com a divulgação da cultura em sua pluralidade e diversidade, oferecendo à intelectualidade mineira e ao público em geral diversas atividades de interesse da nossa gente;

A Universidade Livre reúne-se quinzenalmente oferecendo temas e personagens que são discutidos a partir da palavra de professores, escritores e especialistas, interagindo com o público presente e trazendo à luz importantes obras, autores e temas de interesse geral.

O Projeto Bate um papo com o autor traz a Minas Gerais escritores, jornalistas e intelectuais consagrados nacionalmente, para o lançamento de obras de sua autoria, dialogando com os presentes, que podem adquirir as mesmas a preços subsidiados por convenio firmado com a Secretaria de Estado da Cultura.

A Academia mantém abertas as inscrições para o III Concurso Literário Vivaldi Moreira, tendo como tema o Viaduto de Santa Tereza, de largas tradições na história da nossa capital. A premiação é oferecida pelos patrocinadores Drogaria Araújo, holding Andrade Gutierrez e Tora Transportes.

Entre outros temas desenvolvidos por intelectuais que colaboram com a Revista, está inserido neste volume LIX um tributo a Fabio Lucas, ao ensejo dos seus cinquenta anos de vida acadêmica, respeitado nacionalmente como Critico Literário e escritor de escol e artigo sobre o saudoso acadêmico e ex Presidente Miguel Augusto Gonçalves, personalidade multifacetada que prestou relevantes serviços a Minas e à Academia Mineira de Letras.

A Diretoria

SIMBOLOGIA FAMILIAR*

*Afonso Henriques Neto***

Senhoras e senhores presentes a esta singela cerimônia.

Minha posse na Academia Mineira de Letras vem revestida pelos signos da amizade e da simbologia familiar. Chamo de simbologia familiar estreitamente ligada a esta Casa a um misto de amizade, alegria e conforto que sempre me envolveu quando recorro ter este nobre espaço acolhido de forma tão honrosa e entusiástica dois membros ilustres de minha família: o escritor da linhagem do Movimento Moderno João Alphonsus, meu tio, e o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, meu pai. Mas, acima de tudo, sempre me emocionou saber que esta é a Casa de Alphonsus de Guimaraens, meu avô simbolista e patrono desta Academia, um dos poetas clássicos da língua portuguesa, considerado em um patamar a que têm acesso somente figuras do quilate de um Cruz e Sousa, um Augusto dos Anjos, um Cesário Verde, um Antero de Quental. Quanto ao signo da amizade, refiro-me à calorosa acolhida de meu nome pelos companheiros acadêmicos que em mim votaram, e, nesta cerimônia, tão bem representados pelo presidente Orlando Vaz Filho, pelo governador Francelino Pereira, por Aloisio Garcia e por Angelo Oswaldo de Araújo Santos, meu amigo desde a década de 1970, quando dirigia o *Suplemento*

* Discurso de posse proferido no dia 13 de setembro de 2011.

** Poeta, professor. Ocupa a cadeira 27 da Academia Mineira de Letras.

Literário do “Minas Gerais”, onde publicava meus primeiros poemas. Na atualidade, há que se registrar ser Angelo Oswaldo o responsável direto pelo lançamento de minha candidatura a esta Casa, que ele tão carinhosamente chamou de lar poético dos Guimaraens. Acrescentê-se a isto, a lembrança da amizade que uniu por toda a vida meu avô, Alphonsus de Guimaraens, a Oswaldo Araújo, avô de Angelo Oswaldo. Aqui é digno de nota o soneto que Alphonsus dedicou ao amigo José Oswaldo Araújo, constante do livro *Escada de Jacó*, e de onde meu pai retirou o verso “A minh’alma é uma cruz enterrada no céu”, que foi gravado no mausoléu do poeta simbolista em Mariana. Assim, é importante reafirmar que, quando os dignos laços familiares se juntam à verdadeira amizade, temos conformada a essência mais profunda e prazerosa da experiência humana.

É essencial lembrar neste momento que, quando da minha eleição para a cadeira do Padre Paschoal Rangel, um acordo com o hoje acadêmico Amilcar Martins já havia sido idealizado por sugestão do saudoso presidente Murilo Badaró. O entendimento foi no sentido de que, logo após a minha posse, haverá uma troca de cadeiras: Amilcar Martins passará a ocupar o lugar do Padre Paschoal Rangel, enquanto eu assumo a cadeira que pertenceu a meu pai, Alphonsus de Guimaraens Filho. Tal ajuste será realizado por meio de uma Assembleia dos acadêmicos a ser convocada pelo presidente Orlando Vaz para aprovar o acordo firmado.

Isto posto, recordemos a importante figura do jornalista, escritor e professor Padre Paschoal Rangel, nascido em Castelo, no Estado do Espírito Santo, a 17 de maio de 1922, ano da eclosão da Semana de Arte Moderna, evento marcante na história literária do país. Estudou e trabalhou na condição de padre e professor em Manhumirim, Dores do Indaiá, Alto Jequitibá e Carangola, antes de mudar-se para Belo Horizonte, no emblemático e convulsionado ano de 1968. Na capital mineira foi professor de filosofia e teologia, deontologia da enfermagem e ética da comunicação social. Durante mais de trinta anos dirigiu o jornal *O Lutador*, periódico de importância do ponto de vista dos conteúdos e registros das experiências culturais de nossa época. Paschoal Rangel

faleceu no dia 24 de abril de 2010, em Belo Horizonte. Ocupou a cadeira de número 27, que tem por patrono o médico e poeta Eduardo Corrêa de Azevedo, e por fundador e primeiro ocupante José Francisco da Paixão.

Da variada e múltipla bibliografia do Padre Paschoal Rangel, quero destacar quatro livros: *Ensaio de literatura: uma introdução à leitura de 16 autores brasileiros*, publicado em 1984; a publicação que ele chamou de “quase-poemas”, e que tem por título *No vento azul*, editado em 1986; o livro *Essa mineiríssima Henriqueta (Ensaio de interpretação da obra poética de Henriqueta Lisboa)*, publicado em 1987, com introdução escrita por meu pai, Alphonsus de Guimaraens Filho. Esta obra recebeu em 1988 o Prêmio União Brasileira de Escritores pelo Melhor Livro de Crítica de Poesia e o Prêmio Agripino Grieco, da Associação Brasileira de Crítica Literária, na condição de melhor Livro de Crítica Literária do ano. Há que se lembrar também que a poetisa Henriqueta Lisboa foi uma grande amiga de minha família, tendo publicado em 1945 o livro *Vida e obra de Alphonsus de Guimaraens*, uma das melhores obras já editadas sobre meu avô. Por fim, cito o livro *Teologia da libertação – Juízo crítico e busca de caminhos*, editado em 1991.

A obra do Padre Paschoal Rangel – autor também de milhares de artigos escritos durante cinquenta anos de militância na imprensa – conduz, forçosamente, o pensamento e a emoção para o universo da poesia religiosa, e neste campo a força poética tanto de meu avô quanto de meu pai é por demais reconhecida. Encerro, portanto, este sucinto discurso registrando dois momentos notáveis dessa lírica religiosa em homenagem ao saudoso Padre Paschoal Rangel. Por saber da cordial e respeitosa relação que o Padre manteve com meu pai ao longo de muitos anos, e da admiração que tinha pela poesia do patrono desta Academia, bem sei de como ficaria feliz em ouvir os dois sonetos que lerei neste encerramento para homenageá-lo.

Do livro *Setenário das dores de Nossa Senhora*, retirei este soneto de Alphonsus de Guimaraens:

Fora uma estrela de fulgor imenso
 Que os guiara, em noite incerta, ao Lugar-Santo...
 Mirra trouxera Belthesar: incenso,
 Gaspar: Melchior, o ouro que fulge tanto.

Eram vales e montes, e era o denso
 Bosque, e o campo espraiado em verde manto:
 E ao luar, todo de jaspe, e ao sol intenso,
 Seguiam na asa de celeste encanto.

Quando se viram sob o mesmo teto
 Que abrigara a Família imaculada,
 Brotou-lhes na Alma a flor do etéreo Afeto.

E os Reis Magos, olhar humilde e terno,
 Os Diademas tiraram, poeira e nada,
 Diante dAquele que era o Verbo eterno...

Do livro *O irmão*, escolhi “O soneto da capela de Sant’Ana”, de
 Alphonsus de Guimaraens Filho:

Ceguei sem nem saber porque viria.
 Ceguei cantando em plena madrugada.
 Por encontrar a porta entrecerrada,
 cantando entrei. Cantando ficaria,

não fosse o Teu silêncio, a mão cansada
 contendo a claridade fugidia.
 Senhor, eu nem cuidara de mais nada,
 com tanta ardência desejara o dia.

A capelinha – um céu silvestre e vivo –
 dormia no sossego da montanha.
 E eu que cantava e ria sem motivo,

quem é que diz que poderia agora
 ao ver-Te o olhar ferido e a dor tamanha,
 deixar-Te aí, Senhor, para ir-me embora.

Muito obrigado a todos.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2011.



POESIA NECESSÁRIA

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos*

Quando morreu Alphonsus de Guimaraens, poucos meses antes da Semana de Arte Moderna, o poeta Oswald de Andrade escolheu solenemente a Academia Brasileira de Letras por não ter acolhido em uma de suas quarenta cadeiras o grande simbolista.

Diz José Celso Martinez Correia que *escolhambo* é o *cogito* oswaldiano. Aquele libelo, próprio de quem foi sempre implacável com a Casa de Machado de Assis, faz bem, ainda hoje, a todos os que, incluindo os sem maior apreço pela instituição acadêmica, guardam no fundo da admiração pelo solitário de Mariana o sentimento de que teria ele merecido maior consideração da gente de seu tempo.

A Academia Mineira, além de tê-lo escolhido à sua revelia, tomou-o por patrono. Quem como ele? O seu patrocínio é honra singular e inexcusável.

Eleito para esta Casa, quando a sede ainda se achava em Juiz de Fora, Alphonsus pediu ao poeta Belmiro Braga que tomasse posse em seu nome. Henriqueta Lisboa deu-me cópia reprográfica do bilhete despachado do Ribeirão do Carmo para o Paraibuna, e eu a publiquei, faz quase quarenta anos, no *Suplemento Literário do "Minas Gerais"*, então às turras com o nosso sodalício.

Alphonsus de Guimaraens é o nune tutelar da Academia, a qual cuidou logo de trazer para a grei o escritor e poeta João Alphonsus. Modernista em dissonância com os padrões à época rigidamente adotados pela entidade, não seria de sua vontade aceitar o chamado. A Academia

* Discurso de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, na Academia Mineira de Letras, em 13.09.2011, recebendo Afonso Henriques Guimaraens Neto, empossado na cadeira 27.

escolheu-o pelos méritos excepcionais, mas em especial para que aqui se mantivesse viva a lenda do autor da “Pastoral aos Crentes do Amor e da Morte”, e João Alphonsus honrou a memória paterna.

“*O amor a cada filho se renova...*” – diz um verso alphonsiano. O desaparecimento prematuro do contista da “Galinha Cega” fez com que, de pronto, os acadêmicos fossem buscar o jovem poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, e por cerca de meio século ele aqui acendeu o luzeiro da torre ebúrnea erguida pelo pai nos altos cumes da poesia.

“*Feliz de quem na morte encontra a vida*”, exclama o poeta de “Dona Mística”. Com a partida de Alphonsus Filho, era natural fosse agora convocado Afonso Henriques de Guimaraens Neto. Caberia o protesto do criador da antropofagia modernista, não o fôssemos procurar e assim garantir, na Academia centenária, a continuidade da linhagem do patrono e da grande poesia.

Você diz, no poema “Ausência”, inserido em seu mais recente livro:

*Agora que meu pai é pássaro de cinza
na planície fantasmal do pensamento
(...)
deixai que ao menos o esgar da ausência
sobre no coração ouro espesso e violento*

É esse velho vento da aventura, de que falava o acadêmico Paulo Pinheiro Chagas, que sopra para recebê-lo.

Estimados amigos,

Tive a satisfação de publicar poemas de Afonso Henriques, no início dos anos 70, no *Suplemento Literário do “Minas Gerais”*. Lembrava-lhe que revivíamos nossos avós. José Oswaldo de Araújo estampou, no *Diário de Minas*, textos que Alphonsus enviava de Mariana para as páginas do poderoso jornal do PRM.

Foi com alegria que vi emergir a obra de Afonso Henriques. A expansão do reconhecimento à volta de sua contribuição à poesia contemporânea faz dele, hoje, uma referência que honra a Casa de Alphonsus ao recebê-lo na sucessão de João Alphonsus e Alphonsus Filho.

Para eles, Você poderá ofertar os mesmos versos que, no livro de estreia, dedicou a Guimarães Rosa:

*De teu ser e pássaro quero teu Verbo
E o reino perfeito da língua sob o musgo*

Ponto fundamental nesse livro, *O Misterioso Ladrão de Tenerife*, compartilhado com o poeta Eudoro Augusto, em 1972, foi a dessacralização do verso e a politização do cotidiano. Reatavam-se laços, na geração dos anos 70, com o coloquialismo modernista, segundo afirmativa de Carlito Azevedo, que acrescenta ter sido o mérito do livro “ampliar, na primeiríssima hora, o poder de fogo dessa linguagem, incorporando à sua tendência para o epigrama a possibilidade de um texto mais longo, mais aberto ao fluxo caudaloso de imagens e ritmos”.

Depois, vieram as páginas de *Restos & estrelas & fraturas* (1975), *Ossos do paraíso* (1981), *Tudo nenhum* (1985), *Avenida Eros e Piano Mudo* (1992), *Abismo com violinos* (1995), *Eles devem ter visto o caos* (1998), *Ser infinitas palavras* (2001) e *Cidade vertigem* (2005), reunindo

um poema que seja necessário como uma árvore

...

um poema necessário como a morte

...

*um poema tão pouco necessário
como o amor ressecado
do outro lado de tudo*

...

um poema de mãos atravessando a neblina

Faz pouco, enfeixando as últimas navegações, ele lançou *Uma cerveja no dilúvio*, no qual teve a cordialidade de me dedicar o poema *Sopro de Homero*, tresvaria de tempos e relâmpagos.

Nascido em Belo Horizonte, tendo vivido com o pai em Brasília e se radicado no Rio, o nosso poeta assumiu com radicalidade a poesia.

*Há que saltar do coração ao mundo
Há que construir um pouco de infinito para o homem*

Nestes versos de Huidobro, que você traduziu, em esplêndida antologia de poetas de sua devoção – além dele, Catulo, Villon, Blake, Rimbaud, Lorca e Ginsberg, sob o título de “Fogo alto” –, explicitam-se o gesto e o movimento que conduzem a sua obra. Trabalhando, como eles, cada um à sua maneira, “à margem dos poderosos faróis dos salões oficiais da cultura”, Você se põe em busca do sonho, da aventura e do fogo, na vertigem da poesia e dentro da inquietação da experiência poética.

A Academia Mineira se enriquece com a sua presença e há de lhe fazer bem. Você cumpre uma bela missão, ao ingressar neste colegiado. Enfatizam-se os seus vínculos com a poesia, a legenda dos Guimaraens e a cultura dos mineiros. Mas são duas as casas que lhe abrem as portas: esta Academia alphonisiana e o sobrado da Rua Direita de Mariana, onde o avô foi visitado por Mário de Andrade, em 1919, e faleceu dois anos mais tarde, há exatamente nove décadas.

A casa marianense, transformada em centro cultural pelo Governo do Estado, precisa ser com urgência restaurada e valorizada. E estou certo de que Afonso Henriques Neto, ao lado do primo Lucas de Guimaraens, haverá de trilhar o caminho certo, com o apoio determinado da Academia, no sentido de alcançar o êxito que a meta exige. A precariedade do Museu Casa de Alphonsus em Mariana é matéria a que devemos consagrar máxima atenção.

Caro confrade,

Sucessor de Oscar Dias Correia, ocupo a cadeira de Alphonsus de Guimaraens, tendo Aureliano Lessa por patrono, e cabe-me o privilégio de falar nesta hora de gratas evocações e de entusiasmo pela acolhida a um poeta visceral.

Quero saudar a arquiteta Cêça de Guimaraens, sua mulher, e os filhos, Mariana e Francisco. Congratulo-me com D. Hymirene Papi de Guimaraens, tão querida de todos os acadêmicos.

Desejo-lhe muita felicidade, poeta Afonso Henriques Neto. Seja bem-vindo ao lar poético dos Guimaraens e solar egrégio da cultura de Minas.

Muito obrigado.



UM RETRATO ESPECIAL – REGISTRO PARA A HISTÓRIA

*Aloisio T. Garcia**

Em 15 de setembro último, a galeria dos ex-presidentes da Academia Mineira de Letras, com quinze retratos, recebeu a foto do saudoso acadêmico Murilo Badaró, descerrada pelos seus familiares em concorrida cerimônia, a que compareceram Secretários de Estado, deputados, escritores, jornalistas e acadêmicos.

Antes de Murilo Badaró, só Vivaldi Moreira – 25 anos – e Martins de Oliveira – 14 anos – presidiram a Casa de Alphonsus de Guimaraens por tanto tempo. Foram quase 10 anos, durante os quais a Academia foi alçada a um patamar de prestígio e visibilidade nacionais jamais alcançados em seus 100 anos de existência.

O centenário do nosso Senado Mineiro foi comemorado em Juiz de Fora, Mariana, Ouro Preto e no Rio de Janeiro, onde pela primeira vez a Academia Brasileira de Letras abriu suas portas para homenagear uma congênere estadual.

O prestígio pessoal de Murilo Badaró, seu carisma e sua autoridade moral, exercidos ao longo de 50 anos de vida pública, foram colocados a serviço da Academia, à qual dedicou o melhor de seu intelecto.

* Professor. Secretário Geral da AML, ocupa a cadeira nº 36.

Minha história pessoal com Murilo começou nos idos de 1963, quando exercia seu segundo mandato de Deputado Estadual, na velha sede da Assembleia Legislativa, na Rua Carijós.

Por um ano trabalhando lá com o então deputado Hélio Garcia, tive a satisfação de conhecer e conviver com Murilo, elegante e já erudito, sobressaindo-se em uma Casa da qual uns poucos alçaram voos maiores na vida pública nacional.

Uma circunstância especial nos aproximou: procurava ele a esgotada obra de Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*, e eu, um jovem “rato de sebos”, já a havia lido e tive o privilégio de oferecê-la ao combativo e culto deputado.

Ele haveria de me retribuir o gesto em 1970, com um exemplar de sua obra *Reforma e Revolução* e, nos anos 80, me honraria com a indicação de meu nome para a presidência do Instituto Brasileiro do Café, à época com escritórios em cinco países, e forte presença na economia nacional.

Murilo acabou tornando-se um dos maiores memorialistas do país, ao pesquisar e escrever as biografias de José Maria de Alkmin, Milton Campos, Gustavo Capanema e Bilac Pinto, sempre com um estilo leve e escorreito e sólido conhecimento dos personagens focados.

Na vida pública, colheu vitórias e revezes, mas passou por ela com galhardia e coragem, enaltecido pela coerência das ideias e pela correção no trato da coisa pública, ao melhor estilo de uma geração de homens públicos mineiros que se situaram acima das paixões e das maledicências, respeitados e admirados pela sua gente.

O seu ato de coragem ao proferir o “discurso de uma geração”, em momento de fraqueza das instituições e ausência de liberdades constitucionais, marca um divisor de águas, onde os princípios e valores pairam acima da própria sobrevivência política.

A sua perda me foi sofrida como a perda de um irmão de sangue e de alma, e a notícia do seu falecimento, em 2010, me levou às lágrimas, inconsolado com a partida prematura de alguém que estava no auge da sua produção intelectual e na maturidade de uma vida vivida com intensidade e grandeza, brandura e reconhecimento de seus pares. Homem

público realizado e respeitado, intelectual da melhor cepa e pai de família amoroso e dedicado.

As portas da Academia Brasileira de Letras estavam se abrindo para ele e sabíamos todos que era a sua hora, tolhida pelas mãos implacáveis do destino.

Seu retrato na galeria dos presidentes da Academia Mineira de Letras não é mais um registro, dentre vários que lá estão por circunstâncias e eventualidades. Murilo emprestou à Casa o prestígio de seu nome e, na apresentação da *pré-memória* dos seus 50 anos de vida pública, publicada em 2009, fez questão de inserir um subtítulo que resume e encerra a sua missão de vida: “Servir, um verbo a ser conjugado em todos os tempos”.

No 16º retrato inaugurado na galeria dos ex-presidentes da Academia, os olhos penetrantes de um rosto altaneiro nos fitam da eternidade e nos convidam a nos tornarmos sempre dignos de uma Casa que honra as melhores tradições de Minas Gerais.



EM BUSCA DE MIGUEL TORGA

*Pedro Rogério Couto Moreira**

De passagem por Lisboa no último abril, tive o grato prazer de privar de um jantar com o ex-presidente de Portugal, Mário Soares e dona Maria Barroso, em sua residência no Campo Grande. Encontro ornado pela simplicidade e fidalguia dos anfitriões e pela boa conversa sobre política e literatura, temas caros aos donos da casa e aos homenageados da noite, o ex-presidente José Sarney e dona Marly.

A horas tantas, minha mulher Yara comentou que seu sogro, Vivaldi Moreira, nutria sincera paixão por Portugal e lá tivera grandes amizades. Convocado a mencioná-las, citei apenas os nomes mais conhecidos naquela mesa, ressaltando que eram nomes tão ilustres quanto díspares: o ex-primeiro-ministro Marcelo Caetano, discípulo do ditador Salazar, e o escritor Miguel Torga, perseguido pelo salazarismo. E esclareci que amizade mesmo, afetiva, tivera meu Pai com Caetano; com Torga, foi uma enorme admiração literária, manifestada em inúmeros artigos que publicou sobre a sua grandiosa criação como ficcionista, ensaísta e especialmente como o intimista autor do “Diário”.

– Mais do que homens díspares, conflituosos! – espantou-se dona Maria Barroso, e certamente quem ali falava era a presidente da *Pro Dignitate*, fundação de direitos humanos respeitada em toda a Europa.

* Jornalista, escritor. Ocupante da cadeira 38 da Academia Mineira de Letras, sucessor de Vivaldi Moreira.

Pensei cá comigo: esse era o meu Pai, o Velho Vivaldi. Ele cultivava o universalismo, era despedido de quaisquer preconceitos, um pensador que não se impunha barreiras. Tinha sincera admiração intelectual pelo “professor Marcelo Caetano”. Quanto Vivaldi lamentou (está no seu *Diário*) o fato de o governante português não se ter guiado pelas ideias liberais que mostrara em Coimbra! E, quando o deposto presidente do Conselho de Ministros veio exilado para o Brasil, nasceu o afeto que os uniu para sempre. O professor Caetano conheceu Belo Horizonte e se hospedou em nossa casa da rua Professor Moraes 600. Vivaldi o visitava sempre que ia ao Rio. Restou deste intercâmbio pessoal uma copiosa correspondência, de que me ocuparei um dia.

Voltemos ao jantar em Lisboa. Sobre Marcelo Caetano os anfitriões foram elegantes: enquanto dona Maria Barroso guardou silêncio obsequioso ao nome do governante derrubado pela Revolução dos Cravos apoiada pelo marido socialista, Mário Soares apenas aditou que Marcelo havia sido seu professor no curso de Direito, “um excelente professor”, e naquela altura mantiveram certa interlocução. A mim ficou claro que o casal não iria profligar pessoa grata ao convidado. Quanto a Miguel Torga, deu-se uma enxurrada de comentários que dominou toda a sobremesa. Dona Maria Barroso quis saber o que eu lera dele. “Contos da montanha” e “Novos contos da montanha” – informei. E ela, empolgada:

– Não conheces então o Torga poeta? Não sabes o que estás a perder!

José Sarney lembrou episódio que engrandece o escritor português e o nosso Jorge Amado. O caso foi que o brasileiro se encontrava em Coimbra recebendo o título de doutor, e o reitor afirma estar o auditório da universidade diante do futuro Prêmio Nobel. Jorge Amado corrige: “O futuro Nobel da língua portuguesa está entre vós, é o grande Miguel Torga!”

Desafortunadamente a previsão não se confirmou, nem para um nem para o outro. Torga morreu em 17 de janeiro de 1995. Jorge em 6 de agosto de 2001. A Academia Sueca premiou Saramago.

Na manhã seguinte ao jantar, dona Maria Barroso fez chegar às minhas mãos, no Hotel Tivoli, a obra poética completa de Miguel Torga. Bela edição de Publicações Dom Quixote. O editor compilou todos os

poemas esparsos, originalmente inseridos nos volumes do *Diário*. O belo presente veio com um cartão em que a anfitriã da véspera me desejava boa leitura. E a fiz, encontrando nos dois pesadíssimos volumes o maior poeta da língua portuguesa moderna – e quando escrevo portuguesa refiro-me também à língua escrita no Brasil. Torga é mesmo o maior de todos os nossos maiores.

Outras lembranças – O nome de Miguel Torga sempre foi mencionado em nossa casa. Ouço-o desde menino. Seus livros, todos encadernados com capa dura e letras douradas na oficina do celebrado artífice Calijone, na rua Espírito Santo (esta lembrança eu retirei do baú mais profundo da memória), ganharam o lugar de alta nobreza na biblioteca de Vivaldi: o armário de portas de vidro do seu gabinete de trabalho da rua Professor Moraes.

Minha Mãe era leitora contumaz do *Diário*, derramado sobre 17 volumes. Minha irmã Maria do Céu se recorda de ter ouvido de dona Brante: “Isto sim, minha filha, é que é literatura!”. De fato, críticos portugueses (leio no *Google*) salientam que na obra intimista o escritor português atingiu a plenitude de sua criação literária.

De volta de Lisboa e com Torga na cabeça, deixei Brasília para ir a Belo Horizonte espiar a prateleira do escritor português na estante de vidro de Vivaldi. Abri, sem escolher, um volume qualquer do *Diário* e li: “A vida afetiva é a única que vale a pena. A outra seria apenas para organizar na consciência o processo da inutilidade de tudo”.

Em virtude deste comércio espiritual dos Moreira com o Torga, suponho que Vivaldi tenha buscado estímulo no escritor português para iniciar a composição de seu *Diário*, que abarca 27 cadernos e que cobre seis décadas, de 1934 até pouco antes de sua morte, em janeiro de 2001. Alguns fragmentos meu Pai publicou, em forma de artigos. Pensamos agora em digitalizar todos os cadernos, primeiro passo para uma futura edição da obra póstuma de Vivaldi.

Acabei retirando da estante todos os livros de Torga. Como o meu Pai era um emérito guardador de coisas entre as páginas de seus milhares de livros, achei que havia uma boa chance de achar algo interessante. E quem procura, acha. Achei um exemplar de setembro de 1991 de *O*

estopim, jornal eventual, mimeografado, editado pela família de minha Mãe residente no Rio de Janeiro e que circulou, dos idos de 1964 até recentemente, entre os parentes e amigos chegados. Há uma crônica de minha prima Thaís Brandão sobre o seu marido, Néelson Siqueira, clínico-geral no Rio de Janeiro. Néelson tinha fama de saber de tudo um pouco. Fama comprovada. Passo a palavra à sua mulher Thais:

“Numa de nossas viagens a Belo Horizonte, na década de 1950, fomos visitar Vivaldi e Brante. Vivaldi se encontrava na biblioteca, em cima de uma escada, naturalmente com um livro nas mãos. Mal chegamos e, lá de cima mesmo, Vivaldi foi-se dirigindo ao Néelson:

– Aposto que você não conhece este livro que tenho nas mãos: “Bichos”.

– “Bichos”? Quem é o autor?

– Miguel Torga, o maior escritor português da atualidade.

– Bem, Vivaldi, “Bichos” de fato ainda não li, mas o autor conheço pessoalmente.

– Como conhece?! – espantou-se Vivaldi.

– Ele ficou órfão em Portugal e seu tio, que era comerciante e morava em Providência, onde nasci, mandou buscá-lo e assim fomos contemporâneos no Ginásio de Leopoldina!”

Se o pai se espantou com a revelação do primo 50 anos atrás, o filho também se espanta agora, mas se espanta com a vasta ignorância que carrega. Eu sabia que Torga havia morado no Brasil, mas cismei que tivesse sido em Carangola. Até passei a informação errada para os comensais do jantar de Lisboa. Talvez tenha fundado a cisma num fato dos anos 60: Vivaldi enviando o seu livro de memórias, *O menino da Mata e seu cão Piloto*, para Miguel Torga, com uma dedicatória em que falava de “nosso ecúmeno comum”, a Zona da Mata mineira. Imaginava que ele se referia à zona rural de Carangola, onde Vivaldi passou a infância. Infância dura, mas feliz, desigual à que viveu a 60 quilômetros dali o portuguêsinho Torga em Providência, distrito de Leopoldina. O brasileiro pelo menos era pobre junto aos pais e na sua terra, e o portuguêsinho sofria o pão que o diabo amassou longe de sua pátria. Torga tinha 13 anos quando veio, tolhido pela miséria, em 1920. O tio

que o acolheu era rico, proprietário de fazenda de café e casa de comércio. A esposa tratava mal o sobrinho-torto. Ele capinava, colhia café, ordenhava e ainda fazia o serviço doméstico pesado. Penou. Penou tanto que, num poema intitulado “Brasil”, a tinta da poesia não consegue disfarçar o remoto penar:

Pátria de emigração.

É num poema que te posso ter...

A terra – possessiva inspiração,

E os rios – como versos a correr.

Achada na longínqua meninice,

Perdida na perdida juventude,

guardei-te como podia:

na doce quietude

da força represada na poesia.

O tio, afortunadamente, descobriu a inteligência e os pendores intelectuais do sobrinho Adolfo. Sim, este era o seu nome de batismo: Adolfo Correia da Rocha, nascido a 12 de agosto de 1907 em São Martinho da Anta, no concelho de Coimbra. O fazendeiro matriculou o menino no Ginásio Leopoldinense. Adolfo foi sempre um dos primeiros da turma. Resolveu então o tio custear-lhe os estudos em Coimbra. Formou-se médico em 1928. No mesmo ano, publica seu primeiro livro, *Ansiedade*. E adota o nome literário pelo qual passa a ser conhecido e admirado: Miguel, por causa de Cervantes e de Unamuno; Torga, uma planta brava, resistente, que sobrevive na rocha, própria da região onde nasceu, Trás-os-Montes.

O doutor Adolfo Correia da Rocha especializou-se em otorrinolaringologia. Miguel Torga já era especialista no ser humano – melhor dizendo: especialista em alma humana. Subespecialidade: na alma humana da gente sofrida do seu querido Trás-os-Montes. Como não há nada mais universal do que nossa aldeia, Torga escrevia para o mundo inteiro. No começo dos anos 50 já era traduzido até no Japão!

Antes da aventura sofrida do Brasil, o pai mandara o menino Adolfo para um seminário. Ele tinha de fato uma inclinação religiosa. Mas a intenção primeira não visava fazê-lo padre, mas, sim, desonerar a casa pobre de mais uma boca a disputar migalhas. O menino ganhou consciência e abandonou a miragem. O sofrimento na infância e adolescência, e sobretudo a permanência do contato com a miséria humana no exercício da medicina naquelas pobres paragens do Norte de Portugal, modificaram o sentimento religioso de Miguel Torga. O médico revoltava-se diante das impossibilidades. Questionava a misericórdia do Criador diante da pobre gente desamparada. Mas permaneceu invocando o nome de Deus, o que demonstraria que não perdera de todo a fé cristã.

O nosso desencontro – Estive perto de Miguel Torga, mas o destino me negou a possibilidade de encontrá-lo. Eu havia lido com avidez os seus contos. Um deles me marcou profundamente. Era a história do “Alma grande”, um homenzarrão respeitado e temido na aldeia, embora no cotidiano fosse um sujeito pacato, residindo no alto da montanha. Só descia quando era convocado para uma secretíssima e piedosa ação: ele abreviava a agonia dos desenganados. A família que o convocava deixava-o a sós com o agonizante. O Alma Grande, então, com sua força descomunal, envolvia-o num apertado e mortal abraço. Torga sugere que o fato era comum em certas aldeias isoladas nas montanhas e que a cerimônia do sufocamento seria de tradição judaica. Aquele esquecido povinho português, externamente católico, mantivera o ritual hebraico entre quatro paredes caiadas. Certamente foi no exercício da medicina que o autor recolheu a história – como muitas outras de sua obra tiveram a mesma origem. Fiquei tão impressionado que escrevi uma carta para o jornalista e escritor de origem judaica Alberto Dines, historiador da presença judaica na Península Ibérica, para indagar se havia procedência na figura impressionante do Alma Grande. Dines me respondeu: é mais um mito sobre os cristãos novos, uma licença poética do grande Torga... Será?

Sob a forte impressão das leituras de *Contos da montanha* e *Novos contos da montanha*, saí em busca de Miguel Torga. Era setembro de 1989. Para festejarmos em Lisboa os 77 anos de Vivaldi, pai e filho atravessaram o Atlântico. Numa sexta-feira decidimos ir à Coimbra. A

intenção inicial era apenas rever a cidade, quebrar o *déjà vu* de Lisboa. Mas, aboletados no trem-de-ferro, meu Pai deu a ideia de aproveitarmos a viagem para irmos ao encontro de Torga. Vivaldi não tinha o telefone do escritor, mas sabia de cor o endereço do consultório do doutor Adolfo, pois lá estivera anos atrás. Consideramos a possibilidade de Miguel Torga se aborrecer com a visita inesperada. Afinal, ele tinha fama de cultivar a solidão, execrar conversa fiada. Não frequentava círculos literários nem festas sociais ou políticas. Torga vivia para os livros dentro de sua casa e o doutor Adolfo até que se dava bem com sua clientela, geralmente gente das classes menos favorecidas, às quais assistia até mesmo sem pedir paga.

Após passarmos em revista as idiosincrasias do escritor, ponderamos, com ousadia, que valia a pena ir ao seu encontro. A fim de não perturbarmos o cotidiano de sua profissão de médico, aguardaríamos o cair da tarde para chegarmos ao seu consultório numa hora que calculamos aleatoriamente ser o fim de suas consultas.

Às 17 horas em ponto chegamos ao Largo da Portagem e batemos à porta da casa de número 45. Pregada à parede, a placa informava:

Dr. Adolfo Rocha
Médico especialista
Ouvidos-nariz-garganta

Não houve resposta. Notamos as duas janelas fechadas. Insistimos na batida. Nada. Passamos a observar o ambiente. Do outro lado da rua, na calçada, duas anciãs sentadas em cadeiras leves falavam da vida naquela tarde morna. Uma delas, a gorducha, tinha um pano vermelho na cabeça. A outra, magricela, um pano preto. “Ela é viúva, a outra ainda tem o marido”, cochichou Vivaldi. Ambas poderiam perfeitamente se encaixar numa página de Miguel Torga. Era a gente retratada por ele em seus livros.

A gorducha falou-nos:

– O doutore está a passar o fim de semana no Estoril. Foi no comboio das 12 horas. Na segunda-feira, cá estará de regresso.

Vivaldi morreu. Não lhe foi possível ganhar o melhor regalo no aniversário dos seus 77.

“Os livros, nossos amigos” – Como já escrevia no título de sua obra célebre o saudoso confrade Eduardo Frieiro, bem a propósito um tipo psicológico assemelhado ao nosso Miguel Torga. Pois então, passei a tarde inteira na biblioteca de Vivaldi, junto à estante de vidro, a manusear todos os livros do mestre de São Martinho de Anta. Abri um por um, para ler as anotações de Vivaldi – centenas – e também para achar o que meu Pai metera dentro: recortes de jornais sobre Torga, sobre a política nacional portuguesa, sobre a vinda do escritor ao Brasil em 1954 para um congresso de escritores em São Paulo e uma revisita de saudade à Fazenda Santa Cruz onde penara na infância, uma *boutade* de Rubem Braga afirmando que Torga ficara impressionado com o desenvolvimento de Cachoeiro do Itapemirim, terra natal do grande cronista, etc...

Dentro do volume XVI do *Diário*, encontro um envelope selado de Portugal e enviado ao “Exmo. Sr. Dr. Vivaldi Moreira”. É endereçado para a Rua da Bahia 1466, isto é, a sede de nossa Academia. Não se lê a data do carimbo postal. O remetente não se identificou no anverso do envelope. Dentro, o cartão de visitas apenas com o nome impresso do escritor, sem data e procedência. E os dizeres manuscritos a caneta-tinteiro: “Muito sensibilizado pela compreensão e generosidade dos seus artigos, **Miguel Torga** apresenta seus cordiais cumprimentos”.

Dou mais uma folheada no exemplar XVI do *Diário*. E vejo assinalado em caneta verde por Vivaldi, no registro de 10 de agosto de 1991, esta confissão de Miguel Torga: “O meu verdadeiro rosto, presente ou futuro, está nos livros que escrevi. É neles que disse quem sou e como sou, e é neles que espero se prolongue e alargue a graça desta comunhão humana, sem a qual a passagem pelo mundo não teria sentido”.

O sentimento poderia ter sido manifestado por Vivaldi Moreira. Nosso Presidente-Perpétuo, cujo centenário de nascimento comemoraremos em 2012, pensava tal e qual sobre si e sobre o destino de seus livros.

A LIÇÃO DEMOCRÁTICA DE MILTON CAMPOS

José Bento Teixeira de Salles*

Muito me sensibilizou o convite para discorrer na Universidade Livre da Academia Mineira de Letras sobre Milton Campos e sua trajetória na vida pública do País.

Em primeiro lugar, atendo a gratas imposições afetivas. Como integrante da entidade promotora, conheço de perto o trabalho empreendido pelo nosso preclaro Presidente Vivaldi Moreira, cujo empenho, operosidade e dedicação vem deixando a marca de sua personalidade na história deste sodalício.

Já a Universidade Livre, vitoriosa iniciativa na área cultural, encontra na pessoa modesta, amena, erudita e nobre do dr. José Crux Rodrigues Vieira o mais credenciado intelectual para assumir as árduas responsabilidades do curso.

Do trabalho e da dedicação destes dois apóstolos da cultura mineira depende, fundamentalmente, o maior êxito das iniciativas empenhadas nesta casa de saber e de inteligência.

Por outro lado, manifesto emocionado reconhecimento pelo convite, pois tive a honra de participar do governo Milton Campos em Minas e pude avaliar, de perto, toda a grandeza que aureolava a personalidade do eminente coestaduano.

* Jornalista. Ocupa a cadeira n° 27 da Academia Mineira de Letras.

Poucos homens públicos mineiros deste século alcançaram as culminâncias de um irretocável pensamento cívico quanto o eminente Governador Milton Campos.

Não me refiro, é certo, às luzes fugazes do palco político, cujos cenários se amoldam às imposições do momento, mas à formação moral e à consciência ideológica que caracterizaram a estrutura mental do mineiro ilustre.

Para melhor compreender sua posição como defensor autêntico da liberdade e da justiça, é conveniente situá-lo no tempo e no espaço.

Nascido no dia 16 de agosto de 1900, em Ponte Nova, Milton Soares Campos viveu durante o fastígio do liberalismo que, partindo da revolução industrial inglesa, invadira todos os países, ditando as normas na política, na economia e nas artes. O apogeu do sistema liberal trouxe para o mundo todas as reconhecidas conquistas de um novo período na história da civilização.

E criando seus próprios algozes, forjou uma geração contestadora, que buscava traçar rumos diferentes na árdua caminhada para o futuro.

Em meio aos fulgores de intensa atividade intelectual, Milton Campos integrou essa geração atormentada, participando do grupo que, em Minas, deu ressonância ao movimento modernista de São Paulo, identificados os dois grupos, embora praticamente estanques, nos mesmos ideais de um mundo novo e progressista.

Enquanto isso, na política, com base no pensamento marxista e em exacerbado nacionalismo, crescia a tendência totalitária, aproveitando-se dos equívocos, falhas e acomodações da burguesia dominante. A certa altura, o nazi-fascismo e comunismo se identificavam, confirmando o velho aforismo de que os extremos se tocam. E de tal forma se tocavam que muitos fascistas convictos se transformaram depois em extremados esquerdistas.

Neste quadro do pensamento político da primeira metade do século XX, o democrata Milton Campos situava-se na “difícil posição do meio termo”, entre o liberalismo retrógrado e as ascendentes forças totalitárias.

A posição do meio termo, aliás, seria uma constante no pensamento político do ex-governador de Minas, justificando-se por isso mesmo nova abordagem do tema, no correr desta exposição.

Se assim se pode visualizar a figura de Milton Campos dentro da evolução do mundo contemporâneo, busquemos agora no espaço físico que ajudou a compor a sua personalidade, a reafirmação dessa tendência de moderado comportamento.

Dois autores mineiros – Silvio de Vasconcelos em “Mineiridade - Ensaio de caracterização” e Paulo Pinheiro Chagas em “A resposta de Juscelino” – interpretaram, numa visão sociológica a ideologia e a atitude política e Milton Campos como resultantes da formação do homem de origem agropecuária, em contraposição ao minerador: o primeiro, enraizado no palmo de terra que lhe fornece o indispensável para a sobrevivência, é discreto e sóbrio, prudente, introspectivo e austero. Já o minerador, de certa forma nômade em busca de novos veios e da fortuna, é ambicioso, arrebatado, extrovertido, aventureiro e alegre.

As raízes agrárias de Milton Campos compuseram-lhe a personalidade ponderada do homem rural. A cultura humanística do mineiro haveria de influir igualmente sobre aquele espírito fino e de aguçada inteligência, forjando a figura do intelectual e do mestre.

Seria natural que, na juventude, as ânsias da idade acentuassem as convicções do moço independente e esclarecido.

Ainda estudante, perdia-se muitas vezes em devaneios literários e filosóficos, como se pode ler em números de “A Revista”, publicada em 1922, ano em que se formou em Direito.

Percebe-se, já então, a agudeza de espírito do jovem bacharelado, manifestada em pensamentos esparsos, nos quais se vislumbra certo ceticismo e leve ironia, atributos que tanto marcaram sua personalidade.

Também seu discurso como orador da turma revela corajosa independência e espírito libertário: “O mestre está sempre de um lado e o discípulo de outro – disse ele; lá pelos idos de 1922. Não é concebível, portanto, que vejam ambos a mesma face da verdade”. E vai além, na sua crítica aos conceitos estratificados: “O mestre é como os andaimes, que se atiram fora, tão logo o edifício apruma a fachada”.

Com o correr dos anos, a vivência refreou os seus ímpetos, conduzindo-o a uma posição de equilíbrio que haveria de orientar sua conduta na maturidade.

Daí, a já referida defesa do meio termo, cuja definição encontra suas raízes na filosofia grega e, mais precisamente, em Aristóteles.

O Prof. Fábio Rômulo Reis, na tese “O pensamento político – filosófico de Milton Campos”, apresentada na Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, observou que o ceticismo de Milton Campos era um corolário de sua postura mineira equilibrada, realista e de permanente defesa do meio termo. Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco*, capítulo VI, número I, admite que “se deve preferir o meio termo e não o excesso ou a falta e que o meio termo é determinado pelos ditames da reta razão”.

Já Abgar Renault, no prefácio do livro *Compromisso democrático*, registrou com precisão:

“O meio termo dominou também a ação do governo, mais notadamente nas áreas da política, demarcadas com absoluta nitidez por acampamentos vizinhos e hostis. Sem ele – acrescentou Abgar – não haveria sido possível guardar exatidão, equilíbrio e equidistância nos dias carregados e bruscos de um governo de coligação, isto é, do meio termo”.

Outra vertente filosófica que teria contribuído para a estruturação do ideário político de Milton Campos foi o racionalismo cartesiano.

No eminente mineiro foi nítida a influência de intelectuais e escritores franceses, a começar de Anatole France, embora Pedro Aleixo reduzisse a dimensão da presença do pensamento anatoliano em Milton Campos.

Assim também Descartes foi, durante algum tempo, leitura habitual de nosso ilustre coestadano.

Não é difícil compreender que o já citado meio termo se ajusta à lição do sábio francês que, levantando a dúvida como método de raciocínio, acaba por substituir a fé e a crença em ideias preconcebidas pelo uso da razão – que nos conduz à ponderação, ao equilíbrio e, conseqüentemente, ao meio termo.

Daí, a contraditória posição de Milton Campos, um homem essencialmente racional e cético que possuía, ao mesmo tempo, uma inabalável crença na liberdade e na justiça.

Na área política, para definir com maior precisão as convicções liberais do ilustre democrata, permito-me transcrever trechos de um documento pouco divulgado, mas que é um primor de manifestação cívica e convicção democrática.

Quando governador, em resposta a uma carta de correligionário de Monte Alegre, que se mostrava revoltado diante de manifestações de hostilidade partidas de um grupo pessedista à sua pessoa, Milton Campos afirmou com serenidade:

“Não estranhemos agora abusem da liberdade que para eles conquistamos, aqueles que nunca a concederam a ninguém e talvez mesmo nem a tenham conhecido. A implantação do regime democrático oferece esses dissabores e cumpre-nos resistir às provocações dos que abusam das franquias em cujo gozo se encontram. Tenhamos paciência. Mesmo os excessos devem encontrar-nos serenos e tranquilos, pois as hostilidades de hoje se transformarão em consagração amanhã, quando os que nos agridem tiverem compreendido, pela educação cívica que lhes proporcionamos, as vantagens da cortesia política e a necessidade da moderação no exercício de seus direitos”.

E acrescentou, em sua lição democrática: “Os homens de civismo primário preferem deixar-se dominar pelo medo e raramente são seduzidos espontaneamente pelos princípios. Receiam a força que é um elemento de coerção e não respeitam a autoridade, que é um princípio de disciplina social”.

A liberdade, para Milton Campos, antes de ser aparatosa ostentação de concessões demagógicas, era o exercício permanente e discreto da democracia, tanto mais importante quando, no governo de Minas, ajudou a reimplantar o regime destruído pela ditadura getulista ou ainda quando, no Ministério da Justiça, deu embasamento moral e jurídico aos princípios programados pela revolução de 64.

Mais do que isso talvez, foi a atividade cotidiana do homem sincero e autêntico, o dia-a-dia do confronto com as incompreensões humanas e

as ambições políticas, características que teriam mais nitidamente fixado o perfil do democrata convicto, inteligente e esclarecido.

Aquela já aludida origem familiar rural, nele fortaleceu o culto da Justiça, aprimorado pela militância profissional da ciência do Direito. Advogado e jurista, consultor e jurisconsulto, Milton Campos encontrou no respeito à lei o melhor instrumento para o império da justiça.

Afonso Arinos melhor fixaria as ideias e posições políticas de Milton Campos ao afirmar, em síntese precisa, que a liberdade política, a ordem jurídica e a justiça social foram as fontes inspiradoras do comportamento do eminente homem público.

Aí estaria a essência de seu pensamento, toda a razão de ser de sua inabalável posição democrática: liberdade, ordem jurídica e justiça social.

Sobre a liberdade, Milton Campos lembraria a lição de Alain, publicista francês: Se impedíssemos, a cada dia, que se levasse uma pedra à Bastilha, não seria preciso demoli-la.

Fundamentada na defesa dos direitos humanos e sociais, a visão doutrinária de Milton Campos não deve ser confundida com o liberalismo retrogrado do passado.

Neste sentido, foi correta a análise de Tristão de Ataíde quando afirmou que “O liberalismo de Milton Campos não era anacrônico, nem uma subordinação aos interesses de uma oligarquia plutocrata. Nem a defesa de uma politicagem minada de vícios eleitorais”.

Homem do centro, praticou a democracia no seu mais amplo significado. Defensor intransigente da lei, opôs-se às investidas totalitárias, sempre que se pretendeu subverter a ordem e destruir as instituições. Inteligência lúcida e progressista, observou a evolução do mundo moderno e, embora confiando na iniciativa particular, manifestava-se muitas vezes intervencionista moderado. Assim é que aceitou e defendeu o monopólio estatal do petróleo, dos minerais atômicos e da eletricidade, assim como defendeu a necessidade de uma reforma agrária, dentro dos quadros da realidade brasileira e dos limites constitucionais.

Quanto à sua posição relativa à reforma agrária, tomou-se por demais conhecido o seu admirável parecer sobre o projeto no Legislativo,

considerado um dos mais lúcidos, independentes e fundamentados trabalhos alusivos ao momentoso tema.

Sua posição de liberal convicto não impedia que ele assumisse atitudes progressistas e nacionalistas, como ocorreu, por exemplo, no caso do petróleo.

Quando ministro da Justiça e, nesta condição, membro do Conselho de Segurança Nacional, assumiu firme posição contrária à proposta do ministro Roberto Campos que representava verdadeiro golpe de morte na nacionalização do petróleo.

Tive oportunidade de ler a minuta de seu lúcido e precioso voto refutando, em pouco menos de duas páginas, as razões do brilhante companheiro de ministério, contestação que recebeu – honra seja feita – o franco apoio do então ministro Ernesto Geisel.

Milton Campos reconhecia, certamente, que um mundo novo surgia das experiências do liberalismo, cujo enfraquecimento, aliás - a observação é dele - “coincide com as formas modernas do absolutismo renovado”.

Numa época em que mais acirrados eram os extremismos, Milton Campos teve o bom senso de colocar-se na posição intermediária, em um mundo dividido entre conservadores e reformistas.

“Mas os primeiros – comentou com sutil ironia – não hão de ser como o conservador inglês, do qual se dizia que, se tivesse estado presente à criação do mundo, teria pedido a Deus que conservasse o caos. Nem os segundos hão de ser como o reformista insensato que não reforma a própria casa em ruína porque prefere reformar o sistema planetário”.

Nessa posição de equilíbrio, condenou os excessos do intervencionismo, que conduzem à opressão, ao mesmo tempo em que reconheceu ser nítido o sentido da evolução do mundo moderno, “quando o proletariado ganha a consciência de seus direitos e a burguesia adquire o sentimento de seus deveres”.

Uma das grandes virtudes de Milton Campos foi exatamente conciliar as aspirações da justiça social, que “tende a eliminar as desigualdades iníquas”, com a liberdade de iniciativa.

O ponto nuclear de sua posição política revela-se no substitutivo por ele apresentado ao artigo 146 da Constituição de 1946. O projeto

primitivo enunciava o princípio da intervenção sem qualquer limitação ao legislador ordinário, ao passo que a emenda referida, afinal vitoriosa, procurava ressaltar o prevalecimento das garantias constitucionais contra os perigos do ilimitado arbítrio intervencionista.

A vida de Milton Campos foi um sacerdócio permanente de pregação democrática.

No governo de Minas esse comportamento foi mais importante quando se recorda que a redemocratização implantava-se sob as cinzas fluidas da ditadura getulista. Grande parte do povo acreditava ainda nas demagógicas ilusões totalitárias, enquanto a democracia era aquela “plantinha tenra” de que nos falou Otávio Mangabeira.

O conturbado período político exigia cautela e ponderação – atributos que não faltavam ao sereno coestadano.

No Parlamento, não foi outra a sua atuação, situando-se na já aludida posição do meio termo, a que ele próprio referia como sendo aparentemente tímida e covarde, mas, na realidade, “uma posição de coragem, daquela tranquila e determinada coragem que resulta da convicção sincera e refletida. O ponto extremo – diz Milton Campos – é mais cômodo, porque oferece uma definição precisa e dispensa as constantes revisões que a realidade suscita. O ponto intermediário é mais propriamente uma zona fronteira, de contornos imprecisos e lindes esquivas, mas onde mais adequadamente se demarca a área da realidade”.

Era compreensível que em sucessivos pronunciamentos Milton Campos reafirmasse essa posição. Sereno e cauteloso, não se deixava levar pela intolerância; a cultura humanística dava consistência às suas convicções liberais; a formação jurídica conduzia à defesa da igualdade social, política e econômica; a crença democrática levava-o a aceitar as conquistas do mundo moderno, conciliando o liberalismo – que lhe era inato – com intervencionismo, que ele compreendia e aceitava. A pregação do princípio da tolerância e a crítica ao radicalismo eram consequências naturais da formação de sua personalidade e de suas convicções.

Em sua dadivosa vida pública, quando convocado para as funções de ministro da Justiça do governo Castelo Branco, ele desempenhou papel

de importância relevante na implantação do novo regime, que surgira para debelar os males de uma falsa e despreparada pregação esquerdizante do governo João Goulart.

Em seu livro *A política de meu tempo*, Osvaldo Trigueiro, com autoridade de Procurador Geral da República, observa que Milton Campos “deu a Castelo Branco uma colaboração da mais alta valia, como homem prudente que sabia aconselhar o Presidente no melhor sentido, quero dizer, no sentido da moderação, da liberdade e do respeito à lei”.

Sirvo-me ainda das observações do político paraibano para melhor definir a posição do ex-ministro da Justiça:

“No ministério, Milton Campos foi, na opinião geral, o elemento mais sereno e moderado. Não tomou a iniciativa de ordenar uma prisão, demitir um funcionário, iniciar processo de cassação de mandato ou suspensão de direitos políticos. Disso posso dar testemunho pessoal pela minha condição de Procurador Geral da República” – concluiu Osvaldo Trigueiro.

Fato digno de registro foi a posição de Milton Campos votando no Conselho de Segurança Nacional contra a cassação de Juscelino Kubitschek. Para fundamentar seu voto, o então ministro da Justiça argumentou que a medida deveria ser examinada sob dois aspectos: o jurídico e o político. Quanto ao primeiro, nada constava do processo que justificasse a cassação e quanto ao segundo, considerava que a referida punição iria fortalecer a aureola popular do ex-presidente da República.

A bem da verdade, faço este registro porque tive em mãos a minuta do voto acima referido, em manuscrito conciso e fundamentado.

Identificado com o espírito revolucionário de 64, na luta contra a subversão, Milton Campos afastou-se do Ministério antes do Ato Institucional nº 2, que determinou a realização de eleições indiretas para os governos estaduais e reabriu o processo das cassações, em evidente retrocesso da retomada democrática.

Embora discretamente, como de seu feitio, ele se afastou do cargo por discordar dos novos rumos traçados pela Revolução.

Mais tarde, em 1968, ao condenar o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo, ele manifestaria, em pronunciamento histórico, no Senado,

toda sua discordância em face do desvirtuamento sectário imposto à Revolução.

Esse pronunciamento justifica a sua posição e traça uma análise sucinta da realidade política naquele conturbado momento histórico. Disse ele então (observe o leitor que aí está a lúcida explicação sobre a sua posição de democrata em face da Revolução):

“Cumpre distinguir – afirmou – entre a Revolução e o seu processo. A Revolução há de ser permanente como ideia e inspiração, para que, com a colaboração do tempo invocada pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja no povo, seja nas elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranquiliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a Revolução e não o seu processo”.

Aí está, textualmente, a condenação às tentativas de prorrogação golpista que se sucederam à Revolução de 64.

A modéstia e discreto temperamento de Milton Campos e o estilo de governo austero contribuíram para impedir que a figura do estadista mineiro alcançasse, hoje, a projeção que o seu passado justifica.

Daí, pretenderam seus opositores criar a imagem de que Milton Campos fizera um governo honesto, mas inoperante, contrapondo-se à tese amoral do “furta, mas constrói”. A verdade, porém, é que Milton Campos realizou, sem furta.

Em seu governo, pela primeira vez na história da administração pública do País, foi executado um planejamento básico, o Plano de Recuperação e Fomento da Produção, sob a dinâmica e progressista direção do saudoso Américo R. Giannetti, então secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Voltado para os problemas fundamentais de Minas, o precioso documento faz uma análise da crise econômica do Estado para, em seguida, traçar um amplo esquema de realizações em todas as áreas da administração pública.

Para assegurar um embasamento prático à execução do Plano, foi criada a Taxa de Recuperação Econômica, com valor decrescente de 1948

a 1953, quando seria extinta. Posteriormente, a vigência da Taxa foi prorrogada pelo governo do Sr. Juscelino Kubitschek.

Seria fastidioso enumerar todos os empreendimentos então efetivados, mas não de me permitir que mencione, para documentar minha assertiva, a criação da Secretaria de Saúde e do Departamento de Administração Geral (DAG), embrião da futura Secretaria de Administração, bem como a instituição do “leito-dia”, para ajuda financeira aos hospitais, através de critérios técnicos e estatísticos, evitando-se o demagógico sistema de doações pessoais, de fundo eleitoral.

Agora, um dado importante, que a maioria dos mineiros ignora: a lei 510, de 10 de novembro de 1949, resultante de projeto de Milton Campos, autorizava o governo do Estado –notem os senhores –“a criar sociedades de economia mista para construção e exploração de centrais e usinas elétricas em Minas” – a verdadeira origem da CEMIG, recriada dois anos depois, pela lei 828 de 14 de dezembro de 1951, já no governo Juscelino Kubitschek.

Registre-se ainda que o governo Milton Campos contratou com a Companhia Brasileira de Eletrificação (CBE), da qual era diretor técnico o eng. Lucas Lopes, o projeto de um Plano de Eletrificação de Minas Gerais, que lhe foi entregue em 28 de junho de 1950.

O alentado trabalho compreendia nada mesmo do que 28 volumes com mais de 1.000 páginas de texto e 1.500 mapas, abrangendo um estudo completo das realidades produtoras de Minas, suas potencialidades econômicas e as bases de uma política de eletrificação.

Discursando no Palácio da Liberdade, na solenidade de entrega do Plano, o vice-presidente da CDE, coronel Bernardino de Mattos Neto acentuou a importância do documento entregue: “É, sem dúvida, o Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais o mais arrojado estudo feito no Brasil até hoje em demanda de sua grandeza econômica, digno de ser imitado pelas demais unidades da Federação Nacional”.

Milton Campos agradeceu. A História esqueceu.

É oportuno lembrar que a execução desse Plano de Eletrificação foi iniciada com a construção da Usina de Salto Grande, no Rio Santo Antônio, ainda no governo Milton Campos.

Foram também criados a Cidade Industrial de Santa Luzia; a Universidade Rural de Viçosa, a Escola Média de Agricultura, a Escola de Tratoristas e Sondadores em Florestal, o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Estação Central de Experimentação Vegetal, Subestação de Fruticultura de Ouro Preto, Serviço de Cultura de Algodão, Serviço de Cultura do Trigo, cinco laboratórios para fabricação de vacinas, três laboratórios de inseminação artificial, Estação Central de Experimentação Animal, Moinho Central para Calcário, em Araxá, e Fábrica de Adubos Fosfatados.

Ainda mais: o decreto-lei 2153 de 12 de julho de 1947 autorizava a criação e regulamentação dos seguintes órgãos e serviços: campos de produção de sementes em Leopoldina, Arcos, Ouro Preto, Sete Lagoas e dezenas de outros municípios; Subestações de fomento de algodão em Curvelo e Montes Claros e campos experimentais de trigo em Patos e Santa Luzia.

O referido decreto-lei criava também quatro escolas industriais, cinco escolas agrícolas de grau médio, o Instituto Agronômico de Zootecnia, a Escola de Saúde Pública, o Departamento Estadual da Criança, o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e reabriu as Escolas Normais de Montes Claros, Campanha e Itabira, o Colégio Estadual de Ubá, a Escola Normal de Uberaba, os Ginásios de Teófilo Otoni e Muzambinho.

Foi duplicado o número de escolas primárias de 6661 para 12066; criado o Colégio Estadual de Bom Despacho e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP); estabeleceu-se a gratuidade do ensino secundário oficial e, depois de 24 anos, realizaram-se concursos para professores no Colégio Estadual e no Instituto de Educação, em Belo Horizonte.

Alcançou também expressiva importância a criação do Ensino Agrário Ambulante, que levava aos mais remotos pontos do Estado um comboio com médicos, dentistas, enfermeiros, veterinários, agrônomos, além de remédios, filmes educativos, pequenos implementos agrícolas, noções básicas de saúde, higiene e economia doméstica.

Hão de perdoar se me alonguei na enumeração das realizações do governo Milton Campos, mas assim procedi para procurar desfazer a tese de que o ilustre mineiro fizera um governo “de braços cruzados”.

No frio julgamento da história há de prevalecer, contudo, não a soma admirável de realizações materiais, mas o exemplo do exaustivo e permanente exercício democrático, através de um governo que se fundamentou no respeito às liberdades individuais, à lei e à justiça, no árduo período subsequente à redemocratização de 45.

Na verdade, nós mineiros, temos esquecido cedo demais as lições do mestre inigualável. E é lamentável que assim ocorra.

Hoje, quando desfalece o brilho efêmero do totalitarismo, ajustando-se o Brasil e o mundo à retomada do processo democrático, o exemplo de Milton Campos é atual e eloquente. E quando os cristãos novos marcham em busca da verdade, aí encontrarão os ensinamentos do pensador emérito.

Depois que o movimento de redemocratização de 45 deu ao País a sua liberdade política, duas chagas que minavam o organismo nacional preocupavam o saudoso político mineiro: a demagogia e a corrupção. Dolorosa antevisão da realidade de nossos dias!

Para debelar, ou pelo menos amenizar aqueles males da democracia contemporânea, ele apresentou o projeto das eleições pelo voto distrital, que limitava geograficamente a área eleitoral a ser disputada, reduzindo em consequência, as facilidades da infiltração da demagogia e da corrupção.

A proposição é de tal modo importante que até hoje não foi aprovada pelos dignos representantes do povo... (*Et pour cause...*)

Não me alongarei ainda mais na lembrança de episódios e exemplos que a História registra na modesta, mas fulgurante vida cívica de Milton Campos. E se o civismo é, como ensinam os mestres, “a devoção ao interesse público”, nenhum político superou o ex-governador Milton Campos, nos seus atributos de honradez, probidade e dedicação ao bem comum.

Daí, a sua preocupação com a “*res publica*” – o exercício cívico no trato da coisa pública, vale dizer, a restauração do primado dos princípios republicanos.

Já no final da década de 50, Milton Campos abdicou de suas convicções favoráveis ao regime presidencialista para apoiar o

parlamentarismo, com a justificativa de que “o homem público deve adotar a posição de suas ideias e não as ideias de sua posição”, ao mesmo tempo em que criticava os homens públicos “que atuam sem um núcleo de ideias fundamentais que os vinculam a determinados princípios e convicções”.

Em discurso pronunciado em fevereiro de 58, apontou as falhas do regime presidencialista, no qual “o presidente é o grande solitário”, e aí, acrescentou ele, “a solidão é mais desolação que leva o chefe à amargura e o povo ao desalento”.

E concluiu afirmando que ao político deve cumprir o dever de abandonar os caminhos errados e ter a coragem de novas experiências.

Quanto ao liberalismo, ele indagava, entre cético e esperançoso:

“Quem sabe caberia ao liberalismo ser, no mundo agitado e tumultuário de hoje, o sal da democracia, para impedir que ela se corrompa e para conservar o essencial da liberdade e da dignidade do homem?”

Permitam-me que registre, uma vez mais, a atualidade do pensamento político de Milton Campos, antevendo, em dezenas de anos, a evolução contemporânea e os acontecimentos que recentemente reformularam a estrutura interna da Rússia, ou melhor, quando “a ditadura do proletariado” cede lugar à busca ansiosa da liberdade e da democracia, na área política e da abertura do mercado de capitais, no setor econômico.

Em artigo publicado no “Estado de São Paulo” de 24 de junho de 1979, o conceituado prof. Orlando M. Carvalho observou que “ao considerar a importância do trabalho como o reconhecimento de um dado do mundo moderno, Milton Campos se situa longe da extremada posição liberal do século XVIII, que via na propriedade a fonte exclusiva dos direitos”.

Enquanto defende a liberdade como instrumento do regime democrático, ex-governador vê em “um plano sistemático de justiça social” o processo de assegurar ao homem todas as condições de uma vida digna, através do direito ao trabalho.

Inteligente e humanista, acompanhou e ajustou-se a todas as alterações produzidas na sociedade - a observação é ainda do prof.

Orlando Carvalho – do que resulta a atualidade do seu pensamento político.

Essa atualidade torna-se mais viva no Brasil de nossos dias, quando a descrença popular nos homens públicos ameaça a própria estrutura democrática.

É oportuno observar que a questão básica do momento não é tanto a aleatória capacidade administrativa dos candidatos, mas a busca ansiosa da moralidade pública. Procura-se restaurar, antes de mais nada, a dignidade do poder e a honestidade do político – predicados nos quais o ex-governador de Minas pautou a sua vida exemplar.

Buscam-se hoje, ansiosamente, aquelas condições que ele ofereceu ao povo de sua terra, como um marco na história do País: probidade, honradez, honestidade, respeito à vontade popular e sincero culto à lei, à justiça e à liberdade.

Este é o sonho dos brasileiros. Este, o exemplo de Milton Campos – um dos homens públicos mais importantes de nossa geração e um dos mais eminentes pensadores políticos do Brasil contemporâneo.



DE GAULLE ESPIONOU JK

Ronaldo Costa Couto*

Paris, 1964, escritório de Juscelino Kubitschek de Oliveira, referência democrática brasileira, ex-presidente da República, exilado. Ele trabalha em suas memórias. Ama a França, mas está triste e decepcionado. Sabe que é espionado pelo governo do general Charles De Gaulle. Teme ser ouvido e gravado. Veio em busca de liberdade, respeito e paz. Mas vive preocupado com espões, microfones ocultos, grampos, fotos, violação de correspondência. Um suplício! Levanta-se, abre a janela, pega o rádio, liga, sintoniza, aumenta o som e diz: "Preciso contar algumas coisas, Maria Alice".

A pequenina Maria Alice Gomes Berengas, doce e culta carioca da gema, hoje com 88 anos, foi amiga e secretária de JK no exílio. É testemunha e vítima da intromissão francesa, que atribui ao *Deuxième Bureau*, serviço de inteligência. Delírios anticomunistas da Guerra Fria? Conivência com a ditadura brasileira?

Durante 46 anos ela guardou segredo do que viu, ouviu e sofreu ao lado de JK e depois. Ano passado, em Paris, abriu a alma ao professor Carlos Alberto Antunes Maciel, da Universidade de Nantes, para documentário sobre JK no exílio. Trecho: "Havia um prédio em frente, onde ficava um pessoal espionando a gente. Eram sempre os mesmos".

* Economista pela UFMG, doutor em história pela Sorbonne (Paris-IV), foi ministro do Interior, governador de Brasília e ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República. É autor, entre outras obras, de *História indiscreta da ditadura e da abertura* e do best-seller *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Ocupa a cadeira nº 16.

Infernizaram mesmo a vida de JK. Dele: “Era voltar ao Brasil ou meter uma bala no peito”. Fecha o escritório, manda queimar os arquivos. Chega ao Rio logo depois das eleições de 3 de outubro de 1965, com a mulher, Sarah, e Maria Alice. Traz esperança na democratização. Bem recebido pelo povo, é hostilizado pela ditadura. Policiado, perseguido e ameaçado, volta ao exílio no mês seguinte. Mas bem longe de Paris. Primeiro Nova Iorque, depois Lisboa. Maria Estela Kubitschek, em 25 de janeiro passado: “Papai nunca nos falou que era vigiado pelo *Deuxième Bureau*. Quis poupar a família de mais sofrimentos”.

E a fiel Maria Alice?

Avisada de risco de prisão, recorre à Embaixada da França. Resultado: tomam-lhe o passaporte francês. Assustada, consegue ajuda para esconder-se no transatlântico *Federico C* e nele viajar. Chegando à França, duros interrogatórios. Pergunto, em 2 de março de 2011: “O que queriam saber?”. Ela: “Coisas muito pessoais do presidente. Quem o visitara, o que dissera fulano ou beltrana. Eu dizia que não sabia, que não prestava atenção”. Insinuaram que sua única filha, Nicole, de 9 anos, poderia sofrer um acidente. Desesperada, levou-a de carro para Portugal. “Era muito mais importante a lealdade do que dar satisfação a essa gente. Depois de muito tempo, sumiram”.

JK recebia figuras políticas gradas, como o ex-presidente argentino Perón, o socialista francês Mitterrand, o exilado brasileiro Miguel Arrais. Prossigo: “Ele nunca foi envolvido em conspiração?” Ela, veemente: “Nada! Nada! Dizia que revolução não é solução. Não admitia que se derramasse uma gota de sangue”.

Maria Alice vive perto de Lisboa. Tem muita saudade de dona Sarah e JK.



CONFISSÕES E FUNDAMENTOS DE LIMA BARRETO

Fábio Lucas*

O fenômeno Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) reinstala-se na Literatura Brasileira com redobrado vigor. Cada vez menos como passagem de um período estilístico para outro e cada vez mais como entidade própria, manifestação artística autônoma, ao mesmo tempo carregada de sinais da época e marco de nova concepção do campo ficcional.

O espírito modernista, na propaganda centralizadora e autovalorativa, fez cunhar o impróprio termo “pré-modernista” para classificar o estilo de um conjunto de autores que, precedendo-o, anunciava o seu advento. Lima Barreto seria um deles, como se fosse possível a um escritor estimar-se como “pré” de algo a surgir em futuro próximo.

Acontece que o distanciamento daqueles momentos de disputa do poder literário autoriza realizar hoje melhor avaliação do processo genético de obra tão complexa como *O Cemitério dos Vivos* (S. Paulo, Planeta, 2004).

Por que? Pela simples razão de que, com o tempo, apagaram-se as marcas das circunstâncias e sobrevive a nova proposta estilística, carregada de cunho pessoal.

* Professor, ensaísta, autor de: *Do Barroco ao Moderno, Mineiranças. O Poeta e a Mídia?* *Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, Lições de Literatura Nordestina. Ética e Estética de Érico Veríssimo*. Da Academia Mineira de Letras (cadeira 22).

Não se pode negar o caráter confessional de toda a obra de Lima Barreto. Assim, para se lhe desvendarem os motivos genéticos e os fundamentos de sua construção literária, nada melhor do que enfatizar o “diário” que, a duras penas, tentou elaborar. Ali se assenta a base ideológica do artista, suas opções artísticas e políticas.

O “diário”, como se sabe, não passa do registro cronológico do escritor que usa a dinâmica da passagem do tempo para manifestar as oscilações da mente.

Um estruturalista, ou um simples explorador de invariantes, haverá de surpreender no autor de *O Cemitério dos Vivos* certas marcas indeléveis: a paixão pela Literatura; autoavaliação que, em dados momentos, traduz-se por autocritica; o gosto pela análise psicológica de pessoas, personagens e obras; a militância intelectual. Mais outro atributo especial: o poder de alçar à categoria de personagens os representantes da classe menos abastada da sociedade. A estes reconhece qualidades de resistência à miséria, bondade natural, forte desejo de superar sua inferioridade e certa propensão à alegria. Constituem, de modo geral, os moradores dos subúrbios.

Com isso, Lima Barreto estabelece uma dicotomia – ricos e pobres – e procura dissolver, com o ácido da crítica social, a impostura dos poderosos. Aponta-lhes a ganância, o gosto da ostentação e o vazio intelectual. Em contraste com a população suburbana, ocupam o bairro de Botafogo. São os “doutores”, na versão satírica que o ficcionista desenvolve contra os bacharéis e os políticos corruptos.

O Cemitério dos Vivos apresenta, na primeira parte, o diário da estada no casarão da Praia Vermelha (o Hospício Nacional), do Natal de 1919 a 2 de fevereiro de 1920. Na segunda parte, temos o esboço de ficcionar aquela experiência.

O simples fator autobiográfico da publicação dá-lhe cunho historiográfico, já que as memórias, diários e confissões não passam de textos ancilares da Historiografia, mormente agora, quando se busca a História das Mentalidades. Na mesma linha, os romances de Lima Barreto contribuem para o desenho de época da cidade do Rio de Janeiro, num dos melhores painéis da aparência física e moral da cidade.

Ao mesmo tempo, a expressividade do texto de *O Cemitério dos Vivos*, sua literaridade, seu propósito autorreferente inserem-lhe a dimensão “poética” da conhecida formulação de Roman Jakobson.

Lima Barreto foi crucialmente escritor. E, para tanto, preparou-se a cada instante da vida para desenvolver seu potencial. Uma das faces reveladas por *O Cemitério dos Vivos* é o do leitor apaixonado, detentor de qualificada biblioteca particular, excepcional para os padrões da época, e, nos períodos de confinamento no Hospício Nacional, obsessivo frequentador da biblioteca.

A leitura de Lima Barreto (assim como a escrita) sempre foi de natureza crítica. Daí a preocupação, em várias passagens, de enumerar as preferências literárias, não deixando, do mesmo modo, de demolir celebridades.

O próprio título do “diário”, *O Cemitério dos Vivos*, não deixa de evocar o leitor fervoroso de Dostoievski. O romancista russo era uma das suas paixões. Lia-o em tradução francesa, como, aliás, o faziam os intelectuais da época. Lima Barreto apreciava os russos de modo geral, Dostoievski, Tolstói, Turgueneff e Gorki.

Curioso notar que Lima Barreto foi leitor contumaz da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, publicação portuguesa muito em voga e que, certa vez, encantou o poeta Carlos Drummond de Andrade, o qual, em prosa e verso, chegou a exaltar o ingresso daquela preciosidade na sua vida interiorana, em Itabira. Portanto, obra fundamental da formação tanto do romancista Lima Barreto, quanto do poeta Carlos Drummond de Andrade. Parte, assim, da “educação sentimental” de ambos.

Lima Barreto, nas páginas de *O Cemitério dos Vivos*, ao ser examinado por um alienista, na Secção Pinel, observa que a biblioteca tinha mudado de lugar e “estava completamente desfalcada” (ob. cit., p.44). Adiante, no capítulo XIII, Lima Barreto acrescenta: “Às vezes, para variar, ia até lá e pegava ao acaso um volume da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* e lia.” (p. 87.)

Quais as obras mais frequentemente louvadas pelo escritor? Começamos pelas estrangeiras. Por vezes o ficcionista mistura seus ideais ao crédito a altas personalidades da cultura internacional. Exemplo: “Tenho orgulho de me ter esforçado muito para realizar o meu ideal; mas

me aborrece não ter sabido concomitantemente arranjar dinheiro ou posições rendosas que me fizessem respeitar. Sonhei Spinosa, mas não tive força para realizar a vida dele; sonhei Dostoiévski, mas me faltou a sua névoa.” (pp. 81-82.)

Em dado momento registra: “A minha literatura começou por Jules Verne, cuja obra li toda.” (p. 88.) Em seguida, comenta: “O mar e Jules Verne me enchiam de melancolia e de sonho.” Adiante: “Do que mais gostava, eram aquelas que se passavam em regiões exóticas, como a Índia, a China, a Austrália; mas, de todos os livros, o que mais amei e durante muito tempo fez o ideal da minha vida foram as Vinte Mil Léguas Submarinas.”

“Autores prediletos: Bossuet, Chateaubriand, ‘católico e elegante’, Balzac, Taine, Dante; “diz que conhece um pouco de francês e inglês”, eis o que consta da ficha médica elaborada em agosto de 1914 (cf. Capítulo I, “O Caso Clínico” da seção “Documentos” da edição de *O Cemitério dos Vivos*).

Percorrendo outras anotações de Lima Barreto, localizamos seu depoimento acerca das primeiras leituras, agora de autores nacionais: “Alencar, Macedo, Manuel de Almeida, Aluísio, Machado de Assis; e também os poetas: Gonçalves Dias, Varela, Castro Alves e Gonzaga, de quem soube de cor várias líras da *Marília de Dirceu*. Júlio Verne, porém era o meu encanto, pois me fazia sonhar no concreto de novas terras, novos mares, novos céus e até novos meios diferentes dos possíveis de admitir, mesmo imaginando.” (p. 131.) Prossegue: “Depois dos dezesseis anos, pouco procurei literatura, a não ser o *Paulo e Virgínia*, o *D. Quixote*, o *Robinson*, que são livros geralmente conhecidos e universalmente prezados.”

Depois, temos novo elenco: os sociólogos mais constelados em torno de Augusto Comte. É que Lima Barreto teve breve passagem pelo Positivismo, do qual não se afastou totalmente, mas tentou olhar com espírito crítico. Estávamos em tempo da religião da Ciência e o ficcionista não acreditava no seu absolutismo. Tanto que, ao primeiro exame clínico, ao invés de submeter-se à ciência médica, analisou o seu analista: desdenhou do formalismo clínico do alienista.

Divertidamente, Lima Barreto, na hora do banho coletivo, compara a cena com o “célebre banho da *Casa dos Mortos*” de Dostoiévski, só que em ampla vantagem e simpatia pela situação brasileira: “As duchas, principalmente as de chicote, deram-me um prazer imenso e, se fora rico, havia de tê-las em casa. Fazem-me saudades do pavilhão... O guarda, como já disse, era um galego baixo, forte, olhar medido, sagaz e bom. Era um primitivo, um campônio, mas nunca o vi maltratar um doente.” (p. 157.)

O pensamento de Augusto Comte lhe mereceu redução. Levado pelo colega Nepomuceno a ouvir Teixeira Mendes e “a outras festividades da Religião da Humanidade”, conclui: “A minha passagem pelo positivismo foi breve e ligeira.” (p. 132.) Mas reconhece que o positivismo conduziu-o a várias leituras importantes, a começar pelo *Discours de la Méthode* de Descartes, “em tradução”, de quem apreciava mais as *Meditações Metafísicas*. Aliás, em vibrante trecho da parte *O Cemitério dos Vivos (fragmentos)*, encontramos o autor a proceder a verdadeiro “romance de formação”, seu *Bildungsroman*, em que expõe autores, dúvidas, luta contra a gramática etc. (p. 131-141.)

Chega-se a um ponto extravagante, cômico, nos trechos soltos do diário de Lima Barreto, quando se revela o desnível entre o escritor no hospício e os seus companheiros de confinamento: “Um maluco vendome passar com um livro debaixo do braço, quando ia para o refeitório, disse: Isto aqui está virando colégio.” (p.99.)

Vejamos a questão social: no dizer de Gregory Rabassa, Lima Barreto (como Jorge Amado) esteve mais preocupado com a vida dos pobres, estes a englobar pretos e brancos, do que dos negros exclusivamente. Não alimentou um protesto racial como o faz em relação aos relegados e destituídos da sociedade, sujeitos a toda sorte de preconceitos (cf. *O negro na ficção brasileira*, Rio, Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 291).

Lima Barreto batalhava por uma arte redentora, condenava a arte mundana, literatizada pelo culto às normas gramaticais ou pelo uso excessivo de palavras raras. Nisso atingia João do Rio e Coelho Neto. O romance deveria reproduzir as tensões sociais e construir caracteres que definissem no seu perfil a própria inserção na coletividade.

Como bem o define Sônia Brayner, “Lima Barreto, ainda que apresentando um esboço moralizante de pensamento sociocrítico, ficará na literatura brasileira como o grande elo para a compreensão do autor como significador de um mundo, dialeticamente situado entre as pressões da situação histórica que vive, e sua liberdade fundamental como escritor.” (*Labirinto do Espaço Romanesco*, Rio, Civilização Brasileira/MEC, p. 153.)

Próximo de D. Quixote, sofria com o distanciamento entre a projeção ideal da sociedade e o mundo concreto com o qual se defrontava. Procurou exercer a militância social mediante o desnudamento grotesco das regras e preconceitos vigentes.

São vítimas de sua prosa agressiva os burocratas, os militares de patente mais alta, os jornalistas a serviço da classe dominante e os escritores submissos à influência estrangeira. Os melhores tipos de Lima Barreto são anti-heróis, idealistas, sonhadores, bovaristas.

Um dos nossos pioneiros da ficção de protesto, não deixa de exprimir a confusa mescla de combate social com as reivindicações e lamentos de ordem pessoal.

O ponto alto de *O Cemitério dos Vivos* é a reflexão reiterativa acerca da loucura. Lima Barreto leva a consciência crítica e a visão humanística do fenômeno da perturbação psíquica até o limite.

Quem se dispuser ao estudo desse aspecto, poderá compor todo um relicário de observações oportunas sobre o alcoolismo, a hereditariedade e, por fim, sobre a demência, suas causas e características.

Pena a presente apresentação não comportar espaço para um estudo sistemático dos conceitos emitidos por Lima Barreto ao longo da obra. Que contribuição admirável trouxe ele para a autoanálise, para o exame do seu caso particular e para a observação dos loucos com os quais conviveu, inclusive o próprio pai.

Façamos um ligeiro paralelismo entre Freud e ele. A experiência do criador da Psicanálise com as drogas, especialmente a cocaína, abriram-lhe a mente para a busca do inconsciente e da interpretação dos sonhos, conforme informa Jürgen von Scheidt na obra *As Experiências de Freud* (Rio, Artenova, 1975, trad. de Renato Bittencourt). Já Lima Barreto partiu da reflexão sobre o alcoolismo para procurar entender a loucura.

Traços do seu pensamento encontram-se no capítulo II da parte *O Cemitério dos Vivos (Fragmentos)*.

Somadas todas as observações, vemos nele um precursor de Michel Foucault, que tão bem estudou a loucura na sua projeção histórica e social, os sistemas prisionais ou de reclusão (cadeias, hospitais, quartéis etc.) nas obras *História da loucura na Idade clássica* (S. Paulo, Perspectiva, 1972, trad. de José Teixeira Coelho Netto) e *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (Petrópolis, Vozes, 1987; trad. de Lúcia M. Pondé).

Além disso, Lima Barreto deixou notável manifestação de justiça à mulher, especialmente àquela com a qual se juntara. Como está no Capítulo II acima referido: “Foi depois da morte de Efigênia que o meu pensamento fez-me viver uma vida desnorteada, que me levou duas vezes ao manicômio.” (p. 164.)

Daí a inevitável encruzilhada em que se meteu, conforme confessa após fazer a apologia das viagens contadas nos livros: “Entretanto, nestes últimos dez anos, rara vez eu vinha ver o mar. Vivia numa cidade marítima, sem ir vê-lo nem contemplá-lo. Atolava-me na bebida, no desgosto e na apreensão... Pensava bem em morrer, mas me faltavam forças para buscar a morte. Comprava livros e não os lia. Planejava estudos e não os fazia. Delineava obras e não as realizava. Minha capacidade inventiva e criadora, a minha instrução técnica e a minha pretensão, eram insuficientes para fabricar um Náutilus, e eu bebia cachaça.” (p. 89.)

Em suma, por todos os motivos acima enumerados, tivemos com Lima Barreto um discurso narrativo pontilhado de intenções que abrem a ficção brasileira à prosa investigativa e ao estilo coloquial, livrando-a da herança mimética que a tornara estrangeirada e artificial. Uma luz de brasilidade urbana ilumina o seu texto.



CASA DE OILIAM

*Manoel Hygino dos Santos**

O falecido presidente Miguel Augusto Gonçalves de Souza oficializou o convite para comemorar os 50 anos de vida acadêmica do confrade Oiliam José na AML, com uma observação: É o único membro da Casa de Alphonsus a completar meio século com assento no sodalício.

Assim, nada mais justo que se marcasse o momento com agradecimento a Deus por sua presença, profícua e dedicada ao engrandecimento do sodalício, como aconteceu no dia 20 de outubro.

Oiliam José ocupa a cadeira 30 e pela longa permanência e relevante serviço prestado recebeu um título que nenhum outro acadêmico ostentou até hoje: de secretário perpétuo. Professor, escritor, historiador, participa ativamente das reuniões da Academia, assim como comparece frequentemente às páginas da revista com bem fundamentos artigos e pública livros impregnados do sentimento de patriotismo, de conhecimento dos problemas humanos e de religiosidade.

Por sinal, em edição de janeiro, fevereiro, março do ano passado, número LI, ano 86, Oiliam José se manifestou exatamente sobre o tema que constitui um de seus focos: "Difícilmente, conseguimos pensar, com a devida antecedência, o modo que marcará nosso encontro com a morte. É verdade que o Senhor transmitiu, em formal trecho do Evangelho do apóstolo Mateus (14,36), quando Jesus Cristo nos garantiu, em relação ao

* Jornalista, escritor. Ocupa a cadeira nº 23.

fim do mundo: 'Quanto àquele dia e hora, ninguém sabe nada, nem sequer os anjos dos céus, mas somente o Pai'. E nós somos alcançados por esta advertência. Mas, geralmente, não sabemos, também, sequer o modo e o dia de nossa morte. Contudo, em casos especiais, Deus nos concede exceções a essa regra.

Elas alcançam criaturas privilegiadas, que recebem de Deus a graça de formular, bem antes, a maneira como deixarão as paragens terrenas. São almas a quem Deus distingue com essa antevisão, que, aos maus entristece, e, aos bons e santos, consola. Estes últimos, que poderão ser últimos na terra, serão primeiros na eternidade.

Esse o homem singular que comemorou 50 anos como membro da Academia Mineira de Letras, um cidadão da maior simplicidade, modesto, ameno, amável, culto, que pouco aparece na mídia. Ingressou na ilustre Casa aos 39 anos e mantém-se fiel aos princípios que lhe regem o destino desde sua fundação, em 1909. O homenageado é um dos autores das *Efemérides* da entidade, sem cuja consulta não se poderá dizer que se conhece seus integrantes. Agora, a própria AML irá lançar uma edição completa e atualizada, dessa obra magna.

A homenagem prestada a Oíliam José, nesta altura de sua vida, significa um aplauso à atividade durante tanto e bem aproveitado tempo. Repetiria aqui: é "a glória que fica, eleva, honra e consola", como disse Machado de Assis.

Oíliam é símbolo daqueles definidos por Frieiro como dos que se aborrecem com a vida frenética e cobiçosa dos voltados para fora e só pedem que lhes seja permitido saborear as doçuras e branduras das coisas inúteis.



A NOTÍCIA VEIO PELA INTERNET: WIEMERS MORREU

*Foi um missionário, um grande
artista, um homem modesto, bom.
Tentou morar duas vezes em Minas.
Depois voltou para sua Holanda.*

*Fábio Doyle**

Peter Wiemers morreu no dia 16, na Holanda, onde morava desde que deixou o Brasil, definitivamente, na década de 90 do século passado – parece, assim, tão distante, mas foi apenas ontem, menos de 20 anos. Ele estava em um carro, que sofreu um acidente. Levado para um hospital ainda com vida, não resistiu aos ferimentos. Wiemers morreu aos 87 anos.

Vale lembrar, para os que não sabem, quem foi Wiemers. Antes de tudo, e acima de tudo, um homem bom, um ser humano que dedicou sua vida aos amigos, aos necessitados, aos humildes. Sua profissão: artista. Dos melhores e mais talentosos pintores que a Holanda produziu – e ela os produziu em quantidade e qualidade. Ele nasceu em Amsterdã, Holanda. Ali fez todos os seus cursos. Entrou para a Ordem dos Jesuítas. Fez-se padre. Sem nunca abandonar sua vocação artística.

Em 1960, veio para o Brasil, como missionário. E escolheu Belo Horizonte para viver, para dar aulas de arte, e para pintar. Pouco depois, abandonou a batina, sentindo que poderia ser mais útil, como missionário

* Jornalista. Ocupa a cadeira nº 10.

independente, ensinando pintura às crianças, especialmente as com deficiências. Começou dando aulas nas casas dos alunos. O número de crianças aumentou. Com dinheiro que conseguiu emprestado, comprou um terreno, se bem me lembro, em Contagem, ali erguendo, com a ajuda de voluntários, de amigos, como o padre Inácio, e com sua participação direta como operário, uma escola para seus alunos.

Mas a escola não cobrava mensalidades, nem taxas. Para se manter, Peter Wiemers pintava retratos, não apenas em Belo Horizonte, mas em Brasília também. Mas ele não sabia cobrar. Sentia-se constrangido quando lhe perguntavam o preço de um *portrait*. Se mesmo cobrando pouco percebesse desagradado, muito comum em face do espírito regateador do mineiro, acabava não cobrando nada.

Pobre, modesto, humilde, não sabia valorizar o talento enorme que as telas que pintou, os retratos que podem ser vistos pendurados nas paredes de muitas casas ricas, de apartamentos luxuosos, demonstram sobejamente. Ele pintava retratos, mas dedicava muito de seu talento às pessoas humildes, operários, trabalhadores rurais, mendigos, retratados por ele com emoção. Do acervo que deixou em Minas, talvez o mais bonito trabalho seja uma Santa Ceia, com Cristo e os doze apóstolos inspirados no homem brasileiro comum. Era meu amigo e de Rachel, eu o conheci nos anos 60, acredito que através de outro grande artista e amigo, Petrônio Bax, que se foi há alguns meses. Almoçava muito em minha casa, pintou retratos de meus filhos, e nos anos 90, de Fabiana, minha neta. Conversávamos muito. Ele frequentava minha sala no jornal, na rua Goiás, tomava o café que Rosana lhe oferecia e que ele sempre elogiava, quando Sabará chegava com a bandeja. Era extremamente educado.

No começo dos anos 80, sem recursos para manter sua escola, e com escassos rendimentos para viver, resolveu retornar à Holanda. Ficou lá um ano. A saudade do Brasil apertou, e ele veio de navio de carga para reencontrar os amigos mineiros. Tentou, mais uma vez, através de sua arte, buscar meios de subsistência entre nós. Discreto, nunca mencionando sua vida, seus problemas pessoais, suas dificuldades financeiras, lutou bravamente em silêncio, até que no final dos anos 90 desistiu. Embarcou

de vez para sua terra, e anunciou que aquele seria o retorno definitivo às suas origens.

Peter Wiemers, aliás, Peter Jan Wiemers, aliás, Piet Wiemers, aliás Piet Joannes Maria Wiemers, seu nome de batismo, de família católica, morava em Hoogwoud, na Berkenlaan 7. Ali ele repetiu o que tentou fazer aqui. Dava aulas de arte para crianças deficientes. Começou com uma, a pedido dos pais dela. Logo vieram outros pedidos. Seu estúdio ficou pequeno. Com a ajuda de dois amigos, Joke e Eric Weber, alugou um espaço maior. Preparou, com sucesso, nos anos em que viveu na Holanda, dezenas de crianças, que se recuperaram e se tornaram independentes e úteis às suas famílias e à coletividade.

A iniciativa, de caráter estritamente pedagógico e beneficente, era mantida pelas doações de amigos, das famílias dos assistidos, e do produto da venda dos quadros de Wiemers. O sucesso foi grande, obrigando-o e aos que o auxiliavam a instalar a escola em uma pequena fazenda dos arredores de sua cidade. Os estudantes cumpriam o ano letivo normal e nas férias faziam viagens pelo país. Para este ano planejavam uma excursão pela Europa. Os recursos eram poucos. Wiemers doou para o grupo todas as suas telas, para serem vendidas. Foi sua última decisão antes do acidente fatal.

Estava em casa, no meio da tarde de um domingo, dia 17, navegando no meu computador, quando percebi, na listagem dos *e-mails* recebidos, um que me preocupou. Remetente: Groeten Jan Boonstra. Assunto: Wiemers. Tive a intuição de que não seria uma notícia agradável. Abri todos os outros *e-mails* e deixei o mencionado para o fim. E lá estava, em inglês, a notícia que me entristeceu, que me fez perder o fim do dia e o fim de semana.

Enfim, Wiemers se foi. Ele será cremado no dia 22, sexta-feira, no *Crematorium Schagerkogger*, em Schagen. A informação me foi passada hoje, dia 19, por Groeten Jan Boonstra. Que conclui sua mensagem: “*My heart cries for him*”. Eu acrescentaria, em nome dos que conheceram o grande artista e bom coração Peter Wiemers: “*Our hearts cry for Peter, for Piet Joannes Maria Wiemers*”.

O 10 DE JUNHO: DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS*

*Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza***

Estamos aqui unidos, neste ambiente agradável e seletivo, para *uma* das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Antes chamado “Dia de Portugal, de Camões e da Raça”, melhor ficou-lhe a nova denominação. Nas Comunidades Portuguesas, espalhadas por todos os quadrantes da Terra, estão todas as raças.

O Dia de Portugal é o “10 de Junho”. Dia em que, no ano de 1580, morreu Luís Vaz de Camões, o grande poeta, desprezado patriota e valente soldado.

Em geral, os países têm seu dia oficial na data em que ocorreu um feito heroico na história pátria: uma grande batalha vencida, a independência proclamada, uma revolução vitoriosa, a promulgação da constituição. É o caso do “7 de Setembro” brasileiro, do “4 de Julho” americano, do “14 de Julho” francês, do “1º de Agosto” suíço ou do “9 de Julho” argentino.

* Palestra feita na Universidade Livre da Academia Mineira de Letras, em 2 de junho de 2011.
** Membro da Academia Mineira de Letras, da Academia Mineira de Letras Jurídicas e da Academia Mineira de Direito Militar. Professor universitário e jornalista. Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal.

O nosso querido Timor-Leste, por exemplo, consagrou em sua primeira constituição, de cujo esboço participei, como sua data nacional, o “28 de Novembro”, dia em que no ano de 1975 proclamou-se romanticamente a sua tentada independência e se iniciou o martírio de um bravo povo que somente conquistaria a soberania 25 anos depois!

É interessante, pois, que Portugal, com tantas batalhas, revoluções e descobertas a comemorar, tenha sua principal data nacional no dia da morte do autor de *Os Lusíadas*.

É claro que o fato de ele ter sido o poeta que foi, e além disso, notável historiador, proficiente geógrafo, intrépido combatente e, acima de tudo o grande patriota – que cantou, com engenho e arte, o peito lusitano, cujo valor alevantou – justificaria a escolha de seu dia para o dia de sua nação.

Mas por que não o dia de seu nascimento?

Osvaldo Orico, em seu notável livro *Camões e Cervantes*, afirma que “na vida de Camões tudo é silêncio e mistério: o berço, o nome materno, a data de nascimento...”

Seus biógrafos não conseguem fixar nem mesmo o ano de seu nascimento, nenhum deles aventurando-se a mencionar o dia em que veio ao mundo Luís de Camões.

Assim, Domingos Mascarenhas, em *Camões, o Gênio Peregrino*, diz que o nascimento do primeiro filho do fidalgo Simão Vaz de Camões deve ter ocorrido em 1524 ou 1525.

Faria e Sousa, seu biógrafo seiscentista, apresentando um registro da Casa da Índia, conclui que o poeta teria 25 anos de idade em 1550. Mas ele próprio cita também o ano de 1509 como data provável do nascimento de Camões.

Em Teófilo Braga (*A História de Camões*) e no Visconde de Juromenha (*Estudo sobre Luís de Camões*), o ano de nascimento do grande vate é 1524.

A *Grande Enciclopédia Delta-Larousse* não afirma, mas interroga: – “nascido em Lisboa ou Coimbra, 1517, 1524 ou 1525?”

Na *História de Portugal*, elaborada por José Carlos Amado para a Editora Verbo, vamos encontrar o seguinte registro: “O maior dos poetas

portugueses e grande nome da literatura épica universal. Nasceu provavelmente em Lisboa, em 1525.”

Percorridos, ainda, outros autores e enciclopédias, ficou-me uma certeza: a incerteza do ano em que teria nascido aquele que um dia cantou:

“Os bons vi sempre passar
no mundo graves tormentos;
e, para mais me espantar,
os maus vi sempre nadar
em mar de contentamentos...”

Mas no dia 4 de fevereiro de 1984, tive uma grande e grata surpresa, da qual não abro mão. É meu costume, herdado de minha família pontelimense, há muitos anos começar o dia destacando a página correspondente da tradicional “Folhinha do Coração de Jesus”. Ali, leio os santos do dia, os pensamentos selecionados, as datas profissionais e as efemérides.

Pois bem, naquele 4 de fevereiro, lá encontrei, em negrito e sem nenhum ponto de interrogação, essa afirmativa:

“1524 – Nascimento, em Lisboa,
Portugal, de Luís de Camões,
Considerado o maior poeta da
Língua portuguesa.”

Confesso que fiquei surpreso e alegre ao mesmo tempo, naquela manhã. Surpreso, porque, como ficou evidenciado antes, eu nunca ouvira falar no dia natalício de Camões, já que o próprio ano é “incerto e não sabido”. Não sei a fonte em que se basearam os editores da folhinha para serem assim tão positivos. Gostaria de saber...

Alegre, porque, sendo ou não verdadeira a afirmativa hemerológica, eu a elejo como certa. Isso porque, assim, posso ter a honra de dizer que sou do mesmo dia daquele, que, épico, soube divulgar ao mundo os feitos

gloriosos da nobre gente lusitana e que, lírico, cantou o Amor de forma inigualável:

“Amor é um fogo que arde sem se ver
é ferida que dói, e não se sente;
é um contentamento descontente
é dor que desatina sem doer,

É um querer mais que bem querer;
é um andar solitário entre a gente;
é nunca contentar-se de contente;
é um cuidar que ganha em se perder.”

Poder-se-ia dizer, então, de maneira mais direta e simplista, que, em não havendo data certa e oficial do nascimento de Camões, optou-se pela data do falecimento, que é registrada pelos notários.

Mas ousou acrescentar a minha explicação pessoal: a meu ver, a escolha do “10 de Junho” é correta e perfeita, porque, também, naquela mesma época em que falecia Camões, chegava a Lisboa a notícia do desastre de Alcácer-Quibir.

Conta-se mesmo que o poeta, pobre e cansado, no seu leito de morte, ao saber do infortúnio de Dom Sebastião, dissera, segundo Almeida Garrett:

“Pátria, ao menos, juntos morremos...”

Na verdade, com o desaparecimento do jovem e casto monarca luso, solteiro e sem herdeiros, Portugal passaria, por sessenta longos anos – numa União Pessoal que nunca chegou a ser uma União Real – ao domínio da Espanha dos Filipes.

Nesse mais de meio século de opressão, como assinala João de Barros, as edições clandestinas e proibidas de *Os Lusíadas* andaram nas mãos de todos os bons portugueses, como “antídoto e remédio contra a vergonha e a baixeza de tal situação”.

O grande poema foi, sem dúvida, como ainda o é e sempre será, o Livro da Nacionalidade Portuguesa.

Com sua morte, pois, aos prováveis 56 anos de idade, vividos e sofridos, Luís de Camões deixava uma herança imperecível ao povo português e a todas as comunidades lusíadas do mundo.

* * *

O grande estadista Aureliano Chaves, saudoso membro desta Academia, orador brilhante que foi, numa das comemorações do “10 de Junho” no Centro da Comunidade Luso-Brasileira, assim disse, referindo-se aos brasileiros:

“Somos um povo com atávico sentido de nacionalidade, herdado dos portugueses, que aqui se estabeleceram juntos de negros e índios, criando uma nação antes do país e um país antes do Estado.”

Conosco, portugueses de nascimento, portugueses de filiação ou portugueses de coração, acontece um fato curioso e bonito. Embora o Império Português esteja hoje dividido em diversos Estados e, rigorosamente, a cada Estado deva corresponder uma nação, no caso nosso, repito, acontece uma nacionalidade diferente, não superior às nacionalidades próprias de cada país lusófono, mas, sim, em outra esfera: a-esfera da lusitanidade, que nos liga a todos, de Portugal ao Timor-Leste e também onde quer que estejam as comunidades portuguesas, em tantos países do mundo.

A comemoração que hoje começa, e a oportunidade que me foi dada de falar a plateia tão acolhedora, fez-me recordar de um episódio que a mim aconteceu quando residia, com a família, em Lisboa e que aqui trago para ilustrar esse espírito de lusitanidade sobre o qual estou a discernir.

Na antevéspera do Natal de 1983, na capital “alfacinha”, o primeiro que passei fora do Brasil, enquanto Janice, minha mulher, fazia compras nos Grandes Armazéns do Chiado, fiquei à porta a ver as pessoas.

Cinco e meia da tarde e o céu já estava escuro, que a noite chega cedo no inverno europeu. Mas Lisboa estava clara da feérica iluminação natalina.

A multidão subia e descia as ruas do Carmo e Nova do Almada, juntando-se ou separando-se, conforme o sobe e o desce, na rua Garrett. Eu estava bem na confluência das três importantes vias comerciais e, com interesse, entretinha-me a reparar as feições dos que passavam, apressados uns, rápidos outros... Em Lisboa, não se anda devagar no centro da cidade. Parece que todos querem pegar o último metrô...

Mas mesmo que passassem depressa, pude fazer algumas observações. A primeira é de que quase não havia turistas (esses só vêm no verão). Na grande maioria, para não dizer na totalidade, os passantes daquela tarde eram portugueses, mas cheios de diferenças entre si. Lisboetas sofisticados, os homens em sobretudo bem talhados e as senhoras em finos casacos de lã. Saloios também, as mulheres com grossas meias de lã escura e botas de couro cru, os homens com os indefectíveis bonés de lã e casacos acolchoados com golas felpudas. Louros do norte, com suas faces rosadas e redondas, olhos azuis, lembrando os visigodos ou celtas; ou morenos do sul, tez trigueira, rosto anguloso, barba escura, olhos pretos recordando os mouros. Esses eram todos portugueses "continentais" ou, talvez, da Madeira ou dos Açores, ilhas que, de resto, foram povoadas pelos próprios naturais do Portugal europeu.

Porém, o que mais me impressionou naquele desfilar contínuo, foram os "portugueses" de outras terras. Terras distantes, essas, sim, já dantes povoadas e onde os navegadores lusitanos foram parar, arrostando "terras selvagens e mares tenebrosos", levando suas armas, a Cruz de Cristo e, sobretudo, a sua cultura e sua nacionalidade.

Vi passar, ali no Chiado, negros retintos, de dentes muitos brancos, que decerto tinham vindo de Angola ou da Guiné; mulatos de olhos verdes, que provavelmente chegaram de Cabo Verde; indianos de pele azeitonada, cabelos pretos, bastos e lisos, entre eles mulheres com pequeninas pedras preciosas encravadas na testa, que, com certeza, originavam-se de Goa, Damão ou Diu; amarelos, de olhos puxados,

dentes salientes, cabelos pretos escorridos e rosto imberbe, oriundos na certa de Macau; também alguns malaios pequeninos, rápidos e um tanto assustados, que poderiam ter vindo do sofrido Timor de então. E vi-me, a mim próprio, brasileiro, carregado da mistura dos três sangues que fizeram e fazem a brasilidade.

Ao observador desavisado, aquele cortejo de cosmopolita aparência poderia passar por uma onda de visitantes estrangeiros, em andanças descompromissadas. Mas não. Reparei que todos estavam a falar o mesmo verbo português, com sotaques e acentos diferentes, é verdade, pelas influências de suas origens.

Não. Não eram turistas. Eram todos gentes lusitanas que, no momento da aflição, com as independências, reconquistas ou invasão de seus locais de nascimento, vieram ter à pátria-mãe. Pátria-mãe que, embora pequenina e sobrecarregada com seus próprios e graves problemas de então (e de hoje), os recebeu e os alojou, bem ou mal, mas de coração aberto, e olha que nem todas as "metrópoles" assim têm agido na História.

Vendo aquele desfile de raças várias, com o elo lusitano a uni-las, recordei-me das aulas de História do Colégio Malheiros e do Colégio Arnaldo, quando estudávamos as descobertas dos portugueses nos Séculos XV e XVI, principalmente.

Com suas frágeis caravelas, mas com seu espírito forte, os portugueses, já nos anos trezentos, tinham tocado as Canárias. E, a partir do advento da Escola de Sagres, idealizada pelo Infante Dom Henrique, ei-los, através de Gil Eanes, em 1434, passando o Cabo Bojador, no litoral africano; e, em 1441, atingindo mais adiante, o Cabo Branco, sob o comando de Nuno Tristão.

Em 1458, conquistando Alcácer-Ceguer, no norte d'África, e, em 1471, tomando Tanger e Arzila. Em 1488, Bartolomeu Dias, o "Capitão do Fim", como o chamou Fernando Pessoa, dobrando o Cabo das Tormentas, que se passou a chamar Cabo da Boa Esperança, num presságio de futuras descobertas.

No mesmo ano, Pêro da Covilhã chegando à Índia, por terra, numa autêntica viagem das "mil e uma noites"; em 1498, Vasco da Gama, o

“argonauta”, desembarcando na Índia, por mar, depois de ter contornado todo o continente africano!

Em 1500, Pedro Álvares Cabral descobrindo oficialmente o imenso e maravilhoso Brasil. Em 1512, eis os navegadores lusos chegando ao Timor, a terra do “sândalo salutar e cheiroso” (Camões). Em 1549, São Francisco Xavier abençoando o Japão, onde os portugueses já estavam desde 1543, sendo os primeiros europeus a visitar o fascinante Império do Sol Nascente. Em 1557, instalando-se os lusitanos em Macau.

Nenhum povo descobrira nem viria a descobrir “tão extensos territórios espalhados por todas as partidas da terra”. É preciso, sem dúvida, louvar o heroísmo, a bravura, o gênio navegador, o espírito de expansão, e até mesmo criticar os erros e os abusos cometidos pelos portugueses em suas viagens e permanências pelo mundo. Mas é preciso, muito mais, ressaltar a ação civilizadora desenvolvida pelos descendentes de Viriato nos diversos quadrantes da terra. Quantos colégios fundados, quantos hospitais, quantas Santas Casas de Misericórdia, quantas igrejas deixadas, que hoje são atração turística, quantas fronteiras conquistadas para os Estados de agora, quanta coleta de dados linguísticos de preciosa importância nos arquivos do presente! Quanta “verdade” revista à luz dos novos acontecimentos! Quanta miscigenação nesta maravilhosa confraternização universal!

Foi isso que vi passar diante dos meus olhos naquela quadra natalina e é isso que, acredito, todos sentimos: um império de pessoas que, embora vindas de Estados diferentes, hoje separados em suas soberanias, formam uma grande nação extraestatal.

* * *

Trago aqui, no final de minha fala, que já vai longa, a melhor definição de nação que encontrei em meus estudos. Refiro-me a Renan, em sua obra clássica *O que é uma Nação?* Diz o célebre autor francês:

“Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, na verdade, fazem uma só, constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma está no passado, outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consenso atuante, o desejo de viver em comunidade, a vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu inteira.”

Foi isto que pretendi, com sentimento e sinceridade, mesmo que com pouco “engenho e arte”:

- Homenagear a grande nação portuguesa em seu sentido mais amplo: alma e espírito;
- Reverenciar a memória daquele que nos legou o “Tesouro do Luso”, como Cervantes chamou “Os Lusíadas”;
- Enaltecer as Comunidades Portuguesas, que, “constituem uma das principais vertentes da afirmação de Portugal no mundo que importa valorizar e proteger permanentemente, face às incertezas crescentes no panorama internacional” (Antônio Martins da Cruz);
- E, por fim, mas não por menos, lembrar que nós, lusíadas, somos, natural e instintivamente, uma grande comunidade de comunidades, uma grande nação de nações, todas com o dever de zelarem pela herança que recebemos inteira da lusitana gente.

Termino, sabendo da crise que atormenta aquela terra querida, pedindo a Santo Antônio de Lisboa que inspire os governantes a serem eleitos, no próximo dia 5 em Portugal, a segurarem o timão, olharem o astrolábio, inflarem as velas e tomarem o rumo certo que a nação merece.

Sento-me ao lado de Pessoa, à frente da “Brasileira” do Chiado, e ele pede:

“Dá o sopro, a aragem, ou desgraça, ou ânsia –,
com que a chama do esforço remoça,
e outra vez conquistemos a distância –
Do mar ou outra, mas que seja nossa!”



LÚCIO CARDOSO, O CORCEL DE FOGO*

Waldir Freitas Oliveira**

Tomando conhecimento da morte de Lúcio Cardoso, ocorrida no Rio de Janeiro, a 24 de setembro de 1968, a romancista Clarice Lispector, que talvez haja sido a pessoa a quem ele mais amou durante toda a sua vida, publicou, na edição de 11 de janeiro de 1969, do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, em crônica com o título “Lúcio Cardoso” – “Lúcio, estou com saudade de você, corcel de fogo que você era, sem limite para o seu galope”. Esta expressão veio, mais tarde, a ser utilizada, por Mário Carelli, na biografia que dele escreveu, intitulada *Corcel de fogo – Vida e obra de Lúcio Cardoso. 1912-1968* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1988).

Quarenta e três anos se passaram desde a sua morte; e é triste constatar que as novas gerações de leitores dele muito pouco tenham ouvido falar – seus romances estão, hoje, quase sempre ausentes das estantes das livrarias, ainda que quase todos eles hajam sido reeditados; e deles, sua obra maior – *Crônica da casa assassinada*, publicado em 1959, completou, em 2009, seu cinquentenário; tendo também se ausentado, apesar de haver antes merecido, dentre seis edições, duas especiais: – a primeira, em 1997, a que foi lançada pela Scipione, sob a coordenação de

* Palestra proferida na Universidade Livre no dia 25 de agosto de 2011 em comemoração ao centenário de nascimento de Lúcio Cardoso.

** Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia e membro da Academia de Letras da Bahia.

Mario Carelli, incluída, na época, em sua coleção “Archivos”, da qual constaram, além de duas notícias redigidas pelo seu coordenador, uma apresentação escrita por Tristão de Ataíde, sob o título – “Meio século de presença literária”, e uma breve resenha biográfica de Lúcio Cardoso, de autoria de Octavio de Faria; enquanto a segunda esteve a cargo da Civilização Brasileira, tendo sido lançada em 1999, quando se completaram 40 anos da sua primeira publicação, dela havendo constado um precioso prefácio escrito por André Seffrin, que sugestivamente, lhe deu o título de “Uma gigantesca espiral colorida” valendo-se de uma expressão criada pelo próprio autor; nele havendo afirmado ter Lúcio Cardoso construído o seu romance de modo a dar-nos a impressão de ser ele “um universo polifônico, um espelho estilhaçado onde se estampa multiplicado e único o rosto do autor”.

Torna-se difícil explicar o esquecimento a que foi condenado um autor que, segundo notou Mário Pontes, um dos mais conhecidos críticos literários do país, é, sem dúvida, “um dos poucos ficcionistas brasileiros cuja obra encerra uma filosofia”.

Teria ele amargado o peso de preconceitos nem sempre confessados, contudo existentes, perceptíveis quando o autor passou a exigir dos seus leitores, respeito pela sua condição de crente católico e deixou perceber sua conduta homossexual? Não o aceitaram seus próprios conterrâneos, por haver exposto, de modo impiedoso, em tom de denúncia, o quanto de hipocrisia e sordidez marcou, ao longo de gerações sucessivas, o procedimento comum das camadas dirigentes da sociedade patriarcal de Minas Gerais, agindo sempre de modo a preservar uma imagem a ser aceita como *digna* quanto ao pensamento e à ação, por parte dos que as integraram? Reprovaram elas sua coragem no desvendar o que se escondia e não deveria ser mostrado, oculto nos desvãos de outras casas “assassinadas”, pelos que as habitaram? Não sabemos. E nem ao menos podemos supor o que teria motivado sua condenação a um olvido de todo injustificável, dada a alta qualidade dos seus textos, dispersos ao longo dos textos de seis romances, três livros de poesias e nas páginas do seu *Diário*, o mais valioso, dada a sua originalidade, já escrito, em qualquer tempo, por algum intelectual no Brasil.

Quanto aos alunos matriculados nos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras deles, contudo, muito se têm valido. Ao menos, desse modo, ele continua a ser lembrado. Seus conflitos íntimos, povoando o campo das suas crenças, bem como o seu espaço próprio, no qual se situa sua capacidade de avaliar o homem considerado em si mesmo, continuam a despertar a atenção desses mestrandos e doutorandos. Onde, no entanto, será possível localizar o esforço dos que têm o dever (e não o cumprem) de devolver ao grande público, como seria o desejo de Lúcio Cardoso, sua mensagem humanística, a visão de alguém que se esforçou, durante toda a vida, em conhecer-se a si próprio, para, através desse seu empenho, poder compreender a humanidade? A filosofia permeia seus textos e enfeita suas páginas. Ele procurou sempre entender como havia chegado ao ponto que chegou; mas não somente ele; como a ele chegou também a sociedade que o envolvia, apesar de todo o seu intimismo, a despeito de todas as suas incertezas e indecisões. O conjunto de suas personagens é de uma riqueza imensa. Foram elas buscadas em todas as camadas sociais, e todas elas refletem um modo de pensar, agir e reagir que as tornam plenamente vivas frente aos olhos dos leitores. Elas existem, de fato. Menos, em verdade, nas aparências, que em suas intimidades. O que as torna, a nosso ver, sedutoras, imersas, contudo, em sua irrealidade. O fato é que nenhum outro ficcionista brasileiro, com as exceções, em passado mais distante ou recente, de Machado de Assis e da própria Clarice Lispector, sua amiga e contemporânea, penetrou tanto em suas almas. Diferentemente, contudo, do autor de *Dom Casmurro*, seu campo de observação foi mais amplo, ultrapassando o espaço urbano tipicamente machadiano e expondo outro largo espaço – o das *minas gerais*; não tendo, também, contudo, conseguido descer tão fundo nos abismos da alma humana, quanto o fez a autora de *Perto do coração selvagem*.

Lúcio Cardoso nasceu em Curvelo, pequena cidade mineira da zona do Alto São Francisco, a 14 de agosto de 1912. De hoje, portanto, a pouco menos de um ano, estaremos comemorando o seu centenário de nascimento. Até lá, em preparação para isso, teremos a oportunidade de relembra-lo em sua existência vivida entre os fins dos anos 20 e os últimos

da década dos 60, e rever sua obra literária, escrita durante um dos mais importantes períodos da história da literatura nacional, desde que sua última obra, o seu *Diário Completo*, foi publicada em 1961.

Estreando em 1934, com *Maleita*, seguiu a linha traçada por Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Américo de Almeida, autores dessa época, nascidos, contudo, além das fronteiras de Minas, e conviveu, em seu estado natal, nesse tempo, entre outros, com Cornélio Pena, que publicou *Fronteira*, em 1935.

Seu pai, Joaquim Lúcio Cardoso, foi um dos fundadores da cidade de Pirapora, às margens do Rio São Francisco, o Velho Chico, rio que o governo atual do nosso país insiste em querer secar. Nesse seu romance, Lúcio Cardoso tratou da terra, seguindo o mesmo caminho desses seus contemporâneos. Não havia ainda enveredado pelos rumos que o conduziriam para dentro de si mesmo, através da penetração no pensamento e na alma das suas personagens, como iria fazê-lo, a partir de 1936, quando publicou *A luz no subsolo*, o primeiro dos seus romances francamente introspectivos, no qual, segundo Mário Pontes, essa luz “está sempre em fuga, negando-se a iluminar a narrativa e permitir que ela responda às indagações sugeridas”.

O baiano Hélio Pólvora comentou *Maleita*, quando da sua reedição pela Civilização Brasileira, em 1985, através de recensão publicada em Salvador, em “A Tarde Cultural”, sob o título “Febre, angústia e ultraje”. Afirmou, então, que desde a publicação de *A luz no subsolo* Lúcio Cardoso escolhera um caminho do qual não mais se afastaria – o de inveterado andante pelas rotas do intimismo, através da penetração poética no seu eu profundo, evidenciando, desde então, seu gosto pelos mistérios da personalidade e pelos temas dos conflitos íntimos e da decadência. Afirmou, nessa ocasião, haver sido ele, ao lado de Cornélio Pena, um *penumbriista*, mesmo havendo permanecido, nessa condição, pouco abaixo da superfície, ao contrário desse seu companheiro, que desceu mais fundo pelos arcanos da alma humana, tentando “diluir tudo o que houvesse de material no romance, dando-lhe uma feição *poemática*, quase sem contornos físicos”.

Tal penumbra e tais “sombras” levaram certos autores a considerar Lúcio Cardoso, um romancista “gótico”, no melhor estilo do chamado

goticismo europeu; pretendendo, desse modo, admitir haver tal gênero literário marcado, em certa época, presença na história da literatura nacional, ainda que nem todos os que se dedicaram a registrá-la e contar-lhe a história, nela tenham admitido essa sua presença.

Insistem, porém, os defensores da ideia, em relacionar a obra de Lúcio Cardoso, realizada em tempos recentes, com a de Álvares de Azevedo, que escreveu, no século XIX, visivelmente inspirado por Byron, as novelas *Macário* e *A noite na Taverna*; e a querer nos forçar a reconhecer, entre outros, como ponto de sequência incluso ao longo dessa insólita caminhada, a letra de “Perdão, Emília”, modinha composta em fins do século XIX, por autor desconhecido, composição das mais cantadas por seresteiros, nas noites enluaradas do país, nos derradeiros anos daquele século e nos primeiros do seguinte – “Vai alta a noite na mansão da morte // a lua branca vai surgindo além // já tudo dorme, só se vê nas campas // piar o mocho com cruel desdém.” E mais – “Então um vulto, de roupagem preta, // no cemitério com vagar entrou // junto a um sepulcro, se curvando a meio, // em tristes frases, nesta voz falou.” // E ainda – “Perdão, Emília, se roubei-te a vida; // Se fui ingrato, fui cruel, ousado... // Perdão Emília, se manchei teu nome // Perdão, Emília, para um desgraçado.”

Será entre essas sombras e essa penumbra que irá viver Lúcio Cardoso em seus romances; mais que em todos eles, em *Crônica da casa assassinada*, sua obra maior, atormentado por sua crença e visão maniqueístas, praticamente perdido entre as figuras simbólicas de Deus e do Diabo, contaminado, de modo doloroso, pelas noções do pecado e da salvação, enxergando o mundo em torno a si de modo a permitir-nos considerá-lo um místico sem crença definida, embora se afirme católico, ou em busca de uma crença que, afinal, não foi encontrada.

Nas pesquisas que fizemos, recentemente, sobre a vida e a obra de Emily Brontë, encontramos, para nossa surpresa, incluídos no livro *A Família Brontë*, de Robert De Traz (Rio de Janeiro: Guanabara, 1945), obra traduzida para o português por Adonias Filho, trechos em português, de alguns dos poemas da autora inglesa, acompanhados pela informação de terem sido eles traduzidos por Lúcio Cardoso.

Conhecíamos, em verdade, até então, muito pouco da vida do escritor mineiro; e prosseguindo em nossas pesquisas, vimos a descobrir haver sido ele, provavelmente, o primeiro tradutor dos poemas de Emily Brontë, em nosso país. Encontramos, finalmente, onde essas traduções foram publicadas, quando localizamos o livro intitulado *O vento da noite*, editado em 1944, no Rio de Janeiro, pela Livraria José Olympio, com capa e ilustrações de Santa Rosa, no qual figuram 33 poemas da autora de *O Morro dos Ventos Uivantes*, entre eles figurando o célebre “*No coward soul is mine*”, ao qual Lúcio Cardoso deu o título, em português, de “Minha alma não teme coisa alguma”. Ali, foram eles acompanhados por breve nota biográfica a respeito da sua autora, assinada por L.C. (Lúcio Cardoso), na qual ele afirma haverem sido os seus originais escolhidos a fim de traduzi-los, em volume no qual apareceram como se fossem de autoria de Curren Bell; tendo declarado serem, hoje, esses poemas, considerados – “como dos mais altos e característicos da língua inglesa”. (BRONTË, Emily. *O vento da noite*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.)

Conseguimos, depois, apurar que, entre os seus romances preferidos, figurava *O Morro dos Ventos Uivantes*; e em razão disso, pudemos estabelecer uma relação bem próxima entre a religiosidade da romancista inglesa e a do escritor de Curvelo; bem como a convicção de que se sentiram, tanto um como o outro, obrigados a recriar suas próprias crenças, a partir do Cristianismo de onde as recolheram. E também perceber que ideias prontas e imagens prefiguradas, acaso entre elas contidas, não os satisfaziam; pelo que partiram para a construção de reflexões e figurações novas que lhes permitissem melhor aceitá-las. E ao constatar que ele também traduzira, em 1943, para o português, o *Livro de Job*, havendo-o publicado pela Livraria José Olympio Editora, mais nos convencemos disso.

Wilson Martins, em sua *História da Inteligência Brasileira*, registra a data em essa tradução foi realizada – 1943, o mesmo ano, por sinal, em que *Dias Perdidos* foi publicado. Havendo ela figurado, tanto na relação de suas traduções, organizada pela José Olympio, para a edição de *O vento da noite*, tanto quanto da **Bibliografia** que aparece como anexo,

integrando a edição de *Corcel de Fogo. Vida e Obra de Lúcio Cardoso (1912-1968)*, de Mário Carelli.

Enquanto isso, Newton Vieira, ensaísta e poeta residente em Curvelo, em artigo publicado na *Revista da Academia Mineira de Letras* (Vol. XXXIX., jan., fev., e mar., 2006) deu-nos a informação de haver ele traduzido para o português, além dos poemas de Emily Brontë, muitos outros textos; tendo sido tais traduções (presumimos, todas elas) as que foram relacionadas no referido *O vento da noite*, na página imediatamente anterior à sua folha de rosto: – os romances *Fuga*, de Ethel Vance, *As Confissões de Moll Flandres*, de Daniel Defoe, *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, *A Princesa Branca*, de Maurice Barin, *O Fim do Mundo*, de Upton Sinclair, o volume I das *Memórias*, de Goethe, e *Ana Karenina*, de Tolstoi; além do livro de poemas *A ronda das estações*, do indiano Kálidâsa e o *Livro de Job*.

Havendo-se ele valido para a tradução deste último livro, conforme ele próprio declara, da versão francesa de autoria de Samuel Kahen, feita em tradução direta do hebraico, edição sobre a qual bem poucas informações conseguimos obter além da que nos diz nela haverem figurado, do mesmo modo que na brasileira, ilustrações de autoria de Alix de Fautereau (1894-1945).¹ Havendo-se referido, nessa ocasião, Lúcio Cardoso, também às traduções do francês para o português, do *Livro de Job*, feitas por Lemaistre de Sacy e A. Crampon, estas mais conhecidas, afirmando terem sido por ele consultadas. Possuía, pois, Lúcio Cardoso, uma erudição que lhe permitia o luxo de escolher, entre muitas, as obras que julgasse merecerem ser vertidas para o português.

¹ Encontramos na Internet, numa relação de obras raras, oferecidas à venda por *bouquinistes*, a presença da referida edição com a seguinte descrição: “*En vente chez: Bouquiniste André Grisot - Paris. Le Livre de Job. A l'enseigne du Pot Cassé. Paris 1928, in 12, broché, couverture illustrée, 197 pages, trentedeuxième volume de la collection "Scripta Manent", publié sous la direction de Constantin Castèra, nombreuses illustrations in et hors-texte d'Alix de Fautereau, couverture d'Henri Chapront, traduit de l'hébreu par Samuel Kahen, tirage limité à 2.650 exemplaires, N.º 1997, sur papier Chesterfield*”. (Disponível in www.livre-rare-book.com/Matières/gd/4317c.htm).

Seu *Diário*, que foi editado, por inteiro, sob o título *Diário Completo*, pela José Olympio, no Rio de Janeiro, em 1961, facilita-nos o trajeto através de sua personalidade. Ainda que nem sempre o que nele se acha escrito, elimine dúvidas ou contradições. O gosto pela ambiguidade nunca o abandonou enquanto escrevia – fazia parte dele. E talvez o tenha usado, deliberadamente, em seu *Diário*, para confundir os mais apressados em chegar a conclusões definitivas a seu respeito. Ele sempre aceitou desafios e batalhas; e nunca desejou deixar-se surpreender ou expor-se por inteiro, aos olhos alheios.

Mostrou-se, porém, Wilson Martins, ao referir-se a Lúcio Cardoso, em sua *História da Inteligência Brasileira* (Vol. VII [1933-1960]. São Paulo: Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo, 1979), extremamente parcimonioso a seu respeito, ainda que houvesse afirmado ser *Crônica da casa assassinada*, como romance, – “um dos melhores em nossas letras modernas”; e viesse mais tarde, a, de modo mais claro, a elogiá-lo, tendo salientado no volume 3, de *Pontos de vista* (crítica literária) 1958/1959 (São Paulo, T.A. Queiroz, 1991), poder ser ele considerado – “um livro que tem tudo de brasileiro e que, ao mesmo tempo, nada tem de necessariamente brasileiro”; tendo-o, então, apresentado como “um romance com personagens brasileiros, inconfundíveis em sua psicologia, integrados na paisagem local, presos à história da região, inscritos no paralelogramo da nossa sensibilidade coletiva”. E mais ainda – nele haver Lúcio Cardoso alcançado “essa difícil vitória que é a autenticidade do anormal, a verossimilhança no extraordinário”, de modo a forçar-nos nele dever reconhecer-se e valorizar – “a coragem do romancista, pelo desafio que propõe e aceita, ao mesmo tempo, ao invadir um dos domínios mais turvos da literatura e da vida”.

Com rara felicidade, Alfredo Bosi, em sua *História Concisa da Literatura Brasileira*, afirma, sobre Lúcio Cardoso, comentando seus textos, não haver sido ele, propriamente, um memorialista, mas “um inventor de totalidades existenciais”; e acrescenta que – “não faz elencos de atitudes ilhadas”; mas, em vez disso – “postula estados globais, religiosos, de graça e de pecado”. E comentando a *Crônica da casa*

assassinada, afirma que, ao escrevê-lo, já o romancista “se encaminhava, nessa fase madura da sua carreira de artista, para uma forma complexa de romance em que o introspectivo, o atmosférico e o sensorial não mais se justapusessem, mas se combinassem no nível de uma escritura cerrada, capaz de converter o descritivo em onírico e adensar o psicológico no existencial.” (São Paulo: Cultrix, 36ª edição, p. 414.)

Acentua, então, que no caso de Lúcio Cardoso, a tensão na qual viveu imerso, equivalia à *força* que foi por ele referida no primeiro capítulo desse seu romance, singularmente intitulado “Diário de André (conclusão)”, quando o personagem André indaga a si mesmo, refletindo sobre o tempo:

“Que é o para sempre, senão o existir contínuo e líquido de tudo aquilo que é liberto da contingência, que se transforma, evolui e deságua, sem cessar, em praias de sensações também mutáveis?”

E continua a indagar, pouco adiante:

“Sim, que é o para sempre, senão a última imagem deste mundo – não exclusivamente deste, mas de qualquer mundo que se enovele numa arquitetura de sonho e de permanência – a figuração de nossos jogos e prazeres, de nossos azaques e medos, de nossos amores e de nossas traições – a força, enfim, que modela não esse que somos diariamente, mas o possível, o constantemente *inatingido* que perseguimos como se acompanha o rastro de um amor que não se consegue, e, que, afinal é apenas a lembrança de um bem perdido – quando? – num lugar que ignoramos, mas cuja perda nos punge, e nos arrebatam, totais, a esse nada ou a esse tudo inflamado, injusto ou justo, onde para sempre nos confundimos ao geral, ao absoluto, ao perfeito de que tanto carecemos!” (CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p.p.3-4.)

Para que possamos melhor entender a vida e a obra de Lúcio Cardoso, é, contudo, necessário, situá-las em seu tempo próprio – ao correspondente aos anos do início do século XX e, em especial, aos

imediatamente anteriores ao grande conflito mundial de 1939-1945, em época quando se enfrentavam, em luta sem tréguas, em nosso país, os céticos e os agnósticos, postados em lados opostos, então chamados, respectivamente, “progressistas” ou “de esquerda” e “reacionários” os que se empenhavam em devolver ao catolicismo sua grandeza ameaçada.

Foi essa, aliás, a mesma época em que Chesterton (1874-1936), na Inglaterra, adversário tenaz do racionalismo e defensor dos ideais religiosos da Idade Média, publicou, em 1906, seu célebre *Orthodoxy*; enquanto na França, Léon Bloy (1846-1917), tantas vezes citado por Lúcio Cardoso, em seu *Diário*, depois de um longo tempo de ativa militância socialista, se converteu ao catolicismo, defendendo-o com igual exaltação, e Jacques Maritain (1882-1973) passou a ocupar na Europa, a liderança da luta em prol dos ideais católicos, opondo-se a Bergson, de quem fora aluno, e a quem passaria a atacar firmemente. Valendo notar, quanto a Léon Bloy, haver ele exercido a sua influência, no Brasil, de modo decisivo, mais que sobre outros autores, no pensamento de Octavio de Faria, que chegou a publicar, no suplemento literário *Letras e Artes*, no Rio de Janeiro, em 6/4/1947, uma seleção de suas principais ideias, sob o título “Pensamentos de Léon Bloy”.

Envolvidos nesse terrível conflito de ideias, correspondente, de certo modo, à oposição que no mundo desse tempo, colocava em confronto os chamados conservadores e os inovadores, pontificaram, então, no Brasil, entre os primeiros, os chamados intelectuais “católicos”, entre eles destacando-se Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) (1893-1983), o mais prolixo e de maior realce dentre eles, e Gustavo Corção (1896-1978), com seus ensaios *A descoberta do outro* (1944) e *Três alqueires e uma vaca* (1945), neste tendo ele estudado a obra de Chesterton, e também com seu romance *Lições de Abismo* (1950); todos eles havendo obtido grande aceitação em sua época. Enquanto entre os escritores católicos essencialmente ficcionistas, ao lado de Octavio de Faria, apareceram Cornélio Pena (1896-1958) e o nosso Lúcio Cardoso.

O escritor mineiro de Curvelo esteve sempre envolvido neste conflito. Suas concepções sobre a graça divina, o pecado e a redenção

refletem, no entanto, uma crença cristã por ele próprio construída, nascida dos debates que então se travavam sobre tais assuntos; e, como podemos notar, a fim de evidenciar a sua singularidade, pelo interesse que demonstrou possuir pelos poemas da igualmente estranha romancista inglesa Emily Brontë e pelo *Livro de Job*, por ele traduzido do francês.

Sua noção de Deus não teria sido, pois, a comumente apresentada pelos defensores do catolicismo tradicional. Na busca incessante por Sua compreensão, iria exigir de si mesmo, um esforço enorme de criatividade, sempre a querer, de modo intenso, *vê-Lo e senti-Lo*, percorrendo, quase desesperado, nessa sua procura, um caminho que acreditava dever ser repleto de dor e sofrimento para tornar-se válido.

Não iremos, contudo, tentar aqui reconstituir o pensamento católico de Lúcio Cardoso. Falta-nos competência para isso. Ainda mais quando outros já o fizeram, de modo satisfatório, como Fernando Monteiro de Barros, professor da UERJ, em seu bem elaborado “A poética de Lúcio Cardoso: o catolicismo da transgressão” (Cf. BARROS, Fernando Monteiro de. “A poética de Lúcio Cardoso: o catolicismo da transgressão”, disponível no site www.filologia.org.br/soletras/8/02.htm).

Nosso único objetivo sendo o de não deixar aqui sem registro, a passagem de duas datas – a que assinalou, a 24 de setembro do ano de 2008, terem se passado 40 anos desde o seu falecimento; e no ano de 2006, a da passagem do 60º aniversário da publicação do seu romance *Crônica da Casa Assassinada*, sem dúvida, sua obra maior. Julgando, então, a conveniência de, em 2012, ano do seu centenário de nascimento, vir esse romance a ser reeditado, nos moldes da edição de 1991, da Scipione, da qual recebi, recentemente, a informação de já haver sido “destratada” (o que equivale a dizer – *destruída*) desde 2004. Bem como a da realização de um grande esforço no sentido de reunir-se a farta fortuna crítica existente sobre a vida e obra de Lúcio Cardoso, para devolvê-la ao conhecimento do grande público, principalmente das gerações mais novas que dela possuem, em verdade, pouca notícia.

Finalizando este breve registro sobre este autor, faremos, então, questão de lembrar a apreciação sobre ele feita por Waldir Ayala, em “Lúcio Cardoso” in COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil* (Vol.

5. Era Modernista. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora // UFF, 1986, pp. 445-457), que lhe dedicou atenção especial, ali havendo dito encarnar ele

“... dentro do romance brasileiro, a figura solitária de um homem que somou ao fascínio pessoal e legendário, uma força criadora altamente romântica e surpreendente. Surpreendente como choque, numa sociedade que, com raras exceções, instituiu a economia e a severidade como norma estética vigente”.

Acrescentando:

“Lúcio Cardoso contraria tudo o que a crítica ousou esperar de acabado e clássico, é um excessivo, superou todos os recordes que ele mesmo alcançou. Ainda no final, enganosamente mutilado para a vida, ressuscitou com clareza e espontaneidade, e deu a lição máxima de invencibilidade na história humana da paixão”.

Referiu-se, ao final, a *Crônica da Casa Assassina*, tendo afirmado ser este “um romance extraordinário, pois raramente se conseguiu em romance brasileiro, este clima agônico e convincente que, de tanta densidade e riqueza, chega a beirar uma morbidez em derrocada”. E concluiu, declarando presumir haver tido o seu autor a intenção de o “construir (como) um simples relato através de depoimentos, cartas, diários, narrativas, confissões”. Mas que tudo que teria desejado realizar, acabou sendo “possuído de uma estrutura predominantemente plástica, com um colorido sombrio, com muitos vultos atrás de reposteiros”, que o transformou numa “vigília sem fim, uma espera que esmaga, faz ruir com o reboco da casa o coração, a carne e a alma de seus moradores”.

Donde, em consequência, nele começou a existir

“... uma permanente consciência de que o que passa, apodrece, e que a mocidade, como Deus, é o que conta e mantém amparados os ânimos para uma vida inutilmente dissipada, e que a esperança apenas

conta, embora não ultrapasse a margem de uma duração real depois da qual nada se sabe”.

Poucos souberam vê-lo assim, com tal compreensão dinâmica do tempo. Nem a Lúcio Cardoso, que, segundo Waldir Ayala, permitiu aos seus leitores, que vasculhassem “a possibilidade do improvável”, e se mostrou capaz de arrancar “as mais pungentes notas dessa pauta indefinida, onde tudo se projeta e ante a qual, o homem é senhor de todas as lágrimas e dispõe das mais ousadas esferas de paixão”.

E relembremos, então, suas palavras de conclusão, falando a seu respeito:

“Toda a obra anterior de Lúcio Cardoso foi uma preparação para esse romance, altamente universal, que paira solitário dentro da ficção brasileira, e que representa a síntese de uma vivência em nosso tempo, em nossa crise de almas e de grandeza, atrás da qual fulgura a vocação incontida do homem para a ressurreição. Ressurreição da carne? Ressurreição pelo espírito? Não importa – acima de tudo, desejo de não sucumbir”.

Em datas relativamente recentes, ao menos cinco trabalhos universitários foram publicados, entre 1997 e 2004, por professores vinculados, respectivamente, à Universidade Federal de Goiás (UFG), à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à Universidade Estadual de Campinas (UEC-SP), à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foram eles, respectivamente: *Luz e sombra em Lúcio Cardoso*, de autoria de Maria Terezinha Martins (1997); *Lúcio Cardoso – A Travessia da Escrita*, de Ruth Silviano Brandão (1998); *Polêmica e controvérsia em Lúcio Cardoso*, de Cássia dos Santos (2001); *Lúcio Cardoso*, de Enaura Quixabeira Rosa e Silva (2001), aos quais deve ser acrescentado o artigo acima citado – “A poética de Lúcio Cardoso: o catolicismo da transgressão”, de Fernando Monteiro de Barros, da UERJ, publicado em

Soletras, v.8, n.8, São Gonçalo, RJ, em 2004.

Vemos, pois, que nem tudo se encontra perdido nos dias presentes, na área do ensino público, em nosso país. Há ainda, felizmente, quem se mantenha disposto a reagir, empenhando-se na luta contra a tentativa por tantos patrocinada, de transformar este grau de ensino em instrumento destinado a tornar medíocre o ensino nas áreas das letras e das humanidades, menosprezando conhecimentos considerados supérfluos e “elitistas”, e valorizando somente os destinados à formação da mão-de-obra necessária para atender os reclamos de investimentos industriais que visem à obtenção de lucros imediatos; ou então, a de destacar, de modo equivocado, manifestações culturais menores, abrangentes em sua forma, e sem dúvida valiosas no contexto de determinados espaços regionais, indigentes, contudo, no referente à sua essência, definição e estrutura; o que bem demonstra haver ainda quem se coloque em oposição a uma mediocridade incentivada, dispondo-se, portanto, a empenhar-se para preservar, tanto quanto seja possível, o que de mais expressivo existe em nosso patrimônio cultural, sem a necessidade de colori-lo de modo populista, e a devolver, no curso dessa luta, a muitos olvidados, entre eles, a esse inquieto escritor mineiro, o reconhecimento que há muito já lhe deveria ter sido concedido – o de ser considerado um dos maiores ficcionistas brasileiros.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ATHAYDE, Tristão de. “Meio século de presença literária” in CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Edição coordenada por Mário Carelli. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

AYALA, Walmir. “Lúcio Cardoso” in COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Modernismo. 3.ª edição, v. 5. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/ UFF, 1986.

BARROS, Fernando Monteiro de. “A poética de Lúcio Cardoso: O catolicismo da transgressão”. Disponível in www.filologia.org.br/soletras/8/02.htm.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 36.ª edição. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Lúcio Cardoso – A Travessia da escrita*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRONTË, Emily. *O vento da noite*. Tradução de Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946.

_____. *Crônica da casa assassinada*. Edição crítica coordenada por Mário Carelli. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

_____. *Crônica da casa assassinada*. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: Livraria Civilização Brasileira, 1999 e 2005.

_____. *Diário Completo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/INL, 1970.

_____. *O Livro de Job*. Tradução de Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

CARDOSO, Maria Helena. *Por onde andou meu coração?* (memórias). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

CARELLI, Mário. *Corcel de Fogo: Vida e Obra de Lúcio Cardoso (1912-1968)*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

_____. “A música do sangue” in CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Edição coordenada por Mário Carelli. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

_____. “Crônica da casa assassinada: a consumação romanesca” in CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Edição coordenada por Mário Carelli. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

CORCI, Danilo. “Lúcio Cardoso. *Maleita* e a teoria das sombras” in *Carcasse*. Disp. in <http://www.carcasse.com/revista/ninhada-de-coppelius/lucio-cardoso/index.php>

FARIA, Octavio. “Lúcio Cardoso” in CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Edição coordenada por Mário Carelli. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

MARTINS, Maria Terezinha. *Luz e sombra em Lúcio Cardoso*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1997.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. VII (1933-1960). São Paulo: Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Pontos de vista 3. Crítica Literária. 1958/1959*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1991.

“Perdão, Emília” (Cantiga de seresta). Autor desconhecido. Letra disponível no site <http://cifrantic3.blogspot.com/2006/03/perdo-emlia.html>

“O Pessoal da Velha Guarda”. Programa nº17. Transcrito por Alexandre Dias. Disponível in <http://daniellathompson.com/Texts/Pessoal/pessoal17.htm>

PÓLVORA, Hélio. “Febre, angústia e ultraje” in *A Tarde Cultural*, Salvador, Bahia. Disponível in <http://www.revista.agulha.nom.br/polvora8.html>

PONTES, Mário. “A presença do mal” in *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27/08/2005. Disponível in <http://www.revista.agulha.nom.br/mario2.html>

ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira. *Lúcio Cardoso: Paixão e morte na literatura brasileira*. Maceió: Editora da UFAL, 2004.

SANTOS, Cássia dos. *Polêmica e controvérsia em Lúcio Cardoso*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

_____. “Criando Vila Velha e destruindo Minas Gerais: Lúcio Cardoso e a série iniciada com a *Crônica da Casa Assassinada*” in *Sínteses*. Revista dos Cursos de Pós-Graduação. Vol. 11, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, Odirlei Costa dos. “Modos de transgressão na escrita íntima de Lúcio Cardoso”. Publicado em *Especulo*, n.35, Madrid, Universidad Complutense de Madrid. Disponível in <http://www.ucm.es/info/especulo/numero35/cardoso.html>

SEFRIN, André. “Uma gigantesca espiral colorida” in CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada*. Edição comemorativa de 40 anos da primeira publicação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



AS IDEIAS POLÍTICAS DE PEDRO LESSA

*Fernando Correia Dias**

Com base nas considerações do relatório de pesquisa enviado por mim ao CNPq, sob o título “O Pensamento político-social de Pedro Lessa”, elaboro agora artigos sobre o grande jurista. O presente texto é o primeiro deles; versa a respeito de suas ideias políticas.

Essas ideias se manifestam em função das atividades jurídicas e da condição de membro de associações intelectuais como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Daí a necessidade de rápida notícia acerca da atuação dele nesses setores: ligeiros traços biográficos.

Pedro Augusto Carneiro Lessa nasceu a 26 de setembro de 1859, na cidade do Serro, no norte de Minas, local que é berço de outras figuras ilustres. Eram seus pais José Pedro Lessa e Francisca Carneiro Lessa⁽¹⁾.

Cursou Humanidades em sua terra natal e em outras localidades. Seguiu para São Paulo, em cuja faculdade de Direito se matriculou. Formou-se em 1883; em 1884, defende teses e torna-se doutor; submeteu-se a concursos para professor substituto, em 1887 e 1888, alcançando o primeiro lugar. Em 1891, foi nomeado catedrático de Filosofia e História do Direito, disciplina cuja temática e cuja metodologia renovou por completo; lecionou durante quinze anos, até ser nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

* Sociólogo e ensaísta. Professor emérito da UnB

Seu renome jurídico consolidou-se na condição de juiz. Íntegro, independente e criativo, distinguiu-se entre os ministros do Supremo.

Em 1910, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. No IHGB, era correspondente desde 1901; ingressou no Instituto como sócio honorário, empossando-se em 1907.

Casou-se com Paula de Aguiar, filha do chefe liberal Francisco Aguiar e neta do Conselheiro Ramalho. Reza a tradição que a noiva condicionou que a data do matrimônio fosse marcada para depois da obtenção do título de doutor pelo noivo. E assim se fez.

Discorrerei agora sobre as ideias políticas manifestadas por Pedro Lessa ao longo de sua vida pública. Sob duas formas ele o fez: como militante e como analista. A participação na imprensa estudantil envolvia as duas formas de atuação. Foi redator de dois jornais acadêmicos.

Como militante teve rápida passagem pela política mineira. Em 1889, candidatou-se, pelo PRM, a deputado estadual, não logrando eleger-se. O Congresso Regional desse partido escolheu Pedro Lessa, juntamente com Joaquim Felício dos Santos e Ferreira de Rezende, para redigir o estatuto da organização. Cumpriu-se a tarefa⁽²⁾.

Ele, no entanto, elegeu-se deputado à Constituinte paulista de 1891. Teve brilhante atuação, discutindo temas como o federalismo.

Ainda como militante – não especificamente político, mas cívico – aparece a ação de Pedro Lessa como fundador e presidente da Liga de Defesa Nacional. Era o tempo de uma onda patriótica, na qual se destacava Olavo Bilac com seu projeto de criação do serviço militar obrigatório.

Vejamos agora a atividade de Pedro Lessa na qualidade de analista de temas políticos.

Há certos trechos doutrinários desenvolvidos dentro do espírito do Direito Constitucional. Destaquem-se o tema da reforma constitucional e o da autonomia dos municípios. Dá exemplos de reformas constitucionais havidas em vários países sem resultados positivos. Em alguns, trata-se de substituições das cartas magnas por outras.

Quanto ao parlamentarismo, no país, seria inviável devido à falta de preparo dos congressistas. Sendo inscritas as propostas de reformas, escolhe algumas de Rui Barbosa, que se aproximavam das emendas

aprovadas nos Estados Unidos, no sentido do aprimoramento democrático⁽³⁾.

A reforma constitucional só se efetiva, no Brasil, em 1926 (governo Bernardes); foi parca em mudanças. Uma certamente não agradaria a Pedro Lessa, se fosse ainda vivo: a que reduz estritamente o *habeas corpus* ao direito de ir e vir, sem qualquer brecha à aplicação de outros direitos.

A autonomia municipal se confunde com o autogoverno (*self government*). Cita o artigo constitucional que confere aos Estados a prerrogativa de conceder ao município a autonomia, em tudo quanto diz respeito ao seu peculiar interesse. A única exceção (parcial) é o Distrito Federal, o qual é regido, em algumas matérias, pelo governo da União⁽⁴⁾.

Uma constante nos escritos de nosso autor é a crítica ao despreparo político dos homens públicos brasileiros.

Comentarei agora um escrito em que versa o tema em contraposição. Falava aos estudantes no dia 11 de agosto. As faculdades de Direito, diz, tiveram papel básico na formação dos moços.

Contesta depois uma opinião que se difundia no tempo então vivido, segundo a qual, para o trabalho administrativo, são dispensáveis o preparo intelectual e os requintes acadêmicos. Ia-se além: tais requisitos poderiam atrapalhar o exercício da governança.

Contrapondo-se a isso, refere-se a vários governantes estrangeiros que primaram pela competência, realizando ações imperecíveis. O mesmo raciocínio é exposto em relação ao Brasil⁽⁵⁾.

Pedro Lessa assevera que os jovens de então não tinham uma grande causa por que lutar no âmbito da sociedade brasileira. Passara o tempo em que a mocidade se havia empenhado em favor da República Federativa e da Abolição. Comentou esse vazio. Mas havia uma proposta para os moços. Tratava de se prepararem devidamente para assumir, com competência e inteligência hauridas desde os bancos escolares, a vida pública do país. Era um ideal e não uma utopia. Exorta-os a segui-lo.

As palavras de Lessa constituem um convite à formação de elites capazes. Seu verbo tem o sentido de apontar uma grande causa a ser abraçada pelos estudantes.

Há textos que contêm críticas diretas aos governos. Como relator do item ensino jurídico, no 1º Congresso Jurídico Brasileiro, realizado em 1908, apresenta restrições à administração, por sua negligência no setor educacional⁽⁶⁾. Em conferência sobre João Francisco Lisboa, Lessa produz o mais veemente e amargo texto a respeito do panorama político brasileiro⁽⁷⁾.

Mas nem tudo nesse autor é censura e ataque. No mesmo texto acerca de Lisboa, discorre sobre a existência de bons políticos. E, num discurso, faz a apologia de um período que considera altamente positivo em nossa história política. Trata-se da saudação a Alfredo Pujol, na posse deste na Academia Brasileira de Letras. O novo acadêmico fez o elogio de seu antecessor, Lafayette Rodrigues Pereira. Pedro Lessa concorda com a análise favorável à figura do estadista e proclama:

Ah! senhores, ainda não se fez justiça aos estadistas do Império, que infundiram em nossa vida política um tão relevante espírito de liberdade, de igualdade, de honradez e de tolerância, gravando-lhe um cunho tão profundo de moralidade administrativa, que exalçaram o Brasil a uma posição excepcional na América Latina⁽⁸⁾.

No centro de tudo a figura de D. Pedro II, que influiu para “manutenção da ordem jurídica, a mais escrupulosa moralidade administrativa e o zelo do nome do Brasil nas relações internacionais”⁽⁹⁾.

Lessa se estende na exaltação da pessoa do monarca, mas admite a ineficiência do mesmo, quando se trata de ter em vista o progresso material, a expansão econômica, praticando atos “*dependentes de maior atividade e energia, de iniciativa e coragem*”⁽⁹⁾.

Como ministro do Supremo, Pedro Lessa participou de decisões jurídicas com repercussão política. Eram principalmente os pleitos em que se digladiavam poderes estaduais. O instrumento em geral era o *habeas corpus*. Na aplicação dele, Lessa adotou uma doutrina pela qual não se restringia ao estrito direito de ir e vir⁽¹⁰⁾.

Ficou famoso o *habeas corpus* impetrado por um grupo de intendentess no Rio de Janeiro. O Conselho Municipal cindiu-se. Lessa

deu sua aprovação aos que estavam dentro da lei, concedendo-lhes o acesso ao recinto do órgão e garantindo o mandato dos intendentess. O Presidente da República, Marechal Hérmes, dissolveu o Conselho e descumpriu o acórdão relatado por Pedro Lessa. Este, tomando conhecimento de mensagem endereçada pelo presidente ao ministro da Justiça, responde em tom veemente, defendendo a posição do Supremo e fazendo críticas diretas ao marechal.

Afirma Afonso Arinos:

São páginas fulgurantes, essas em que o grande juiz brasileiro firma definitivamente seu nome entre os nossos melhores defensores do direito contra a prepotência e entra galhardamente no escolhido grupo dos que sustentaram, na época, a honra das instituições⁽¹¹⁾.

Para encerrar, assinalemos qual é a posição política e qual a perspectiva geral filosófica de Pedro Lessa. Positivo constitui o termo chave. Mas aqui temos que fazer uma distinção. Como escolha metodológica no estudo do direito e das ciências sociais, era integralmente positivista; do ponto de vista doutrinário, porém, era um positivista heterodoxo. Com relação a Augusto Comte, por exemplo, aceitava muitas concepções do filósofo francês (a concepção básica da sociologia, dentre elas), mas rejeitava outras, como a lei dos três estados e o desprezo pelo direito. Spencer e Stuart Mill têm, por sua vez, posição de destaque na argumentação do magistrado mineiro.

Antônio Paim o coloca como um dos adeptos do positivismo ilustrado, a par de Luís Pereira Barreto (1840-1921), Alberto Sales (1857-1904) e Aarão Reis (1853-1936). Essa corrente do positivismo opunha-se à corrente autoritária representada pela convergência do Apostolado Positivista com a atuação de Julio de Castilhos. “*Os positivistas ilustrados preconizavam uma ação pedagógica voltada para a conquista das consciências*”⁽¹²⁾. Registra a ação liberalizante de Pedro Lessa, principalmente através do *habeas corpus*.

Paim transcreve, dentre outros textos, uma história do direito no século XIX. Nesse estudo, há afirmação de que o século XIX legou ao

XX a discussão jurídica e econômica do direito de propriedade. Discute as várias formas do socialismo: o comunismo, o coletivismo e o socialismo propriamente dito. Opta pelo último. “Sem extinguir a propriedade individual, quer atenuar quanto possível as desigualdades econômicas ora existentes. Para conseguir esse resultado, invoca a ação do Estado, cuja intervenção os adeptos de todas as teorias socialistas reputam indispensável”⁽¹³⁾.

Expõe as medidas necessárias para minorar as desigualdades. São providências de reforma social, visando, sobretudo, ao proletariado. Termina o estudo histórico com afirmação que se torna célebre:

Muitas das aspirações das várias escolas do socialismo propriamente dito não de ser fatalmente concretizadas em leis. Não há um só homem de coração bem formado, que não sinta confrangido ao contemplar o doloroso quadro oferecido pelas sociedades atuais com sua moral mercantil e egoísta. O socialismo há de triunfar parcialmente. O seu triunfo é infalível, necessário⁽¹⁴⁾.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Os dados biográficos são fornecidos pelo Dicionário *Biográfico de Minas Gerais*. Período republicano, coordenado por Norma Góis Monteiro. Belo Horizonte: ALEMG, 1994.
Vali-me também do livro de ROSAS, Roberto. *Pedro Lessa, o Marshall brasileiro*, a publicação mais completa sobre o tema até hoje aparecida.
2. ROSAS, Roberto, op. cit., p. 141.
3. LESSA, Pedro. *Reforma constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Lux, 1925, *passim*.
4. *Ibidem*, p. 47.
5. LESSA, Pedro. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1916, p. 164.

6. VENÂNCIO, Filho. *Das Arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982, p. 248.
7. LESSA, Pedro. *Discursos e conferências*. op. cit., p. 176.
8. LESSA, Pedro. Discurso de recepção de Alfredo Pujol na Academia Brasileira de Letras. *Discursos acadêmicos*, tomo I, volumes I, II, III e IV. Rio de Janeiro: ABL, 2005.
9. *Ibidem*, p. 1033.
10. ROSAS, Roberto, op.cit., p. 55.
11. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979, pp. 553 e seguintes.
12. PAIM, Antonio. *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: Ed. da UnB/Câmara dos Deputados, 1981, p. 4.
13. *Idem*.
14. *Ibidem*, op.cit., p. 134.



SER AVÔ

*Zuenir Ventura**

Dizem que as declarações de avô são como as cartas de amor segundo Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa: são todas ridículas. Por isso, jurei que jamais pagaria mico. Ao contrário de Veríssimo, Ziraldo, Ancelmo, Garcia, para citar os mais conspícuos, sou um avô do tipo discreto, reservado, que não gosta de contar vantagens. Quem quiser que se vanglorie. Prometi a mim mesmo que, quando nascesse meu primeiro neto ou neta, não repetiria aqueles gestos piegas, aqueles derramamentos sem pudor dos avôs em geral. Nunca, por exemplo, alguém me ouviria dizer que ser avô é ser pai com açúcar. Por mais que tivesse vontade, eu me conteria diante do bercinho e não diria: “Ah, que gracinha!” “Como ela é viva!”. Prometi e cumpro, mantendo autocrítica e distanciamento em relação à minha primeira neta.

Sou um avô tão modesto que, mesmo agora, quando as pessoas garantem que Alice, com poucos dias de nascida, já se parece comigo, é linda, tem os meus olhos, a minha boca, o meu jeito de sorrir e às vezes, virando-se para mim, consegue murmurar algo que cheguei a identificar nitidamente como “vô” (com pronúncia fechada, certamente para não

* Jornalista e escritor.

acharem que ela está chamando a “vó”), mesmo assim, não saio por aí exaltando essas proezas e nem venho a público alardeá-las. Não importa que sejam os outros a dizer e que seja tudo verdade, guardo só para mim, não sou de apregoar.

O máximo que pensei fazer foi publicar a foto dela, mas não para exibi-la, que ela não gosta dessas coisas, é discreta, saiu ao avô, mas para que os leitores pudessem ver com seus próprios olhos o que os visitantes, encantados, estão dizendo dela. Só para isso. Meu editor, porém, achou melhor não. Ele alegou que abriria um perigoso precedente, porque iriam aparecer na redação outros avôs reivindicando igual direito, ainda que suas netas não fossem fotogênicas como Alice.

Vocês com certeza gostariam que eu repetisse o que está sendo dito de minha neta, mas resisto, acho ridículo ficar expondo sentimentos tão particulares. Aqui não é o lugar. O que os leitores têm a ver com essas histórias? Por que eles se interessariam em saber que Alice, diferentemente de outras crianças da sua idade, é fora do comum e tão precoce que no meio de tanta gente já sabe distinguir o seu vô? Como detesto excesso de efusões e arroubos de vaidade, prefiro disfarçar essa satisfação. É uma questão de foro íntimo. Em primeiro lugar, a privacidade de Alice. Nada de despertar narcisismo nela. Que ela saiba de suas extraordinárias virtudes pelos outros, não por mim. Sou assim, um recatado pai com açúcar, o que posso fazer?

Ah, sim, esqueci de dizer que Alice tem mãe, Ana, e pai, Mauro. Mas isso é apenas um detalhe.



FÁBIO LUCAS, UM MESTRE AOS 80 ANOS

*Aricy Curvello**

O HOMEM

“Na época em que meus colegas alvejavam vidraças e passarinhos, eu já me encaminhava para os livros – minha mais remota paixão e o objeto de quase todas as horas de que disponho...”¹ – afirmava em seu discurso de posse na Academia Mineira de Letras, em 19 de outubro de 1961, para a qual fora eleito no ano anterior.

Assumia a cadeira 22, cujo patrono é Júlio Ribeiro, autor do polêmico romance “A Carne”, mineiro nascido em Sabará. Tomava posse, saudado pelo poeta Emílio Moura, sendo o mais jovem escritor a ingressar, aos 30 anos, na Casa de Alphonsus de Guimaraens. Já residindo em São Paulo, no ano de 1987 assumia a sua cadeira na Academia Paulista de Letras.

Não se trata de um homem comum, muito menos de um escritor comum.

O Professor Fábio Lucas Gomes nasceu na cidade de Esmeraldas, MG, aos 27 de julho de 1931. Bem cedo transferiu-se para Belo Horizonte, que sempre foi e continua sendo um dos cenários mais permanentes de sua biografia. O homem e o escritor que estamos homenageando, ao completar os seus 80 anos de vida, é um dos principais membros da

* Poeta, ensaísta e tradutor. Reside em Serra, ES.

geração literária mineira que fundou, em Belo Horizonte, as revistas *Vocação* (1951) e *Tendência* (1956), em cujas equipes participaram, entre outros, o poeta Affonso Ávila e o romancista Rui Mourão. Data, portanto, da década de 50 do século passado, o começo do seu exercício da crítica literária, em revistas e jornais mineiros.

Sua ligação com Minas é mais profunda do que se julga, mais do que admitiu ele na abertura de seu livro *Mineiranças*: “Algumas vezes, ao falar bem ou mal de temas e autores estou a dizer de mim mesmo, em contínua interação com o meio de onde provenho. Aqui estão muitos atores, políticos, escritores, personagens, poemas, frases, exclamações que formam o pátio reservado chamado Minas”.²

Em obra em que estuda Guimarães Rosa, buscando analisar parte do principal da fortuna crítica do mineiro autor de *Grande Sertão: Veredas*, registrou: “Por aí é que se nota que são múltiplos os caminhos do sertão, dos Gerais, de Minas e da mente. Por todos eles transitou a fala de Riobaldo”.³ Por todos eles transitou a Crítica de Fábio Lucas. O que se torna mais claro, quando se atenta o quanto FL ressaltou no capítulo “Minas Gerais”, da antologia de Guimarães Rosa organizada por Paulo Rónai com o título *Seleção de Guimarães Rosa*.⁴ Paulo Rónai recolheu de *Ave, palavra* (obra póstuma, 1970) esse capítulo, em que se procura descrever os vários aspectos do Estado, bem como “os contornos biológicos, psíquicos e fisionômicos dos habitantes. Daí falar ora dos acidentes geográficos, ora do mineiro na sua individualidade. Diz Guimarães Rosa a certo momento: “pois Minas é muitas. São, pelo menos, várias Minas”.⁵

Como se definiria “o mineiro”? Vejamos o que FL destacou do texto de GR: “Sua feição pensativa e parca, a seriedade e interiorização que a montanha induz –compartimentadora, distanciadora, isolante, dificultosa. Seu gosto do dinheiro em abstrato. Sua desconfiança e cautela [...] o permanente perigo, àquela gente vigiadíssima, que cedo teve de aprender a esconder-se. Sua honesta astúcia meandrosa, de regato serrano, de mestres da resistência passiva (p.141)”.⁶

E mais adiante, ainda RG sobre o mineiro: “Não tem audácias visíveis. Tem a memória longa. Ele escorrega para cima (p.143).”⁷

CARREIRA UNIVERSITÁRIA

Fábio Lucas graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, turma de 1953. Doutor em Direito Público (abril de 1963). Doutor em Economia e História das Ciências Econômicas pela Fafich/UFMG (novembro de 1963). Na mesma Universidade, foi professor de História da Renda e Repartição da Renda Social, na Faculdade de Ciências Econômicas, em que teve mestres como Emílio Moura e Francisco Iglésias como colegas. Sofreu perseguições durante os mais sombrios anos da ditadura militar (1964-1975), quando lhe retiraram a Cadeira em que lecionava, em 1969, e ele teve de partir para o exterior. A respeito desse fato há o registro em entrevista concedida ao editor Carlos Augusto Viana, do *Diário do Nordeste*:

Viana – Por que o exílio ?

F. Lucas – Em verdade, a gente nunca sabe. O que eu sei é que tirei uma licença-prêmio na UFMG, fizera uma reforma na minha casa e estava sem dinheiro. Então, usei esse tempo para dar um curso na Universidade de Brasília, ocasião em que, em 69, cassaram os meus direitos de magistério. Aí eu tive que me desfazer de meu patrimônio e, juntamente com a família, partir para o exterior, uma vez que não podia mais trabalhar no Brasil.⁷

Professor, ensaísta, tradutor, crítico e teórico da literatura, lecionou em seis universidades norte-americanas, cinco universidades brasileiras e uma portuguesa. Dirigiu o Instituto Nacional do Livro em Brasília, bem como a Faculdade Paulistana de Ciências e Letras por dez anos.

Foi bolsista pelo Social Sciences Research Council, de Nova Iorque, e pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa.

CARREIRA LITERÁRIA

Membro da Associação Brasileira de Crítica Literária, nosso homenageado é autor de mais de 50 obras de crítica e ciências sociais, onde se destacam, entre outras: *O caráter social da literatura brasileira* (1970), *Vanguarda, história e ideologia da literatura* (1985), *Do barroco*

ao moderno (1989), *Mineiranças* (1991), *Fontes literárias portuguesas* (1991), *Luzes e trevas, Minas Gerais no séc. XVIII* (1998), *Murilo Mendes, poeta e prosador* (2001), *Literatura e comunicação na era da eletrônica* (2001), *Expressões da identidade brasileira* (2002), *O poeta e a mídia: Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo* (2003) e *Ficções de Guimarães Rosa: perspectivas* (2011). Na ficção, produziu o romance *A mais bela história do mundo* (1996).

Considerado um dos mais importantes críticos e conferencistas internacionais de literatura brasileira. Quando da comemoração de seu aniversário, em 1997, em homenagem prestada pela grande imprensa de Minas Gerais, o escritor e jornalista Roberto Drummond definiu Fábio Lucas como o que há de melhor na Crítica no Brasil, ao lado de Antônio Cândido e de Wilson Martins.

PRÊMIOS E TÍTULOS HONORÍFICOS

- **1960:** Prêmio Cidade de Belo Horizonte / Erudição.
- **1960:** Prêmio Pandiá Calógeras/ Erudição.
- **1962:** Personagem do ano no setor de Literatura, em inquérito realizado pelo semanário O Binômio entre jornalistas e intelectuais de Belo Horizonte, MG.
- **1966:** Professor honorário de "The American for Foreign Trade" de Phoenix, Arizona, EUA.
- **1970:** Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, em S. Paulo, setor de "Estudos Brasileiros", concedido ao livro *O Caráter Social da Literatura Brasileira*.
- **1981:** Personalidade cultural do ano, título concedido pelo Prêmio Fernando Chinaglia da União Brasileira de Escritores, seção do Rio de Janeiro.
- **1982:** Prêmio Crítica, Os melhores do ano da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) pela obra *Razão e Emoção Literária*.

- **1983:** Medalha da Inconfidência, pelo então Governador do Estado de Minas Gerais Tancredo Neves.

- **1991:** Prêmio Juca Pato, como Intelectual do Ano, conferido pela União Brasileira de Escritores (UBE), juntamente com o jornal Folha de São Paulo.

- **2005:** Prêmio FCV de Arte, Ciência e Cultura 2005, na categoria Literatura. O Prêmio é conferido pela Fundação Conrado Wessel, de S. Paulo, a intelectuais, artistas e cientistas que mais se destacam em suas respectivas áreas de trabalho, abrangendo sete categorias de premiação.

UBE – SÃO PAULO

Fábio Lucas foi presidente da UBE- União Brasileira de Escritores, de São Paulo, durante cinco mandatos:

- De 1982 a 1984;
- De 1984 a 1986;
- De 1994 a 1996;
- De 1996 a 1998;
- De 1998 a 2000.

A UBE-SP conta com mais de três mil associados, sendo uma das maiores organizações de escritores da América Latina.

ESTUDIOSOS E FUTUROS BIÓGRAFOS

Diante de uma obra literária tão vasta e importante, bem como de uma existência que, felizmente para nós, vai-se tornando longa, julgamos que os estudiosos da obra e os futuros biógrafos do Professor Fábio Lucas terão de se defrontar com um imenso trabalho.

NOTAS:

1. O livro: minha mais remota paixão. In Revista da Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, vol. 46, out./nov./dez. 2007, pp. 97-109.
2. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991, p. 9.
3. Ficções de Guimarães Rosa : perspectivas. Barueri (SP): Amarilys, 2011, p. 31.
4. Seleta de Guimarães Rosa. Coleção Brasil Moço, vol. 10. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
5. Guimarães Rosa: perspectivas, p. 34.
6. Idem, p. 34.
7. Ib., p. 35.
8. A criação literária e o papel da crítica – uma conversa de Fábio Lucas com o poeta Carlos Augusto Viana, in Diário do Nordeste, Fortaleza (CE), 19 jul. 1999.



MONTEIRO LOBATO, RACISMO E PRECONCEITO

*Lucia Helena Monteiro Machado**

Clássico quer dizer “perfeito”, do ponto de vista etimológico. Uma obra de arte, seja literária, arquitetônica, musical, plástica etc., tem que ser considerada perfeita no conteúdo e na forma. Ora, Monteiro Lobato é um clássico e, como tal deve ser levado ao conhecimento de todas as pessoas de seu país. A ideia, surgida recentemente, de tirar seus livros das bibliotecas escolares alegando conteúdo racista é das mais absurdas.

A literatura, como todas as outras expressões artísticas, reflete a época em que foi concebida. Um livro como *Guerra e Paz*, por exemplo, nos conta mais sobre a Europa da era napoleônica do que qualquer compêndio de História.

O *Sítio do Picapau Amarelo* não foge à regra. As relações entre patrões e empregados, entre brancos e negros, eram as relatadas no livro como se davam na época. Tia Anastácia era considerada “da família”, bem tratada desde que “conhecesse seu lugar”. Se isto era assim, ainda permanece da mesma maneira hoje em dia. Recentemente ouvi de uma pessoa a afirmação de que não era racista porque os negros que trabalhavam em sua família eram muito bem tratados e amigos. Na afirmação está

* Professora, escritora.

contida a ideia da que eles aceitavam a condição de seres inferiores pacificamente. Como já disse Millôr Fernandes: “Só está realmente alfabetizado quem sabe ler nas entrelinhas”. E nas entrelinhas da fala de grande parte dos brasileiros está um ranço racista que a própria pessoa que está se expressando não detecta. Outros não têm sequer pejo de declarar abertamente que não gostam de negros ou de judeus ou de homossexuais. Como se fosse normal discriminar uma pessoa em razão de sua cor, raça, religião ou opção sexual.

As frases colocadas na Internet por uma estudante paulista inconformada com a derrota de José Serra são absurdas. Desta vez são os nordestinos o alvo da discriminação. Ela declarou textualmente que “nordestino não é gente” e numa hitleriana incitação à violência: “afogue um nordestino e faça um bem a São Paulo”. Se eu fosse diretora da universidade onde ela estuda, a expulsaria imediatamente. Como pode ser advogada alguém que não respeita os direitos humanos mais fundamentais. Não sei, também, se a Ordem dos Advogados do Brasil tomou alguma providência. Deveria.

Piadas racistas aparecem em toda reunião onde há alguém metido a ser engraçado. E todos riem. Certa vez foi preciso que eu advertisse uma pessoa da família de que eu não admitia este tipo de piada em minha casa. Foi constrangedor, mas necessário. E o que dizer do eufemismo “moreno” para designar um negro. É o medo do racista de estar sendo racista. Quando eu falo que uma pessoa é preta, olham para mim com olhares de reprovação. Porque, se para mim ser louro, branco, ruivo ou preto é a mesma coisa? Se *black is beautiful*, como diz a canção (e eu concordo), não há nada de depreciativo nisto. Vamos deixar de hipocrisia. Por que a palavra “preto” é ofensiva se branco, ruivo ou louro não é? Nunca entendi. Outra forma de racismo frequente nas piadas é a figura da “loura burra”. Prestem atenção naqueles filmes em que Marilyn Monroe aparece como a loura provocante, sonsa e ingênua ao mesmo tempo. Suas tiradas são sempre, não só engraçadas, como cheias de um bom humor muito inteligente. Aliás, seus biógrafos já descobriram que ela não tinha nada de burra, mas sim, de insegura e carente afetivamente, o que é outra história.

Voltando às designações. Do mesmo jeito que chamar uma pessoa de “branquela” não é bem um elogio, usar o diminutivo “negrinha” é pejorativo. Ah! As palavras! Elas são perigosas! Lacan que o diga. Havia, no meu tempo de criança, uma história na qual saiam cobras e lagartos da boca da personagem má. Frequentemente pessoas que se creem corretas vomitam monstros. Será que estou exagerando?

Admitir que é racista é extremamente complicado, principalmente para os chamados “intelectuais”. Não fica bem e não é “politicamente correto”. Vocês se lembram daquele filme fantástico chamado “Adivinhe quem vem para jantar”? Nele o casal vivido soberbamente por Katharine Hepburn e Spencer Tracy é constituído por pessoas inteligentes, modernas e de ideias avançadas. Isto até a filha aparecer com seu noivo negro interpretado por Sidney Poitier. Eles próprios se surpreendem com a reação de espanto e rejeição. Ou seja, aceitavam e tinham amigos negros mas... entrar para a família era outra história. Os leitores já devem ter visto este filme, no cinema e na vida real.

Enfim, é um assunto complexo e difícil de ser tratado. Li, há pouco tempo, um livro excelente do jornalista francês Dominique Lapierre, que conta a história da África do Sul. Chama-se “Um arco-íris na noite”. É impressionante saber o que foram as leis racistas que dominaram o país africano até fins do século XX. O pior, as leis eram criadas por cristãos que tudo faziam em nome de Deus. Pastores defendiam, em sermões, que se evitasse todo contato com os nativos africanos. Qualquer relacionamento inter-racial era punido severamente. Mais drásticas do que as leis racistas que vigoravam nos EUA até décadas recentes. Na década de 50, dois grandes escritores negros, Richard Wright e James Baldwin, se mudaram para Paris fugindo das humilhações que sofriam em seu país. Richard era casado com uma branca, o que tornava as coisas mais difíceis. James, além de negro, era alcoólatra e homossexual. Em Paris eram recebidos em todas as casas, comiam em qualquer restaurante, entravam em qualquer banheiro. Eram respeitados e admirados. *Vive la France!*

Outro caso incrível de racismo é o que foi vivido pela grande atriz e cantora Lena Horne. Ao se casar com um branco, foi discriminada pelos de sua raça, que se sentiram traídos, tanto quanto já era pelos brancos por

ser negra. Quando Hollywood filmou o musical “*Showboat*” [No Brasil, “O Barco das Ilusões”] ela era cotada para ser a personagem negra ameaçada de ser presa por ter-se casado com um branco. Pois bem, seu nome foi descartado porque o filme estrelado por uma pessoa de cor não teria boa aceitação nos estados do Sul. Foi substituída (pasmem!) por Ava Gardner.

A cantora lírica Marian Anderson nunca pode cantar no *Metropolitan Opera House*, o mesmo se dando com o grande cantor Paul Robeson, que acabou indo cantar ópera na Rússia.

Não percamos as esperanças. As coisas estão melhorando. Foi eleito o primeiro negro presidente dos EUA. Mandela chegou à presidência. Um nordestino torneiro-mecânico tornou-se presidente do Brasil. Agora temos uma mulher. O número de mulheres, inclusive mulheres negras, a ocupar cargos importantes aumentou muito. Interessante notar que dois países muito machistas, como Índia e Israel, foram pioneiros em eleger mulheres para o mais alto cargo: Indira Gandhi e Golda Meir.

Sim, as coisas estão melhorando. Se bem que a maioria dos brasileiros que são anti-Lula, o sejam por razões preconceituosas, e não por razões objetivas, por não estarem de acordo com suas ideias ou a maneira pela qual ele governou o país. O fato de ser nordestino, não ter curso superior e falar com erros de português, como a maioria dos brasileiros, aliás, conta mais do que sua atuação como chefe da nação.

Bem, como disse, é um assunto complexo que mereceria várias teses de mestrado e doutorado. Aqui não pode ser esgotado.

Mudando inteiramente de assunto e voltando ao nosso Monteiro Lobato, acho que sua grande “sacada” foi ter eliminado do “Sítio do Picapau Amarelo” as figuras materna e paterna.

Pai e mãe são figuras essencialmente educadoras-limitadoras. Não ficariam bem naquele ambiente onde coexistiam em harmonia, uma sábia e afetuosa avó, uma excelente cozinheira e outros fantásticos personagens. Iriam, certamente, mandar as crianças escovarem os dentes, tomarem banho, vestirem agasalhos e outras coisas mais que fazem parte do papel educacional próprio dos progenitores. Pais e pedagogos, não me entendam mal. Infelizmente este papel é necessário para uma boa adaptação do

indivíduo na sociedade. Não no Sítio onde reinava outra realidade fantasiosa.

Nossos amigos, os livros, já sofreram várias perseguições ao longo da História. Foram eliminados e destruídos nas fogueiras de um louco Savonarola, durante a trágica época da Inquisição e por outras tantas insanidades mais. A Igreja Católica criou um *nihil obstat* para limitar a leitura de seus fieis às obras permitidas, escolhidas por sensores severos.

Do jeito como as coisas andam, qualquer dia alguém vai implicar com o pó de pirlimpimpim. Ao que me consta, ninguém se viciou em drogas lendo Monteiro Lobato. Diríamos, na gíria, que o buraco é mais embaixo. Aliás, a fabulosa Alice, de Lewis Carroll, uma das minhas leituras prediletas, também comia estranhos cogumelos com efeitos alucinógenos. Não me consta que os ingleses tenham, por este motivo, tirado das estantes este grande clássico da língua inglesa.

Portanto, vamos parar com essas sandices e cuidar de outros aspectos educativos mais importantes, como estimular a leitura dos jovens em um país de triste estatística em termos de leitura. Acho que já contei esta história, mas nunca é demais repetir. Meu sábio amigo Jacques do Prado Brandão era uma espécie de guru para os jovens intelectuais de Belo Horizonte nos idos das décadas de 50 e 60. Certa vez, um rapaz indagou se deveria ler determinado livro. Ele perguntou: “Tem capa, páginas escritas, fica em pé na estante? Então leia!” Sábio, como eram todos os seus conselhos.

Os programas de televisão, estes sim, na sua maioria, contribuem para limitar o crescimento intelectual da população brasileira. Falar sobre os efeitos negativos das novelas seria assunto para outra matéria. É uma questão a ser debatida longamente. Costumo classificar a audição das lamentáveis obras “globais” como “prostituição intelectual”. Que me perdoem as prostitutas. Talvez esteja sendo muito radical. Paciência. É minha maneira de pensar. Citando novamente Millôr Fernandes: “Livre pensar é só pensar”.



MIGUEL AUGUSTO GONÇALVES DE SOUZA, UM ITAUNENSE FÉRVOROSO

*Carmen Schneider**

Em meio à agitação da diversificada vida pública de homem de negócios e intelectual dedicado às letras, uma ideia maior norteava os pensamentos do Dr. Miguel Augusto: escrever a história de Itaúna, sua terra natal. Mas não haveria de ser apenas uma narrativa corrida, com algumas informações buscadas superficialmente, a respeito de sua cidade berço. Ele pretendeu mais, muito mais, além do que já se havia colocado em livros.

Antes dele, alguns conterrâneos, também afeiçoados à terra santanense, deixaram sérios volumes que relatavam notícias e fatos históricos do município. Itaúna deve se vangloriar dos estudos que seus filhos elaboram com dedicação sobre os tempos primeiros, quando se deu a ocupação da terra, o desenvolvimento e consequente elevação do povoado a curato, paróquia, distrito, vila e, finalmente, cidade.

A saga do menino estudioso perseguiu caminhos direcionados à pesquisa consciente e fiel de seu berço natal, voltada para o que se dizia dos grandes nomes pioneiros colonizadores, cristãos ardentes, com o tirocínio que os fazia levantar em primeira mão, oratórios e capelas

* Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras

dedicados a seus santos de maior devoção, como soi acontecer nesses rincões religiosos das Gerais.

Estas ideias persistiam em seus pensamentos, mesmo tendo Miguel Augusto assumido altos compromissos com atividades ligadas às funções jurídicas e administrativas, para as quais os seus estudos universitários o credenciaram e o impeliaram. Encontrava-se sobrecarregado de obrigações diversas, já que, além das tarefas profissionais que desenvolvia, via-se às voltas com relevantes missões públicas no Estado de Minas Gerais. Exerceu cargos de Presidente da Associação Comercial de Minas, Presidente do Conselho de Administração do BDMG, além de cumprir deveres de presidência, na Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais.

Miguel Augusto Gonçalves de Souza selecionava importante espaço e tempo, dentre o apertado calendário de suas atividades do dia-a-dia, para pensar, laborar e escrever. Sua colaboração na área jurídica surgiu em 1964, com um cuidadoso volume sobre “Acidentes do Trabalho”, editada pela Revista dos Tribunais Ltda., considerada obra clássica no direito social brasileiro. Ele mantinha vínculos estreitos com o trabalhador, uma vez que era um dos Diretores da Companhia Industrial Itaunense.

Miguel Augusto tinha o empenho de historiador cravado em suas intenções, e para começo, lançou-se à pesquisa biográfica de uma grande personalidade, o Marquês de Queluz, patrono da cadeira que ocupava no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Visitou fontes primárias existentes em Portugal, na Universidade de Coimbra, para ampliar o campo de informações acerca daquele especial cidadão, e de forma definitiva, reconstruiu seguramente a vida até então ignorada, de um magistrado ilustre, João Severiano Maciel da Costa, governador da Guiana, presidente da Constituinte de 1823, Conselheiro de Estado, redator da Constituição de 1824, presidente da Bahia, senador, ministro do Império, escritor, visconde e marquês.

Depois de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Miguel Augusto teve oportunidade de ampliar o magnífico discurso, proferido na solenidade de sua introdução naquela solene casa de cultura; transformou-o em excelente ensaio, tornando-o um livro,

enriquecido com os dados primorosos, coletados em suas peregrinações naquelas raízes naturais, e publicando-o com o título de *O Marquês de Queluz e sua época*.

O desempenho na diversidade das missões que o abrangiam, quer na vida privada ou pública, era sempre de muito vigor. A ideia do livro sobre a história de Itaúna continuava amadurecendo em suas intenções. A ação política levava-o a assumir o cargo de Secretário da Fazenda e Secretário de Governo e Coordenação Política, no Governo de Magalhães Pinto. Ele não poderia perder a oportunidade para as realizações pretendidas, em proveito de sua Itaúna. Chegara a vez de mostrar que poderia, sim, seguir os passos de seu prestimoso avô, Dr. Augusto Gonçalves, tido como fundador e o maior benemérito de Itaúna. Espelhando-se em seu magnífico exemplo, conseguiu Miguel Augusto, junto ao governante mineiro, que obras substanciais fossem executadas na terra onde nasceu e à qual devotava extremado apreço. Fez com que um novo fórum fosse construído na cidade, e ao qual deu o nome de Mário Matos, um seu ilustre conterrâneo e confrade, na Academia Mineira de Letras. A Delegacia da cidade e a cadeia pública de Itaúna receberam novo endereço com modernas instalações, e cuja administração goza hoje de fama nacional. Grupos escolares foram levantados, largos trechos da estrada para a capital receberam o asfalto há tempos requerido; mas Miguel Augusto ainda se considerava capaz de obra monumental, que desse à sua querida terra a prova definitiva de seu amor e devoção àquela que foi chamada Terra de Sant’Anna do Rio São João.

Sobre esses fatos, avulta o desejo de contemplar sua terra natal com um gesto abrangente no campo da educação, e que o impeliu a fundar, em dezembro de 1965, a Universidade de Itaúna, considerada por ele a mais importante missão de sua vida, e da qual recebeu, por decisão unânime de seu Conselho Universitário, o título de “Reitor *Honoris Causa*”, em todo tempo de sua existência. A Universidade de Itaúna perfila-se soberanamente, hoje, dentre as instituições de largo conceito no cenário educacional do país.

E, finalmente, o livro que foi sua preocupação constante, ao largo de sua profícua vida, *Itaúna – 1765-2002*, estava a lume, editado pela

Editora *Santa Clara*, em data comemorativa da instalação do município, criado pela lei 319, de 16 de setembro de 1901, e solenemente instalado em 2 de janeiro de 1902. A obra é de grande fôlego, e traz a trajetória Política, Social, Religiosa, Econômica e Cultural da cidade, desde a criação do Arraial de Santana do Rio São João Acima, em 14 de outubro de 1765, até a data do centenário de instalação do município, segundo consta da abertura do livro. Bela a dedicatória que espelha a grandeza de alma do autor, quando declara: “Para a classe operária itaunense que, com competência e operosidade, contribuiu decisivamente para a construção da grandeza de Itaúna”.

Autor de importantes criações literárias, quase todas de conteúdo histórico e memorialístico, o que se vê nas já citadas obras, e mais: *O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil, Capítulos da história itaunense. A história do Brasil contemporâneo - 1930 a 1985 - De Getúlio a Tancredo Neves*. Com estes trabalhos, completaria o belo círculo de suas atividades literárias, quando a morte o surpreendeu aos 85 anos de idade, na lucidez e erudição que caracterizam seus trabalhos. Miguel Augusto Gonçalves de Souza ocupava a presidência da Academia Mineira de Letras, posto que o elevou em dignidade e respeito nos meios culturais do Estado, fazendo jus ao seu desempenho como homem estudioso da História e das letras.



GUIGNARD: MARCO INTELECTUAL DE MINAS

*Carlos Perktold**

Não conheci Alberto da Veiga Guignard pessoalmente. Por isso, não estive presente na sua vida de pintor e artista, nem na sua morte em 26 de junho de 1962, mas parte de sua biografia é conhecida por todos os interessados como eu, e nela há hiatos sempre tão cheios de mistérios quanto seus quadros. Aqueles pessoais estão arquivados na memória de cidades como Munique, Florença e Paris até 1929, e é melhor que continuem nelas, sem interessado ou curioso para desvendá-los. Mistérios pessoais devem fazer parte das biografias de divindades. Os pictóricos estão nos seus quadros executados como celebrações de merecida vida imortal, obras com temas inesgotáveis pelo conteúdo, forma, ritmo, composição, beleza, talento e a Vila Rica de sempre.

Aos 33 anos de idade, Guignard chegou ao Rio de Janeiro, desta vez para ficar definitivamente no Brasil. Na antiga Capital Federal, o pintor se surpreende com a ausência de artistas modernos, exceto o jovem Ismael Nery, o único portador de pintura digna de figurar em qualquer salão em Paris, a mesma Paris que já considerava o cubismo escola superada.

Antes de sua chegada ao país, o Brasil tinha começado o movimento modernista com exposições de Lasar Segall, em 1913, e Anita Malfatti,

* Psicanalista. Integra a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), a Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA).

em 1917, seguidas do evento conhecido como Semana de Arte Moderna de 1922, todas realizadas em São Paulo. Mas esta teve pouca repercussão pelo Brasil afora e terminaria naqueles dias se não fosse o célebre discurso de Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras, dois anos depois, repercutindo mais que o próprio acontecimento. Dele participaram Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Vicente do Rego Monteiro, Brecheret, J. Graz, Villa-Lobos e outros artistas que horrorizaram o mundo acadêmico de então. Graça Aranha, embaixador, escritor, intelectual brilhante, é hoje muito mais que nome de rua famosa no Rio de Janeiro. Com sua fala definitiva, Graça Aranha tentou retirar à Alice que era o Brasil de dentro de um espelho acadêmico, despertando o mundo intelectual brasileiro para algo que viria para ficar e que pouquíssimos brasileiros haviam percebido. Metaforicamente, foi uma espécie de personagem literária que chega para esclarecer e explicar a trama ou a grandiosidade de certos acontecimentos descritos por autor de um romance cheio de personagens conflituosos. Infelizmente para Graça Aranha e para os brasileiros em geral, o nosso país somente aceitaria o Modernismo a partir de 1950, e o abstracionismo em 1953, na célebre exposição do Hotel Quitandinha em Petrópolis.

Guignard não participou da famosa Semana paulista e é possível que tenha tomado conhecimento dela somente em 1924, quando esteve no Brasil quase que de passagem. Um ano antes, certa Ana Döring, sensível musicista com bela voz, havia cometido a temeridade de se casar com o jovem pintor que tinha lábio leporino, era fanhoso e, para ela, com insuportável falta de sonoridade nas quatro línguas nas quais ele era fluente. Provavelmente ela aceitou sua proposta de casamento porque viu nele atributos tão raros hoje quanto então: amor, generosidade, altruísmo e um coração a bombear beleza nas telas. Mas, essas eram compensações insuportáveis para quem tinha a música como desejo e os ouvidos tão delicados quantos as criações pictóricas do marido. O decorrer de poucos meses de casamento provou que as qualidades de Guignard eram compensações pequenas para resistir à sensibilidade auditiva de Ana e a sua provável falta de amor, além de ela se sentir constrangida ao vê-lo se alimentar em casa ou em público. Se a falta de sonoridade na voz de

Guignard foi o primeiro martírio da jovem esposa, o defeito congênito foi a maior das tragédias pessoais de Guignard.

Conta a lenda que Ana o abandonou em plena lua-de-mel. Se de fato isso ocorreu, quando ele chegou de passagem ao Brasil, em 1924, já estava abandonado pela sua eterna paixão. Mas o abandono dela não foi suficiente para destruir o seu talento ou impedi-lo de participar do Salão Nacional de Belas Artes daquele ano com cinco desenhos e um autorretrato em pastel. Nele recebeu a Menção Honrosa de 2º grau. Se Ana provocou no nosso pintor a ferida narcísica de marido abandonado, Guignard teve a recompensa e o belo reconhecimento neste prêmio, sobretudo se considerarmos a atmosfera acadêmica ainda reinante no Rio de Janeiro e no Brasil em geral, acrescida da resistência de qualquer júri de aceitar a nova arte que já era história na Europa. Em 1924, o impressionismo francês, o expressionismo alemão, o cubismo de Picasso e Braque, o surrealismo de De Chirico e Salvador Dalí já eram mais que conhecidos, e algumas dessas escolas já estavam superadas por novas ideias, técnicas e conteúdos pictóricos.

Quem conheceu Guignard pessoalmente em Belo Horizonte ou Ouro Preto, seja como aluno, seja como fornecedor de moradia ou refeições em troca dos então desvalorizados quadros, seja como amigo do peito, todos são unânimes em afirmar que “Guignard era uma criança”. Talvez, do pescoço pra cima, nunca tenha deixado de ser. Vivia como se a criança feliz de Nova Friburgo de antes da morte do pai ainda existisse dentro dele e daquela infância ele nunca tivesse saído, nem mesmo para perguntar se o adulto que ele era fosse também o artista que a criança desejou ser. Suas lembranças felizes ao lado dos pais naquela cidade fluminense estão literalmente refletidas nos seus quadros cheios de balões de festa de São João, algo que seu pai fazia todo ano e deixava o menino encantado pela beleza das cores e transparência das luzes nas leves peças. Leveza e transparências que, nunca esquecidas, foram transpostas décadas depois para suas telas nas paisagens de Ouro Preto, a exibir a neblina de Vila Rica entre casas e igrejas como se estas flutuassem no espaço mágico, ou ainda nas flores colocadas nas roupas das modelos dos retratos de amigas ou naqueles de encomenda.

A chegada de Guignard a Minas, a partir de 1944 é um marco intelectual tão grande a favorecer Belo Horizonte, quanto foi desfavorável, alguns anos depois, a partida de Fernando Sabino e seus amigos Hélio Pellegrino, Otto Lara Rezende e Paulo Mendes Campos, com encontro marcado no Rio. Guignard veio porque havia o convite do prefeito e depois governador JK, com o seu apoio oficial para criar uma escola em Belo Horizonte, que trouxesse os ares modernistas de si mesmo, somados àqueles de colegas de paleta cariocas, paulistas, florentinos e parisienses. Os escritores, os quatro cavaleiros do apocalipse, partiram porque sentiram que a cidade era pequena demais para seu talento literário e psicanalítico. Guignard aceitou quando aceitou o convite: foi valorizado como professor pelas alunas que o adoravam e por alunos que o respeitavam. Colaborando com o crescimento da cidade, Guignard trouxe ainda Franz Weissmann, desenhista, escultor e professor não menos talentoso que o seu anfitrião, deixando ambos marca em alunos que fariam o orgulho dos dois professores.

Assim como Graça Aranha é muito mais que nome de rua do Rio, Guignard é muito mais que professor de alunos talentosos. Ele deu a contribuição definitiva para mudar o pensamento pictórico da jovem cidade e deixou de herança um acervo de pinturas que encantam pela leveza dos traços, o ritmo da composição, a beleza das cores no registro de “cidades imaginárias”, como as chamou Lélia Coelho Frota, pintando a mesma cidade de Ouro Preto ou Sabará, mas com o lirismo que se espera de um poeta. Guignard encantou-se pela luz de Vila Rica, a mesma que pode ser vista num dia de sol de inverno, refletida pelas montanhas que a cercam a funcionar como um rebatedor fotográfico. Com técnica pictórica aprimorada, transpôs para as telas a transparência da neblina entre igrejas, casas e serranias, comprovando que gênio é aquele que enxerga o óbvio. Guignard pintou a beleza de cenas de cidades existentes há mais de 250 anos então, e que ninguém havia visto e registrado como ele. Ou ninguém viu o que ele tão bem viu e pintou, nem mesmo em fotografias de então, ou, se alguém viu, não teve talento para fazer da cena o poema que ele criou.

Por estes motivos, sempre que escrevo algo sobre Guignard, tenho o sentimento de falar de alguém de minha intimidade pessoal, alguém que, se existe um mundo eterno depois deste, por certo será o local no qual nos encontraremos e seremos amigos e onde, parafraseando Alvaro Moreyra, no seu poema “Projeto”, vou chamá-lo de “Betinho” e ele há de me chamar “Carlinhos”.



CALMON BARRETO, UM TALENTO EXCEPCIONAL A SER RECONHECIDO

*Mauro Werkema**

Desconhecido do grande público brasileiro, o araxaense Calmon Barreto (1909/1994), por seu múltiplo talento e vasta produção artística, possuidor de uma rara e dinâmica dimensão criativa, deveria encontrar-se na galeria dos grandes artistas do País. Uma visita ao Museu Calmon Barreto, criado em 1996 pelo prefeito Jeová Moreira, no centro da cidade, propicia ao olhar interessado e sensível uma singular fruição estética ao contemplar algumas obras excepcionais. E permite, sobretudo, avaliar a qualidade, a singularidade e a amplitude do talento de Calmon Barreto e sua refinada formação, sensibilidade e fertilidade criativa, a ponto de surpreender-se o visitante por não encontrar o artista nos grandes catálogos das Artes Plásticas brasileiras ou por não ter oportunidade de ver um seu trabalho nos grandes salões e mostras.

Talento precoce, já aos 12 anos, em 1922, Calmon Barreto começou como aprendiz de gravador na Casa da Moeda, no Rio. Teve como professores os grandes mestres da escola. Dois anos depois, por concurso, matricula-se na Escola Nacional de Belas Artes, obtendo o título de mestre-gravador. Em 1930, ganha prêmio de viagem à Europa, onde

* Jornalista e ex-secretário de Cultura e Turismo de Ouro Preto.

permanece por dois anos, percorrendo museus, galerias e ateliês da Itália e da França e de mais uma dezena de países. Interessou-se especialmente pelo desenho, que seria sua arte maior. Retornando ao Brasil, reingressa na Casa da Moeda e, em 1942, inicia sua atuação no magistério na Escola Nacional de Belas Artes, onde obteve, por concurso, em 1951, a cátedra de Anatomia e Modelo Vivo da Escola Nacional de Belas Artes. Aposentou-se como diretor da Escola, já com o título de doutor.

Dedicado, por toda a sua vida, à atividade artística, Calmon foi um criador múltiplo, em diversas linguagens: desenhista, ilustrador e caricaturista, entalhador, gravador, fundidor, escultor, pintor, poeta e literato, áreas em que deixou criações de alta qualidade técnica e artística, com a vastidão e a prodigalidade que nos lembram o patrono das Artes Plásticas Brasileira, o nosso Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738/1814), artista maior de Vila Rica, e que foi arquiteto, autor dos famosos riscos de São Francisco de Ouro Preto e São João del-Rei, como também, escultor, entalhador e ornamentista, com vasta obra na madeira e na pedra.

Nas suas telas, clássicas, figurativas, com estilo próprio, quase sempre épicas, históricas e realistas no plano da cultura e da formação regionais, expostas no Museu de Araxá, destacam-se “A evolução do homem”, “O bandeirante”, “A chegada dos tropeiros” e, por sua enorme divulgação, “Dona Beija”, entre muitos outros trabalhos de elevada expressão e qualidade. Demonstrem a requintada formação, o domínio de cores e luzes, a harmonia e o equilíbrio espaciais, tendo na expressão anatômica o traço marcante e distintivo. Retratou as lutas e os tipos humanos da ocupação primitiva do Triângulo, o Sertão da Farinha Podre, o início do São Domingos do Araxá, do Desemboque, do Quilombo do Ambrósio. Sua pintura de animais, sobretudo cavalos, é excepcional. Sua pintura está além do acadêmico. Antes, filia-se aos grandes mestres florentinos, do Renascimento Italiano pelo rigor dos traços e reproduções. Mas rompe com o academicismo em vários momentos, sobretudo pela prevalência do desenho na forma clássica, especialmente na escultura.

Na Casa da Moeda, seu trabalho foi fecundo. É autor de moedas que circularam por todo o Brasil. Como também na ilustração, nos

cartuns, retratos, perfis, vinhetas e nos desenhos realizados para jornais e revistas do Rio. Rigoroso na forma, sensível na expressão plástica, é um precursor da história em quadrinhos. Sua boa formação técnica permitiu seu trabalho com o bico-de-pena e o lápis, carvão ou pincel seco. Variou do óleo à aquarela. Na escultura, deixou obras em várias instituições, inclusive bustos e baixos-relevos, túmulos, portadas, monumentos urbanos. No Rio, são destaques as intervenções no “Monumento da Laguna e Dourados”, lembrança da Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai. Um Cristo, no Museu em Araxá, é obra-prima, como também o relevo “Batalha dos Guararapes”, obras premiadas. E também “O garimpeiro”, “O laçador”, trabalhos na pedra dura.

Já em Araxá, para onde retorna em 1968, trabalha ininterruptamente em seu ateliê, com sua irmã e também artista Cordélia. E, em nova manifestação do talento, revela pendor literário. Parcela de seus contos e poesias está em dois livros, “Araticum” e “Banco de ripas”, onde mostra o talento de narrador, analista da alma mineira, do folclore regional, do homem simples e sua visão da vida e do mundo, ao estilo roseano.

Calmon Barreto é um dos grandes artistas brasileiros que ainda aguarda reconhecimento nacional. No seu centenário, em 2009, a Fundação Calmon Barreto, da Prefeitura, publica exegese que faz justiça à sua vida e obra, inseparáveis. O Governo do Estado cria a Medalha Calmon Barreto, entregue anualmente. Sem vaidade, praticante da vida recolhida e até avesso a homenagens e aparições, sem ganância comercial, embora sempre estudioso e irrequieto, mantendo-se fiel à orientação da Escola Nacional de Belas Artes, de um clássico academicismo romântico, sem aderir ao movimento modernista que encantou seus contemporâneos, como Portinari, seu contemporâneo e colega na Escola, Calmon Barreto é um patrimônio singular das artes visuais.

A leitura da obra de Calmon Barreto suscita naturalmente a discussão crítica atual relativa à crise de talentos e, por consequência, de “certa desvalorização e descaracterização da arte” de que tanto nos fala Ferreira Gullar e outros. Os descaminhos da arte conceitual, das intervenções e objetos, da “arte sem arte”, encontram em Calmon Barreto um exemplo diferencial além da época e do estilo. Sensibilidade,

criatividade, observação emotiva, o talento de perceber e reproduzir formas, em movimentos, em jogos lúdicos, com equilíbrio de luz e cores, que encontramos em Calmon Barreto, configuram o artista excepcional que merece reconhecimento maior.



AVELINO FÓSCOLO: UM LIBERTÁRIO NAS MINAS GERAIS

*Luciana Nascimento**

Para estudar a obra do escritor Avelino Fóscolo, faz-se mister reconstituir rastros de sua vida, bem como levantar alguns aspectos do cenário histórico da sua atuação. Não pretendo aqui traçar uma biografia intelectual completa do autor, mas apenas levantar alguns dados relevantes de sua trajetória para o estudo de sua obra. Acredito que a biografia pode se constituir em uma contribuição para o entendimento da visão de mundo do autor, um dos caminhos possíveis para a compreensão de uma obra esquecida pelos manuais de literatura.

A biografia pode ter uma grande importância e o historiador da literatura deve examiná-la cuidadosamente a fim de observar, em cada caso concreto, os ensinamentos e as explicações que ela pode fornecer. Mas ele jamais deve esquecer que, quando se trata de uma análise mais aprofundada, ela não é senão um fator parcial e secundário, sendo essencial a relação entre a obra e as visões de mundo que correspondem a certas classes sociais. (GOLDMANN, 1979 *Apud* CURY, 1981, p.23.)

* Mestre em Estudos Literários pela UFMG; Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Professora Adjunta III da Universidade Federal do Acre. Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAC.

Contextualizar a obra de Avelino Fóscolo dentro da historiografia literária tampouco é tarefa das mais fáceis. A obra aveliniana apresenta-se ausente dos cânones da literatura brasileira. O esquecimento de Avelino Fóscolo deveu-se, talvez, à falta de um público pois, “o grupo social que o sustentou como escritor era extremamente frágil para a tarefa insignificante nas lides da política literária. E, curiosamente, Avelino foi o grande responsável pelos circuitos de distribuição e, conseqüentemente, de consumo, de seus textos”. (MALARD, 1987, p.36.). Seus leitores eram os clientes de sua farmácia, o que o fazia pouco conhecido fora da localidade em que vivia. Entretanto, a obra de Fóscolo não se apresenta como uma produção isolada, mas antes inserida e sintonizada com a ideia de literatura socialmente engajada, que esteve presente em muitas obras desse mesmo período.

No Brasil, as primeiras décadas deste século são atravessadas pela implantação e desenvolvimento das ideias libertárias que estavam em voga na Europa. Nessa época, alguns escritores brasileiros se identificam com esse ideário, quer pela presença de militantes emigrados, quer pela leitura da produção literária de escritores anarquistas estrangeiros. Vislumbrava-se a criação de um projeto de instauração do anarquismo entre nós, tanto no campo da política, como na educação e na literatura, segundo atesta Francisco Foot Hardman: “Menos do que uma ‘cultura paralela’, estamos diante de uma das mais diversas manifestações da crise, [expressa] nos textos libertários [nos quais] o estético e o político estão imbricados (...)”. (HARDMAN, 1983(a), p.82.)

Dentre os escritores que, no Brasil, se dedicaram à narrativa de caráter social, podemos destacar Fábio Lopes dos Santos Luz, Antonio Avelino Fóscolo, Manuel Curvello de Mendonça e Domingos Alves Ribeiro Filho. Estes quatro escritores, sintonizados com as ideias anarquistas, tinham a literatura como compromisso de transformação radical da sociedade brasileira – como militância, portanto. Olavo Bilac ressalta essa sintonia dos brasileiros com os seus pares europeus:

“Não basta haver talentos para que haja uma literatura. Esta opinião talvez não seja uma grande novidade, mas é verdadeira. Nós nos regulamos pela França. (...) A França tem alguns moços extravagantes, nós também;

há uma tendência mais forte, a tendência humanitária, nós começamos a fazer livros socialistas. Esta última corrente arrasta, no mundo, todos quantos se apercebem da angústia dos pobres e do sofrimento dos humildes.”

A militância anarquista através da literatura visava a conscientizar o público, difundindo ideias libertárias para uma parcela da população não alcançada por outras modalidades de propaganda, seguindo, assim, os mandamentos do mais expressivo teórico do comunismo libertário – Kropotkin (1830-1905). Além deste último, destacam-se ainda os ideólogos E. Reclus (1830-1905), Malatesta (1853-1932) e Bakunin (1814-1876), entre outros. Todos esses teóricos tinham em comum a pregação da liberdade, da mudança social através das organizações representativas (sindicatos), e a crença na revolução e na preparação do operariado, através da informação jornalística e da arte:

“A luta pelas ideias da revolução na arte deve começar uma vez mais pela luta em defesa da VERDADE artística, não só no sentido de tal ou qual escola, mas no interior da fidelidade inabalável do artista a seu EU INTERIOR. Sem isso, não existe arte. (...) a criação verdadeiramente independente em nossa época de reação compulsiva, de declínio cultural e de retorno à barbárie já é necessariamente revolucionária por seu próprio espírito.” (TROTSKY, *Apud* HARDMAN, 1983(b), p.19.)

Como se sabe, o público leitor da época era bastante reduzido. Além da barreira do analfabetismo, o que alijava esse público da participação na experiência da leitura e do prazer do texto é que o caráter social desse tipo de literatura não correspondia à “literatura sorriso da sociedade”, não atendendo, portanto, ao gosto das classes dominantes. Vale ressaltar que essa “literatura útil”, como a chamou Curvello de Mendonça, revelou a posição desses intelectuais ao lado das minorias, que não tinham autonomia de expressão. Isto porque havia, nesse período, um pequeno e pouco organizado operariado, uma indústria e uma urbanização pouco expressivas e ainda fortes resquícios da escravidão. A aparente fachada liberal da República, na verdade, mascarava as verdadeiras relações de trabalho de uma sociedade recém-saída do regime escravista.

Dentre as atividades literárias que marcaram a presença do anarquismo no Brasil, podemos destacar uma grande variedade de publicações, tais como romances, contos, novelas em jornais, revistas e folhetos. Nelas, registra-se a opção por tematizar e dar voz à pobreza, aos oprimidos e ao operariado. Esses escritores se apresentam como as vozes descompassadas em relação ao coro afinado com as visões laudatórias da modernidade. Nesse caso, seus textos destoam dos movimentos em voga, das chamadas “literaturas prodigiosas”, que se organizavam em “cotêries” e “igrejinhas”, divididas em acadêmicos e boêmios. Sobre esses grupos, percebe-se que o primeiro era liderado pela figura de Machado de Assis, enquanto o segundo englobava escritores esteticamente diferentes, mas ideologicamente semelhantes, aí, incluídos os libertários e os simpatizantes, como é o caso de Lima Barreto. Para esses intelectuais, a modernidade “não se colocava apenas como ruptura estética, mas também como crise profunda dos valores em curso, como o confronto entre as concepções de mundo, como a afirmação política (institucional ou não) de interesses sociais divergentes”. (HARDMAN, 1983(b), p.81.)

De acordo com Brito Broca, em 1900, nos círculos literários da Livraria Garnier, havia o grupo dos “simbolistas que se unia aos anarquistas e socialistas, na mesma atitude de hostilidade ao autor de *Quincas Borba*”. (BROCA, 1960, p.42.) No grupo dos anarquistas, podemos destacar nomes como o de Fábio Luz, Manuel Curvello de Mendonça, Gustavo Santiago, Rocha Pombo, Múcio Teixeira, Pedro do Couto e Nestor Victor, entre outros. Esses escritores, no entendimento de Bóris Fausto, faziam parte da “mídia burguesia intelectual do núcleo dirigente do movimento anarquista no Brasil”. (FAUSTO, 1976, p.94-95.)

Longe das rodas literárias da capital da República, na Minas Central, mas comungando das mesmas ideias de seus pares do Rio de Janeiro, encontramos o romancista Antonio Avelino Fóscolo, nascido na cidade de Sabará, em 1864. Antes de chegar à literatura, ocupou sua vida com diversas outras atividades: artista de circo, jornalista, farmacêutico e médico prático. Além disso, tornou-se um bem sucedido fabricante de vinhos e remédios e do coalho Halley, que chegou a comercializar no Rio

e em São Paulo. Fóscolo exercia as atividades farmacêuticas juntamente com o jornalismo e a literatura. Publicou seu primeiro romance – *A Mulher* – em 1890, em parceria com o escritor Luis Cassiano. Em 1902, publicou *O Caboclo* e *O Jubileu* e, em 1903, *O Mestiço* e *A Capital*. Na década de 20, publicou *Vulcões*. Nos anos 40, escreveu *Morro Velho*, livro que não chegou a publicar, por se tratar de uma obra com duras críticas às condições de vida dos trabalhadores das minas de Morro Velho.ⁱⁱ

Fóscolo participou ativamente do clima abolicionista e pré-republicano, publicando jornais de combate e panfletos. Colaborou na imprensa operária e fundou jornais desse teor. Viajou para a Europa várias vezes, o que lhe possibilitou o contato com escritores e teóricos ácratas europeus. Dentre os jornais dos quais Fóscolo foi colaborador, podemos destacar a *Gazeta de Oliveira* (sua estreia no jornalismo), *Folha Sabarense*, *O Contemporâneo*, *O Industrial*, *Jornal do Povo* e *Terra Livre*. Fundou ainda os jornais *A Vida* e *A Nova Era*, este último em parceria com o escritor anarquista Manuel Curvello de Mendonça. Além de escrever artigos políticos, ele também publicava suas obras sob a forma de folhetim. Estes escritos estão situados nas novas funções que adquiriu a Imprensa no século XIX. A junção das atividades de jornalista e escritor ocorreu a partir da última década do século XIX, com a mudança do papel da imprensa. De simples divulgadora de fatos econômicos e políticos, ela se tornou um espaço de cultura, de recepção de novas ideias e de debates sociais e políticos, configurando o “nascimento da crônica jornalística”. (BRAYNER, 1979, p.55.) É no século XIX que esta última se consolida no Brasil, constituindo um espaço dedicado ao comentário, ao entretenimento do dia-a-dia da cidade e do país, ocupando a seção chamada folhetim, também ocupada por obras escritas em capítulos:

“A crônica literária pode-se dizer que se iniciou no Brasil com José de Alencar, sob a forma de folhetim em rodapé, alternando com o romance-folhetim (...). Tal gênero de crônica consistia num mosaico de assuntos. O cronista percorria os assuntos do momento, numa revista jornalística, discutindo-os como simples homem de espírito, considerando-os mais em função da vida – expressões fugitivas do eterno e inconstante espetáculo do mundo.” (BROCA, 1993, p.22.)

A imprensa moderna contribuiu sobremaneira para a profissionalização do escritor, que já não tinha como única ocupação o fazer literário, o que possibilitou um “diálogo entre a técnica literária e a disseminação de novas técnicas de imprensa, reprodução e difusão no país durante o século e as primeiras décadas do século XX”. (SUSSEKIND, 1987, p.24.)

Registre-se também, o aparecimento paralelo de uma chamada “imprensa operária”, que se organizou a partir da iniciativa de alguns intelectuais de fundarem jornais que visavam à difusão do hábito de leitura e à discussão de problemas pertinentes aos modos de organização do trabalho e da economia do país, junto à classe operária. Esses jornais propunham a preparação para a “luta social” e seriam o instrumento de “política” da citada classe, como atesta Maria Nazareth Ferreira:

“Os inúmeros jornais lançados por iniciativas dos intelectuais foram armas importantes que levaram as ideias à discussão, criaram o hábito de leitura e prepararam o terreno para o surgimento da imprensa operária na virada do século, que com a presença dos operários imigrantes, em outra conjuntura, iria produzir os primeiros frutos da luta social. O ponto alto da atividade dos militantes anarquistas no Brasil foi a proliferação da imprensa operária. (...)” (FERREIRA, 1988, p.9 e 13.)

Essa imprensa configurou-se como uma tentativa de semear o ideal anarquista entre a classe operária. Concebida pelo sonho de alguns grupos que se colocavam ao lado do operariado oprimido pelo poder capitalista, essa imprensa tornou-se instrumento de educação e mobilização e mobilização da classe operária, que deveria ser preparada para a luta social, conforme sustentava Lênin:

“Somente um jornal que divulgue de modo consequente os princípios da luta política e levante bem alto a bandeira da democracia estará em condições de convencer todos os elementos democráticos combativos e aproveitar todas as forças progressistas na luta pela liberdade política. A organização das forças revolucionárias, sua disciplina e o desenvolvimento da técnica revolucionária são impossíveis sem a discussão destas questões através de um órgão que as centralize.” (LENIN, 1914 *Apud* FERREIRA, 1988, p.12.)

O pensador russo enfatiza o papel da imprensa atuante, como instrumento de preparação do operariado, o que é corroborado por Fóscolo:

“Na natureza, como nas artes e na ciência, há uma lei eterna que rege e forma esse conjunto harmônico que admiramos: é o ‘*struggle for life*’. Os organismos mais fortes (...) não de sempre sair vencedores. A iluminação dos mais fracos, dos mal preparados para o combate, formará uma classe robusta para o engrandecimento da vida total.

(...) Para se formar um meio é de necessidade imprescindível um jornal; mas um jornal de grande formato, bi ou tri semanal, cuja assinatura seja módica a fim de que fique ao alcance de todos.

O que é necessário antes de tudo (...) é fazer leitores e para isso não se pode deixar de mercantilizar a arte, tornando-a ao alcance do usuário e do proletariado.” (FÓSCOLO, 1891, p.1.)

A industrialização e a presença de operários imigrantes foram alguns dos fatores determinantes para o surgimento e desenvolvimento da chamada imprensa operária:

“Muitos são aqueles que se preocupam ou mesmo antecipam a realização deste sonho: mudar a vida, transformar o mundo embrutecido e infernal das horas de trabalho extenuante e insuportável, das humilhações doídas e das derrotas cotidianas, num paraíso possível. A hora do sono quebra o silêncio da noite: os companheiros se reúnem e decidem os rumos da luta do dia seguinte. Os artigos publicados nesta imprensa nascente e artesanal procuram incentivar o espírito de luta, estimular as resistências nos locais de trabalho, informar e apoiar as pequenas guerras que se travam diariamente (...)

Mas nem só destes temas vive a imprensa anarquista: (...) ela fala do amor, do lazer, registra excursões e piqueniques, sessões culturais, conferências educativas, discute uma nova moral. Propõe uma nova maneira de viver, anuncia um mundo fundado na igualdade, na liberdade e na felicidade, que devem ser construídas por todos os oprimidos aqui e agora.” (RAGO, 1987, p.16.)

- Esse socialismo da primeira metade do século pregou uma liberdade plena para todos os homens e não somente para aqueles considerados

cidadãos, como pode se ver em “O Semeador”, peça teatral de Avelino Fóscolo:

“– Não há senhor nem subalterno: todos somos iguaes. Nenhuma superioridade nos dão os dotes physicos que herdamos ou dotes moraes adquiridos graças ao trabalho acumulado por outrem.

– (...) o diploma não é prova de saber, os exames não são indício de competência. Estudej sciencias physicas e naturaes com o intuito de adquirir conhecimentos necessários e vitaes de uma sociedade bem constituída; (...) porém a lição suprema que flui não se aprende nos compêndios nem nas academias! Conheci a injustiça da organização actual, auscultei a miséria do proletariado e adquiri o amor humano que deve ser o código gravado em todas as almas.” (FÓSCOLO, 1921. p.11 e 16.) [Foi mantida a grafia original.]

Toda a produção aveliniana foi permeada pela militância, pela literatura “engajada” ligada ao princípio de solidariedade, ou seja, obras que segundo Lima Barreto, “não visam à propaganda de um credo social, têm por mira um escopo sociológico”. (BRAYNER, 1979, p.153.) Tudo isso se traduz na sua opção pelos pobres, incessantemente tematizados em sua obra, como podemos observar em um trecho de “O Mestiço”:

“Embaixo assomaram duas escravas trazendo o jantar. Os trabalhadores se encaminharam à sombra de um jacarandá onde as mulheres depuseram gamellas contendo a comida: angu em bolas endurecido, quasi petrificadas e feijão intragavel. Com avides de famintos, procurando cada qual seu quinhão, lançaram-se sobre os mal preparados alimentos, comendo todos em uma promiscuidade...” (FÓSCOLO, 1903, p.7.). [Foi mantida a grafia original.]

O escritor foi, assim, um homem envolvido com as ideias de seu tempo. Ele experimentou as lutas abolicionistas e republicanas, inicialmente, em suas atividades teatrais, em Sabará (1880/1890), as quais exerceu simultaneamente à colaboração na imprensa: “O escravo é uma máquina e as máquinas não têm pátria. A sua família é o feitor (...) e os seus brincos de infância são o tronco e o azorrague (...) A sua família é o Nazareno que veio em busca dos desgraçados e dos humildes (...)”. (FÓSCOLO, 1887, p.2.)

Há ainda um poema de Fóscolo, publicado no dia 13 de maio de 1888, por ocasião da Lei Áurea, que expressa muito bem a sua atuação em favor da causa abolicionista:

A água da montanha arrasta gelo, neve
E impávida atravessa o hórrido tufão;
Qual sólido fulgente em seu giro descreve
um ciclo luminoso no seio da amplidão.

(...)

Há um poder também sublime, santo...

Que castiga o covarde com suma potestade!

Que recompensa ao bravo, desgrilhoa o cativo

– Esse poder excelso se chama – liberdade! (FÓSCOLO, 1888, p.5.)

Entre as suas atividades de arte dramática, podemos destacar a peça *Os Estrangeiros*, encenada em Sabará e noticiada pela *Folha Sabarense*. Na sua apresentação, Fóscolo recebeu uma homenagem de seus companheiros, através de um poema, no qual foi elogiado pela sua visão de arte, que deve ter como meta, segundo um dos versos, “educar (...) dando ao humano entendimento”:ⁱⁱⁱ

“Esteve ainda melhor desempenhada, no dia 25 do passado mês, a opereta *Os Estrangeiros* – em cuja execução tomaram parte os amadores: Avelino Fóscolo, Lopes de Azevedo, Luís Cassiano, Paulo de Alvarenga, Vaz da Rocha, Arthur Lobo, Alfredo Lobo, Antonio Fraga, João Pereira Neto, Pertence Júnior e R. Varella. Finda a apresentação da opereta, foi chamado à cena o autor, Avelino Fóscolo...”^{iv}

Para Fóscolo, a literatura era concebida como “alimento indispensável ao espírito” e como instrumento de intervenção na realidade social para a grande transformação do mundo, através de seu caráter educativo, conscientizador e revolucionário. (FÓSCOLO, 1979, in: FRIEIRO. Prefácio do romance *A Capital*). Essa intervenção envolvia também a reforma no ensino, a preocupação com a melhoria de vida e o aprimoramento do espírito, através da educação e da cultura. Todos esses

temas foram trabalhados em uma série de crônicas publicadas na Folha Sabarense:

“Cidadãos!

Como sabeis perfeitamente, a instrução é o termômetro porque se mede o evoluir de um povo na senda do progresso. (...)

Pelo estado a que chegamos, o desleixo que o poder tem dado à instrução, à classe que o ministra, o método pelo qual é executada, os instrumentos de que se serve, são obstáculos enormes, prejudiciais, perenes, ao adiantamento das classes pobres e trabalhadoras...”

Registre-se – como se pode ver no título da crônica – que o escritor se dirige explicitamente ao governador, conferindo ao seu texto um caráter de correspondência oficial de intervenção direta. Acreditando no progresso positivista, Fóscolo travou luta, com seus projetos transformadores baseados na razão técnico-científica, contra o arcaísmo monárquico das estruturas econômicas e sociais do Brasil:

“É na verdade lastimoso ver-se como olha-se descurada a instrução pública, essa grande válvula do século que, como o mergulhador do oriente, desce ao oceano da ciência para extrair as forças motrizes que impelem o carro do progresso.

O Brasil quando ainda envolto nas faixas infantis, acorrentado ao tronco de despotismo acamado pela mordaza da tirania, tinha sonhos de porvir literário (...)

Um dia reconheceu que naqueles bons tempos, como ainda hoje, o ouro era a moeda real de tudo e [o Brasil] resolveu então comprar a sua liberdade a D. João VI, o fidelíssimo monarca, e constituir-se liberto.

Então aquelas cabeças excelsas, surgidas das academias da Europa, sentindo nas veias o balançar do sangue revolucionário, [e] alimentadas com a ardência das ideias progressistas ressurgidas do tumulto do século XVIII, criaram uma constituição que nos garante universidades, liceus, escolas (...)

São passados 66 anos.

Onde está tudo isto? Onde estão as universidades? Onde estão os nossos homens políticos, tão pródigos em prometer quando na classe popular, e que depois de elevados só tratam daquele ego terrível? (...)” (FÓSCOLO, 1887, p.2 e 3.)

Fóscolo era um iluminista que tinha plena crença no foco da luz da razão para clarear os caminhos, acabar com a miséria e erradicar as doenças do atraso, aí incluídas a exploração da mão-de-obra e o analfabetismo. Através de um movimento panfletário, seu papel foi sempre o de buscar a mudança:

“O mundo intelectual está por tal forma unido ao físico, que do desenvolvimento deste depende o progresso imediato daquele. No nosso país, onde a civilização encontrou um chão maninho, o trabalhador é encarado com desprezo por indivíduos (...) que adulam servilmente aos cortesãos (...). E vós, homens do trabalho, sabeis que tanto direito tendes à gratidão da pátria, como aqueles que pela espada, palheta, pauta ou pena, elevam-na ao apogeu da glória.” (FÓSCOLO, 1887, p.1 e 2.)

De acordo com Regina Horta Duarte, podemos perceber um jogo de luz/sombra na escrita de Avelino Fóscolo. Na primeira fase, vivida em Sabará, a luz e a sombra expressam projeções do clima barroco e religioso vivido na cidade. Na segunda fase, em Tabuleiro Grande, sua escrita foi marcada por um cenário rural, com a presença da imagem do semeador. Já na terceira fase, a imagem da revolução é representada pelo vulcão. (HORTA, 1991, p.18). O binômio luz/sombra pode ser lido também como a presença das luzes do Iluminismo, pensamento que inspirou os movimentos abolicionistas e republicanos nos quais Fóscolo se engajou. Posteriormente, como boa parte da intelectualidade brasileira que defendeu a República num primeiro momento, também ele se decepcionou, por perceber que ela significava apenas a troca de poderes das mãos da monarquia para as mãos da classe burguesa urbana em ascensão:

“As esperanças cultivadas pelo grupo representado por Avelino Fóscolo esvaem-se frente a uma realidade sombria. Identificando-se como porta-vozes das luzes do século, sentem-se frustrados com o predomínio da obscuridade que se impõe a cada momento de luta.” (HORTA, 1991, p.18.)

Fóscolo, como outros intelectuais, buscou uma alternativa para a desilusão republicana, ou seja, o caminho libertário, expresso na maioria das vezes de forma muito clara:

“Para nos libertarmos de todo das imperfeições da atual sociedade era preciso realizar o meu sonho: – agremiar homens de boa vontade num centro onde o auxílio mútuo permitisse a cada um gozar não de acordo com as suas forças, mas com as necessidades. Era mister uma associação onde não houvesse caserna, taverna e igreja. É a reforma libertária que há de conduzir a humanidade a um paraíso de onde não será expulsa jamais.

– Onde encontrarás consórcios?

– Há em todas as classes fermento da desilusão. Muitos homens sentindo podre o velho tablado em que pisam procuram um cenário mais vasto onde se desenrole a solidão humana. Entre estes elementos, gérmens de reforma, procuraremos constituir o núcleo de onde se irradiará a sociedade futura.” (FÓSCOLO, 1920, p.115.)

Se por um lado a visão de Fóscolo afasta-o dos produtores da “literatura sorriso da sociedade” de sua época, por outro podemos perceber a sua coerência intelectual, a qual tem as características apontadas por Horkheimer, “determinar o conteúdo e a finalidade de suas próprias realizações, e não apenas nas partes isoladas, mas em sua totalidade, é a característica marcante da atividade intelectual. Sua própria condição a leva à transformação histórica.” (HORKHEIMER, 1983, p.154.)

Essa coerência intelectual se manifesta através da visão de mundo do escritor. Além das razões sociais e individuais, ela se realiza dentro de um contexto e de um grupo. Essa visão de mundo vem-se juntar ao valor estético e se realiza não apenas na literatura de um autor, mas de um grupo de autores, pois é preciso se ter em vista que a obra de um escritor não se constitui como fato isolado, mas antes se insere em um complexo conjunto de relações humanas: “Uma visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos”.(GOLDMANN, 1979, p.20.)

Pode-se afirmar que Fóscolo integrou um grupo mais ou menos definido de escritores muito próximos ideologicamente. Em Minas Gerais, seu grupo se apresenta restrito a alguns companheiros de militância, como o escritor Luís Cassiano, com quem escreveu o romance *A Mulher*:

“Cristianíssimo leitor, apresentamos-te *A Mulher*.

É uma obra realista, a dissecação de um organismo, a autópsia da alma, um estudo psicofisiológico ou coisa que o valha.

– É uma indecência, uma imoralidade, um tratado de pornografia pura, uma coisa indigna de ser lida, retrucarás indignado.” (FÓSCOLO; PEREIRA JÚNIOR, 1890, p.4.)

Como se pode ver, a influência do naturalismo de Zola é bem clara na obra, sendo que seus autores “representavam as forças do novo”, ou seja, tornava-se muito importante acompanhar as tendências literárias europeias: “No campo literário, Fóscolo, Artur Lobo e Luís Cassiano são atraídos pelos autores da chamada escola naturalista, fascinados pelas possibilidades que esta lhes abria, de transformar suas próprias obras em parte de sua militância”.(HORTA, 1991, p.35.) Esse naturalismo pode ser observado em outras obras de Fóscolo:

“O sol a pino famejava nas costas semi-nuas dos escravos. Ao cheiro característico da terra secca misturava-se a aroma almiscarado, alliaceo, daquelles corpos em transpiração.

(...) Quando algum escravo se distrahia ou parava para descansar, encaminhava-se ao eito e, brutalmente, seguindo a acção de uma praga descarregava o açoute na victima: ouvia-se o silvar do relho, um gemido abafado de fera enjaulada, depois o retinir da enxada escarvando a terra.” (FÓSCOLO, 1903, p.5-6 e 7.)

Fóscolo vê com bons olhos seus pares cariocas e paulistas: “A militância anarquista de E. Leuenroth despertaria profunda admiração em Fóscolo, que em suas viagens a São Paulo o procura, tornando-se seu amigo”. (HORTA, 1991, p.58.) Tornou-se também colaborador de seu jornal *A Folha do Povo*.

Ligados à tradição e à cultura francesas, os intelectuais brasileiros assistiram com interesse a tendência da literatura “social”, que se manifestou principalmente no romance. Desde 1830, os adeptos de Saint-Simon e Fourier veem neste gênero o mais eficiente para mostrar e criticar a sociedade, como se pode ver nas palavras de Avelino Fóscolo:

“A questão da utilidade do romance tem sido muito debatida por espíritos superiores, de forma que seria um verdadeiro esgrimir no ar o

querer provar uma causa já firmada e negada por capacidades literárias. Não sei se o romance tem a propriedade de eliminar os maus pendores ou se, pelo exemplo, tem a faculdade de produzir tolos perversos pelo espírito imitação.

(...) essa nova era da história da arte no romance vai estabelecer um farol imenso cuja luz irradiando através dos mundos irá iluminar aos inexperientes, aos cegos de espírito, aqueles que veem a terra envoltos em fantasia..." (FÓSCOLO, 1891, p.2.)

Tanto para Zola como para Balzac, o romance era o melhor meio de divulgação da propaganda ideológica. Ele se torna a "epopeia social" [pois] "conta e analisa as ações em suas relações com o caráter que as produziu e com o meio social ou natural em que se manifestam" (GUYAU, 1931 *Apud* BRAYNER, 1979, p.151) e se configura como uma explicação e uma práxis das leis sociológicas.

A visão de mundo que se manifesta no fazer literário desses escritores se traduz em uma literatura de caráter social. Para Guyau, o artista é "um criador de meios novos ou modificador de meios antigos". (GUYAU, 1931 *Apud* BRAYNER, 1979, p.150.) A afirmação é corroborada por Fóscolo quando se refere ao ator:

"Ator! Poeta dos sentimentos e do gesto; do movimento e da forma! (...) O artista – ator (...) sem que a identidade do eu se modifique; envolve-se no torvelinho das paixões sem se apaixonar; esculpe no semblante as rugas da dor, os sinais do riso, da lágrima, da cólera (...). Diante de uma sociedade que o estigmatiza, porque não o compreende, o artista se humilha para apontar o ridículo dos seus sócios e expô-lo mais tarde no palco, obrigando a humanidade a rir e a lastimar os seus próprios defeitos." (FÓSCOLO, 1889, p.2.)

Recolhendo as ruínas e o lixo da sociedade, o artista, dentro dessa perspectiva, tem a faculdade alterá-la e recriá-la. Para tentar modificar esse meio, vale ressaltar que as leituras de um escritor constituem embasamento intelectual para a atividade literária e jornalística. Podemos perceber na obra de Avelino Fóscolo a influência de pensadores como Comte, Lênin, Elisée Reclus, Kropotkin e Jean Grave, e ainda escritores como Guerra Junqueiro, Eça de Queirós, Victor Hugo e Émile

Zola, como pode se ver no trecho seguinte, retirado de um de seus romances:

"O labor feito aqui, em commum, não é tarefa odiosa e fatigante dos outros tempos. As horas supplementares do dia empregamos nas artes, sciencias, jogos sportivos: uns se dedicam à pintura, outros à música, outros à mechanica e cada qual se esforça mais e mais para adquirir os conhecimentos necessarios á existência e ao bem estar commum.

(...) Nos campos de concentração da Rússia se fez em meu cérebro a luz que fagulhara apenas nas trincheiras: senti a grande injustiça que é a ditadura do dinheiro, esse demonio moderno; conheci como a ignorancia de um povo pode concorrer para a tyrannia mesmo dos bens intencionados como Lenine (...). Espalharemos pela terra a má semente que produz o amor, a solidariedade humana, a nobilitação do trabalho, á morte da prostituição, do servilismo e da miseria... (...) são dous caminhos que se abrem ante vós; um leva ao salariado ou á escravidão; o outro conduz ao communismo, que é a liberdade!" (FÓSCOLO, 1921, p.22, 37 e 42.) [*Foi mantida a grafia original.*]

As ideias dos autores citados correspondiam às expectativas do escritor mineiro pelas críticas à sociedade, pelo anticlericalismo e pela sua posição contrária à escravidão e à monarquia, pela denúncia do analfabetismo e da exploração da mão-de-obra. Tudo isso foi vivido de maneira crítica, no Brasil. Fóscolo e seu grupo utilizaram o discurso da ciência presente na literatura realista/naturalista. Essas leituras referidas, portanto, vão proporcionar a Fóscolo e a seu grupo outras visões da sociedade. Sobre a relação entre o grupo criador e a obra, Carmen Lúcia Negreiros resalta que o estudo da obra deve integrar-se "ao conjunto múltiplo e complexo de relações humanas que envolvem todo indivíduo, concretizando, dessa forma, a relação entre o todo e as partes". (NEGREIROS, 1995, p.12.)

Falando sobre o estado de pobreza, de preconceito e de situações degenerescentes da classe burguesa, os autores da literatura de denúncia social refletem em suas obras a luta contra a miséria "mais como uma posição moral do que propriamente [uma posição] política social".

(BRAYNER, 1979, p.48.) Balzac afirma que a literatura deve se converter em “apresentação literal da vida cotidiana” e que o escritor deveria ser o “arqueólogo do mobiliário social”. (BALZAC, 1842 apud BRAYNER, 1979, p.34.) Corroborando a opinião de Balzac, em sua *Philosophie de l'art*, Taine diz que a obra literária deveria “representar com exatidão o estado geral do espírito e dos costumes do tempo a que pertence”. (TAINÉ, 1913. Apud BRAYNER, 1979, p.148.)

No plano da expressão, talvez essa literatura socialmente engajada não se tenha realizado plenamente, pelo rigor da causa social que abraçou. Mas, por outro lado, essa literatura contribuiu sobremaneira para uma nova imagem do homem brasileiro, menos idealizada do que aquela produzida pela literatura romântica:

“Magro, mirrado, recurvo pelo trabalho e pelos annos, o Lemos, outr’ora um folgazão, contador de anedotas, tornara-se taciturno.

Tinha uns preceitos hygienicos bem originaes, abominando as abluções como prejudiciaes à saúde, levando o rigor ao extremo de passar trinta annos sem um banho de qualquer especie.” (FÓSCOLO, 1903, p.23.) [Foi mantida a grafia original.]

Como boa parte da intelectualidade que se decepcionou com o regime Republicano, Fóscolo e outros escritores passaram a produzir uma literatura de caráter social, através da qual o escritor dá voz aos humildes e oprimidos, exibindo o avesso da sociedade.

Ao construir no espaço ficcional a cidade de Belo Horizonte, Avelino Fóscolo lê criticamente esse microcosmo do poder, peça de uma engrenagem maior chamada Brasil. Considerando a leitura do Brasil proposta pela obra aveliniana, podemos perceber e levar em conta as relações da literatura com os novos meios e formas de comunicação e também com as marcas da modernização que se procurava dar ao Brasil nos primeiros anos deste século. É a partir dessa perspectiva que estudaremos a cidade de Belo Horizonte e sua construção no romance.

Referências bibliográficas

BILAC, O. “Inquérito”. In: RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, [s.d.].

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiros. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. t. III, v.2. O Brasil Republicano. 2. ed. São Paulo: Difel, 1978.

FAUSTO, Boris. “Pequenos ensaios de história da República, 1889-1945”. *Cadernos Letras*, n. 10.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde*. A trajetória literária de Avelino Fóscolo. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de jambom* (as classes sociais na obra de Lima Barreto). São Paulo: Cortez, 1981.

BRAYNER, Sônia. *Labirinto do espaço romanesco*. Tradução e renovação da literatura brasileira: 1880-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MALARD, Letícia. *Hoje tem espetáculo*. Avelino Fóscolo e seu romance. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1987.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. Col. Mineiriana.

FÓSCOLO, Avelino. “A literatura em Minas”. *Contemporâneo*. Sabará, 20/09/1891, ano II, n. 98, p. 1.

FÓSCOLO, Avelino. “Ao governador de Minas”. *Folha Sabarense*. Sabará, 26/01/1890, ano VI, n. 33, p. 1.

FÓSCOLO, Avelino. "A suicida". (Conto). *Folha Sabarense*. Sabará, 23/10/1887, ano III, n.21, p. 2 e 3.

FÓSCOLO, Avelino. "Liberdade". (Poema). *Folha Sabarense*. Sabará, 13/05/1888, ano II, n.50. p. 5.

FÓSCOLO, Avelino. "O ator". *Folha Sabarense*. Sabará, 17/11/1889, ano V, n.23, p. 2.

FÓSCOLO, Avelino. "O naturalismo – Carta a uma senhora". *O Contemporâneo*. Sabará, 10/05/1891, ano II, n.79, p.2.

FÓSCOLO, Avelino. "O trabalho físico". *Folha Sabarense*. Sabará, 21/08/1887, ano III, n.12, p. 1 e 2.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: Literatura técnica e modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiros. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983(a).

HARDMAN, Francisco Foot. "Palavra de ouro, cidade de palha – literatura anarquista". In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983(b). p. 79-87.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹ BILAC. *O momento literário*, [s.d.], p.7.

² O contexto histórico vivido – a 2ª Guerra Mundial – e o fato de as minas de Morro Velho serem de propriedade da Inglaterra e de Avelino Fóscolo ser descendente de italianos, levantaria a suspeita de pensamento fascista por parte do autor. Todas essas questões juntas levaram o editor a recusar a publicação do livro *Morro Velho*.

³ Teatro. 1887, p.2. Poema de PERTENCE JÚNIOR & AZEREDO et al., em homenagem a Fóscolo.

⁴ Teatro. 1887, p.2.

⁵ *A Folha Sabarense*. 26/01/1890. Ano V, nº 133 – "Ao Governador de Minas", Fóscolo, p.1.

ETERNO ENIGMA

Oswaldo Gusmão*

Seja eu surdo
À palavra que calas,
Se nada disseste
nem mesmo "nada!".

Não venha de mim
A voz que é tua
nem me aprisionem
os recados de teu silêncio,
esses que me fazem ouvir
como se dizeses ouvisse,
a promessa que fizeste nunca,
vagando entre devaneios
Em minha vigília,
de vigília e sono embriagada.

Sempre soube, amiga,
que tudo era quase
casual desvario
do lado obscuro do sonho
que me agride e me perdoa,

* Advogado, autor de *Festa das almas* e *Barra do Poté*. Reside em São Paulo.

e me faz viver um tempo por haver
sem haver possível,
tempo de ir-me enquanto é tempo,
de partir mais cedo
e, na viagem, contar-me
que os sons que tecem teu canto
são o eco
de sons que eu mesmo teço
para invadir o espaço
da palavra que, por terna,
como lâmina cortaste.

Veja eu só, amiga,
O que, real, eu veja,
E assim me lembre
que o sol nasce
e se põe em tuas veias,
que teu corpo sabe,
– passo a passo, posse a posse –
O momento em que é dois e é um
E em que desnuda.



RIOBALDO E DIADORIM

*Ronaldo Vieira de Aguiar**

O menino Reinaldo, Diadorim,
mais tarde; no sertão, seu mundo, em bando,
vive com o Riobaldo, no sem fim,
epopeia de grandeza, galopando

pelo agreste, na espreita do nefando,
o matador de Joca, seu paim.
Ele encontra o Hermógenes. Lutando
só, Diadorim o mata, mas por fim,

também cai morto, roto, descomposto.
E mostra-se mulher ao desencanto
De Riobaldo e dos homens, a surpresa.

Ao guerreiro, perplexo, no desgosto
só restam na cabeça a dor, o pranto,
a lembrança e o romance de beleza.

* Médico. Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores Regional de Minas Gerais. Publicou os livros *Conto e Reconto*, *Contos Mineiros* e *Artimanhas do Acaso*.

NOITES DE PARIS

*Aloisio T. Garcia**

Tive título de nobreza
E frequentava nas noites a realeza
Do trono chegava bem perto
E nos meus interesses era esperto...

Um sorriso doce me chama
Era uma elegante e conhecida dama
Pensamento sensual vem à mente...
Mas a realidade dura instante.

Vinha me falar de Victor Hugo que adora
E minha atração vai logo embora...
O corcunda de Notre Dame não me seduz
Não é personagem que brilha e reluz!!!

Falei-lhe do Moulin Rouge ardente
Mas disse ela; é lugar decadente...
Convido pra passear a beira do Sena
Mas é chegada do Rei e não quer perder a cena!

* Professor, secretário geral da AML. Ocupa a cadeira nº 36.

No baile era ela a mais aclamada
 E a mais bela da noite proclamada...
 Mas pensava em minha noite vazia
 Em minha cama ninguém mais dormia!!!

Fui embora soturno pro meu canto
 Pois naquela noite não tive encanto...
 Debrucei sobre Victor Hugo à beira da lareira
 Ou aprendo a gostar dele ou desço a ladeira!

E prá garantir a conquista
 E dos mal amados sair da lista
 Estou declamando Lamartine no Lago
 E aos poucos meu conhaque eu trago.

Sua beleza domina minha mente
 Por ela até fico doente...
 Ponho a prova todo o meu talento
 No próximo baile terei meu momento!!

INTERCÂMBIO

Estimamos o intercâmbio com outras revistas e publicações voltados à cultura, literatura e expressões artísticas.

NORMAS PARA OS COLABORADORES

1 – A *Revista da Academia Mineira de Letras* recebe colaborações, reservando-se a análise quanto à conveniência da publicação, sem data determinada.

2 – As colaborações serão enviadas ao Conselho Editorial, por correio eletrônico – atendimento@academiamineiradeletras.org.br, ou em cd para o endereço: Academia Mineira de Letras — Rua da Bahia, 1466 (Lourdes) – 30160-011 Belo Horizonte MG. Telefax: (31) 3222-5764.

3 – Os artigos deverão vir digitados na fonte *Times New Roman*, corpo 12, em folha A4.

4 – Notas de rodapé deverão constar no final do artigo, numeradas de acordo com a referência no texto.

5 – As referências bibliográficas trarão todas as informações, observando-se os critérios abaixo; títulos e nomes não são abreviados.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Obra Poética I*. Belo Horizonte: Editora B, 2006. 444 p.

BOSCHI, Caio; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos*. Belo Horizonte: Editora PUC, 2006. 560 p.

IGLESIAS, Francisco. "Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)". In *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.

(Observar esta ordem: sobrenome do autor em letras maiúsculas; título em itálico; tratando-se de capítulo ou parte de obra, entre aspas, ficando em itálico o título geral; cidade (dois pontos), editora, data, número de páginas (se indicado).

6 – Dados pessoais:

- a. nome completo; pseudônimo, se houver;
- b. endereço completo (logradouro, número, bairro, CEP, cidade, estado, telefone);
- c. títulos universitários, quando houver: graduação, área, faculdade, local, tese;
- d. atividade atual, natureza e local;
- e. obras ou trabalhos publicados: título, cidade, editora ou órgão, data.

O autor de artigo receberá três exemplares do número da *Revista* em que for publicado.

Outras informações poderão ser solicitadas pelo telefone (31) 3222-5764.